



Júlio Baptista Pires Álvaro

# EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

## ENSINO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO

### O Caso da Beira Interior Norte

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, na área de especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, orientada pelo Doutor Rui Jorge Gama Fernandes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Faculdade de Letras

# EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

## Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<b>Título</b>	<b>EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE ENSINO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO</b>
<b>Autor</b>	<b>Júlio Baptista Pires Álvaro</b>
<b>Orientador</b>	<b>Doutor Rui Jorge Gama Fernandes</b>
<b>Coorientador</b>	
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutor Rui Jorge Gama Fernandes</b> <b>2. Doutor João Luís Fernandes</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Geografia</b>
<b>Área científica</b>	<b>Geografia Humana</b>
<b>Especialidade</b>	<b>Ordenamento do Território e Desenvolvimento</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>16-10-2113</b>
<b>Classificação</b>	<b>16 Valores</b>





Agradecimentos,

À memória dos meus Pais que nos anos sessenta, me enviaram para o seminário, por almejam uma vida melhor que nem eles nem a perdida aldeia onde nasci me podia dar. A eles que após uma breve passagem pelos bancos da Escola, não souberam o que foi a infância nem juventude, apenas conheciam os caminhos e ladeiras do Douro e Côa percorridas diariamente a troco de nada. Após a minha partida para o Porto, apanharam o comboio em Vilar Formoso e “descobriram” a França, país maravilhoso que realizou os seus cometidos sonhos.

O meu reconhecimento ao meu orientador Doutor Rui Gama Fernandes, pela sua permanente disponibilidade, ponderação, compreensão e ensinamentos transmitido ao longo de todo este processo de estudo e aprendizagem.

À minha filha Joana que fechada no quarto com o seu piano teclou pautas e mais pautas sem que lhe prestasse atenção aos progressos artísticos, arrecadando todos os elogios nas audições de final de período escolar.

À Paula, que acreditou que o pai ia vencer este desafio e teve sempre algum tempo entre a carreira profissional e os seus estudos, para prestar a sua valiosa ajuda na área de informática.

À Nela, que para além de esposa, mãe e docente, enfrenta o desafio de um mestrado, e nem sempre pode contar com a minha total disponibilidade, mas teve sempre tempo para escutar as minhas preocupações e sugestões orientadoras.

A todos os familiares e pessoas amigas, que me deram o seu apoio, incondicional, o meu obrigado.

---



## **RESUMO**

Pretende-se com este trabalho realçar a importância da educação e da formação na atual sociedade do conhecimento e da aprendizagem, por esta ser caracterizada pela forma como o conhecimento é criado, difundido e usado, sendo este referenciado como um fator importante na produção, assente na inovação tecnológica e exigindo uma atualização permanente e contínua face às mudanças económicas e sociais no quadro da globalização.

Têm os territórios um papel importante no seu desenvolvimento pela utilização criteriosa dos seus recursos específicos, materiais e imateriais na criação de novas forças produtivas, pela valorização do seu património, recursos endógenos e pela formação e valorização do capital humano.

Novos conhecimentos, progresso e bem-estar têm conquistado o território nacional, nas últimas décadas, mas não de uma forma homogénea. Conseguem algumas regiões manter-se na vanguarda, mas um número significativo começa a acusar a existência de um fosso a separá-los daquelas, ficando cada vez mais longe e esquecidas.

O objetivo desta investigação é de mostrar que os territórios designados de “áreas de baixa densidade” possuem capacidades para se tornarem autossustentáveis, desde que lhes sejam criadas condições para relançarem a sua economia e competitividade, que passa pela educação e pela formação de recursos humanos.

A extinção das escolas comerciais e industriais nos anos 70 levou à carência de quadros intermédios e de operários qualificados para as empresas e pelo aumento da taxa de retenção e abandono escolar da população juvenil.

Como forma de ultrapassar esta situação foram introduzidas novas políticas na educação que passaram pela criação de cursos profissionais a funcionar nas escolas profissionais e, numa segunda fase, a extensão destes cursos às escolas secundárias.

Na Beira Interior Norte, território estudado, com recurso ao trabalho de campo, recolha bibliográfica, dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Educação e Instituto do Emprego e Formação Profissional, constatou-se a que estas políticas educacionais traduziram-se numa diminuição da taxa de retenção e abandono escolar precoce, bem como numa apetência pelos cursos profissionais por parte dos alunos que frequentaram as Escolas Secundárias.

---

Salienta-se o contributo das Escolas Profissionais de Trancoso, Guarda e Manteigas na formação vanguardista de técnicos qualificados para a satisfação das necessidades das indústrias e empresas prestadoras de serviços desta região do interior.

A formação aí recebida tem permitido aos jovens ingressar na vida ativa como profissionais qualificados ou no prosseguimento de estudos superiores. Por parte do tecido empresarial a existência de recursos humanos permite-lhes recrutar profissionais qualificados para os quadros das suas empresas.

A existência de capital humano disponível contribui para um aumento do desempenho da economia local e regional, proporciona condições de implantação de novas indústrias, levando à fixação dos seus residentes e atraindo novos habitantes.

**Palavras-chave:** Territórios de Baixa Densidade, Beira Interior Norte, Formação Profissional, Capital Humano, Desenvolvimento Regional.



## ABSTRACT

Intends this study to highlight the importance of education and training in the present knowledge society and learning, by the way that knowledge is created, disseminated and used, because it is as an important factor in the progress and spatial development, based on technological innovation and lacking a permanent updating that economic and social changes take place in the context of globalization.

Has this research aimed to prove that in regions such as Beira Interior Norte, inside in the national territory, designated "low density areas" because they have lost the ability to compete with other regions, and they can reverse this trend if they are created conditions to revive their economies and competitiveness.

Is it possible by the embodiment of knowledge, through education and training of human resources that regions have to begin this process.

Educational policies with these goals began to be established for several decades, in addition to the scientific-humanistic courses exist, professional courses were created.

Have professional courses taught in secondary schools and professional schools in the region, offered to greater education of young people, through the decreased failure rate and dropout.

**Keywords:** Low Density Territories. Beira Interior Norte, Vocational Training, Human Capital Development Fund.

---



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I - Capital conhecimento como fonte de vantagem competitiva</b>	
1.1 Sociedade do conhecimento e aprendizagem .....	11
1.2 Capital conhecimento como elemento estratégico na economia .....	19
1.3 Capital conhecimento e desenvolvimento regional .....	28
1.3.1 Clusters inovadores e redes de inovação .....	30
1.3.2 Tripla-Hélice, universidade, empresa e instituições públicas .....	37
<b>CAPÍTULO II - Áreas de baixa densidade, educação e desenvolvimento</b>	
2.1 Portugal, um território diverso .....	41
2.2 Discussão do conceito de áreas de baixa densidade .....	46
2.3 Dinâmica demográfica e socioeconómica nas áreas de baixa densidade .....	55
2.4 Como valorizar áreas de baixa densidade .....	73
2.4.1 A educação como alavanca nas áreas de baixa densidade .....	81
<b>CAPÍTULO III - O Ensino secundário de ciclo profissionalizante</b>	
3.1 A formação profissional inserida no sistema de ensino .....	85
3.1.1 A evolução do ensino nas últimas décadas .....	85
3.1.2 O ensino técnico-profissional.....	89
3.1.3 A formação profissional e a lei de bases do sistema educativo .....	90
3.1.4 Os cursos tecnológicos .....	92
3.1.5 As escolas profissionais .....	95
3.1.6 Enquadramento jurídico do ensino profissional .....	97
3.1.7 O ensino secundário .....	100
3.1.8 A Formação profissional como instrumento de desenvolvimento .....	102
3.2 Contributo das escolas públicas e privadas na formação profissional .....	103
3.2.1 Origem e a expansão dos cursos profissionais .....	103
3.2.2 Missão das Escolas Profissionais .....	106
3.2.3 Os cursos profissionais e a dupla certificação científica .....	106
3.2.4 Estratégia de articulação das escolas .....	109
3.2.5 As Novas Oportunidades e o sucesso da política educativa .....	112

---

<b>CAPÍTULO IV - Contributo dos cursos profissionais para o desenvolvimento da Beira Interior Norte</b>	
4.1 Dinâmica territorial da Beira Interior Norte .....	121
4.1.1 Enquadramento territorial .....	121
4.1.2 Dinâmicas demográficas .....	124
4.1.3 Dinâmica da educação .....	128
4.1.4 Dinâmica social e económica.....	129
4.2. O ensino secundário, cursos profissionais e desenvolvimento .....	134
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>143</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>165</b>

---

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 Capital intelectual organizacional .....	22
Figura 2 Capital Intelectual e vantagem competitiva. Fonte Bueno Campos, 1998 .....	13
Figura 3 Modelo Diamante de Competitividade de Porter (1990).....	32
Figura 4 Modelos representativos das relações empresas/universidades/instituições públicas .....	37
Figura 5 Concelhos com significativa suscetibilidade à desertificação .....	46
Figura 6 Causalidade circular nos territórios de baixa densidade.....	49
Figura 7 Esquema do sistema escolar segundo a Lei n.º 46/86 .....	91
Figura 8 População de 20 a 24 anos que completou pelo menos o ensino secundário .....	105
Figura 9 Jovens com abandono precoce da educação ou formação .....	105
Figura 10 Via de prosseguimento de estudos pretendida. Dados OTES/GEPE. ....	107
Figura 11 Alunos matriculados em cursos profissionais (Continente) .....	113
Figura 12 Alunos matriculados no Ensino Secundário, entre 1998/99 e 2010/2011).....	115
Figura 13 Taxa de retenção e abandono escolar no Ensino Secundário.....	116
Figura 14 Localização da Beira Interior Norte .....	122
Figura 15 Índice de Envelhecimento da população residente.....	127

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 Taxonomia do conhecimento segundo Lundval e Jonhson (1994) .....	17
Quadro 2 Mudanças no paradigma tecnológico.....	21
Quadro 3 Formas de criação de Capital Humano .....	25
Quadro 4 Proximidade e processo de inovação .....	29
Quadro 5 Distância e processo de inovação .....	36
Quadro 6 Indicadores Demográficos por NUTS II.....	56
Quadro 7 Indicadores Demográficos por NUTS III.....	57
Quadro 8 Densidades populacionais principais concelhos Área Metropolitana Lisboa .....	61
Quadro 9 Indicadores Sociais Por NUTS II .....	63
Quadro 10 Indicadores Sociais Por NUTS II e III.....	64
Quadro 11 Caracterização económica empresarial por NUTS II .....	65

---

Quadro 12 Caracterização económica empresarial por NUTS II e III.....	67
Quadro 13 Localização das principais empresas .....	68
Quadro 14 Escolaridade por NUT II .....	70
Quadro 15 Escolaridade por NUT II e III.....	72
Quadro 16 Recursos e capacidades das regiões .....	80
Quadro 17 Cursos de Ensino Tecnológico, por agrupamento .....	94
Quadro 18 Áreas e perfis de formação: cursos das escolas profissionais.....	97
Quadro 19 Tipos e Modalidades de Formação Inicial Profissional – Inicial.....	101
Quadro 20 Tipos e Modalidades de Formação Profissional – Contínua .....	102
Quadro 21 Evolução número de Jovens curso de dupla certificação nível secundário.....	113
Quadro 22 Conclusão por modalidade de ensino-formação .....	114
Quadro 23 Taxa de crescimento nos diversos cursos .....	115
Quadro 24 O ensino secundário a nível regional e o aproveitamento .....	117
Quadro 25 Estruturas desportivas na Beira Interior Norte .....	123
Quadro 26 Evolução demográfica no período de 2001 e 2011 .....	125
Quadro 27 Variação da população residente segundo escalões etários.....	126
Quadro 28 População residente segundo o nível de habilitações .....	128
Quadro 29 Desemprego Beira Interior Norte sexo, escalão etário e h. literárias.....	130
Quadro 30 Caracterização social face ao emprego da população da Beira Interior Norte .....	132
Quadro 31 Caracterização empresarial da Beira Interior Norte .....	133
Quadro 32 Ensino Secundário na Beira Interior Norte .....	134
Quadro 33 Ensino Secundário no concelho da Guarda .....	138

## INTRODUÇÃO

*As características que os indivíduos apresentam são decisivas na atual economia que aprende e que tem no conhecimento o seu principal recurso e na aprendizagem o fundamental processo de desenvolvimento.*

*Lundvall 1994*

No final do século XVIII, iniciou-se na Inglaterra a mecanização da indústria têxtil, no quadro de um conjunto de invenções empresariais e institucionais traduzidas na 1ª Grande Revolução Industrial. Com ela pôs-se termo ao trabalho artesanal doméstico, concentrando todas as atividades num único local, a fábrica. A segunda revolução industrial surge com Henry Ford, nos princípios do século XX, com a produção de automóveis em série, no quadro dos princípios tayloristas e fordistas.

As perspectivas de melhores empregos nas fábricas, os melhores salários e as condições de vida atraíram para as cidades milhares de camponeses, contribuindo para o enriquecimento de uma sociedade empresarial detentora dessas indústrias que nelas investiram grandes somas de capitais.

A terceira grande revolução está acontecer no presente, é a era digital. A tecnologia digital ultrapassa todas as barreiras institucionais existentes. Os fluxos de informação disponíveis nos sistemas de redes permitem a partilha do conhecimento e trabalhar nos locais mais remotos. Novos materiais, novas tecnologias, dominarão as fábricas do futuro que, conforme refere o Special Report da revista The Economist, (de 21 de abril 2012), serão limpas e quase desertas e a maior parte dos seus empregados vão estar num escritório nas proximidades reunindo designers, engenheiros, técnicos de Tecnologia de Informática, especialistas em logística, marketing e outros profissionais.

Temos assistido nas últimas décadas à deslocação de fábricas para países onde os salários são mais baixos, situação que também nos tem afetado e agravado a economia com o aumento do desemprego, apesar dos baixos salários praticados em Portugal.

Assiste-se, contudo, a uma revolução em que o preço da produção tem vindo a diminuir pelo que as empresas dos países ricos estão a deslocar novamente as suas empresas para os seus territórios por os benefícios daí advindos trazerem melhorias,

estando os produtos mais perto dos clientes consumidores e a conceção e produção no mesmo lugar.

Neste contexto, têm os governos um papel a desempenhar no que se refere à educação, promovendo mais e melhor ensino com vista à formação e qualificação das pessoas, para uma resposta eficaz a esta nova revolução. As instituições têm assim um papel fundamental na criação de condições favoráveis à aprendizagem e ao processamento de informações proveniente de diferentes fontes que são essenciais ao aparecimento contínuo de inovações, e, desta forma, ao desenvolvimento dos territórios (Fernandes 2012), referindo ainda que o vetor-chave para o desenvolvimento económico e para a criação de vantagens competitivas e dinâmicas, se deve à capacidade que os territórios apresentem para utilizar e criar novos recursos (Fernandes 2012). Lundvall (1994) refere que o conhecimento e aprendizagem aparecem neste novo contexto como o recurso mais importante e o processo económico mais decisivo na criação de capacidades dinâmicas competitivas e de desenvolvimento dos territórios.

Nos anos 80 começou a emergir um novo modelo de organização económica e de desenvolvimento assente no crescimento de um conjunto de atividades intensivas em conhecimento, informação e criatividade com uma lógica de aglomeração e o ressurgimento de locais que tiveram um papel secundário na 2ª revolução industrial (Scott 2007).

Na última década, a economia dos países mais desenvolvidos tem vindo a revelar um processo de crescimento assente, por um lado, no aumento do peso económico, emprego e investimento das atividades intensivas em conhecimento, e, por outro, numa revolução tecnológica, que tem vindo a ter consequências profundas nas condições de produção e transmissão quer do conhecimento, quer da informação (Martins *et al*, 2007)

A evolução tecnológica baseada no conhecimento que se verificou nos últimos anos do século XX e que de forma exponencial se tem vindo a verificar nos últimos anos, leva a encarar novas perspetivas no âmbito da aprendizagem e desenvolvimento de competências para fazer face às mudanças rápidas e crescente evolução social, económica, política e cultural das sociedades.

Torna-se fundamental, tal como referem várias teorias do desenvolvimento económico regional e nacional, dar especial atenção às qualificações dos recursos humanos para que haja desenvolvimento socioeconómico dos territórios (Romer, 1986;



Amsden, 1989; Lucas, 1988; Azariadis e Drazen 1990 e Aghion e Howitt 2005), sendo elementos fundamentais para o aumento da produtividade, levando ao crescimento económico.

Face aos relatórios publicados sobre a educação em Portugal, torna-se necessário desenvolver, de uma forma gradual, os sistemas de educação e formação que, conforme refere Salmi (2003), deve-se tornar uma prioridade evidente e fundamental.

Portugal no contexto educativo, ocupa um lugar modesto caracterizado por baixas qualificações e produção levando a baixos índices de crescimento e competitividade socioeconómica, considerando-se fundamental a formação de recursos humanos para o desenvolvimento social e crescimento económico, procurando que os cursos profissionais lecionados no ensino secundário vão de encontro às necessidades dos municípios e de forma que Portugal possa responder aos desafios que de forma constante a crescente integração e a inserção na Comunidade Europeia coloca.

Neste contexto o papel da formação tem em mente, o elevar o nível da atividade económica, aumentar a procura da mão-de-obra e reduzir a inatividade (Gizard e Bernard, 1986). A Formação Profissional vai contribuir para a promoção do desenvolvimento local e regional pela sua contribuição no processo de qualificação da força de trabalho. A qualificação vai incrementar o crescimento do capital conhecimento e aumentando a produtividade. Estes levam a uma maior competitividade das empresas e território originando a procura de pessoas qualificadas no contexto regional e local.

A existência de recursos humanos é o resultado de investimentos realizados com vista a elevar o nível de formação cujo capital investido terá o seu retorno pelas melhores remunerações salariais recebidas pelos que detêm melhor formação.

É fundamental experimentar novas práticas pedagógicas, novas formas de organização que confirmem ao aluno um papel ativo, promovam a sua responsabilização, possibilitem o contacto com o diferente, desafiem os equilíbrios estabelecidos e promovam um pensamento alargado e uma ação cada vez mais consciente (Azevedo e Fonseca, 2000)

A educação, ontem e hoje, influencia o futuro dos cidadãos e da sociedade, daí a necessidade de todos os países terem políticas de educação, como contributo para o seu desenvolvimento socioeconómico.

Não é pelo livre acesso ao ensino nem pela sua obrigatoriedade que as desigualdades sociais existentes vão desvanecer, mas por políticas educativas especiais, direcionadas sobretudo a estratos sociais menos elevados, promovendo o ensino, dando-lhes formação que os possa sentir realizados.

Acresce que o tratado da União Europeia reconhece que os sistemas de educação são uma responsabilidade nacional e que a comunidade europeia deve contribuir para o desenvolvimento da qualidade da educação, promovendo a cooperação entre todos os estados membros. A Agenda de Lisboa (2000) cujas orientações políticas vão de encontro a transformar a União Europeia numa economia mais competitiva e dinâmica baseada no conhecimento, reconhece ser de vital importância o proporcionar aprendizagem e formação a determinados grupos ao longo da vida, estabelecendo vários objetivos que passam pelo aumento da qualidade e eficácia dos sistemas de educação e formação.

A realização desta dissertação de mestrado tem como objetivo a análise e validação do contributo dos formandos dos Cursos de Formação Profissional, para o desenvolvimento de um território do interior do continente português, Beira Interior Norte, que tem revelado uma reduzida capacidade de fixar e atrair população e investimentos essenciais para o desenvolver. Trata-se de um território de baixa densidade que corresponde a uma faixa ao longo da fronteira caracterizada por escassez de recursos humanos, ausência de tecido empresarial dinâmico e competitivo e de um défice de infraestruturas de conhecimento. Distante dos centros de decisão, a sua economia assenta numa agricultura tradicional praticada em solos pobres e pouco profundos em que o relevo montanhoso dificulta o recurso a uma mecanização em larga escala. As suas florestas têm vindo a ser consumidas pelos incêndios sendo a sua recuperação difícil pela ausência de matéria orgânica e água no seu subsolo com, um clima agreste no inverno e estios quentes e secos, num contexto de clima de características mediterrâneas.

A desvalorização da agricultura no quadro do processo de integração europeia e a concorrência externa, tem “esvaziado” esses territórios de população ativa que procura nos centros urbanos mais importantes, próximo ou localizados no litoral um emprego no sectores secundário e terciários, onde há alguns anos atrás era possível encontrar melhores condições de vida.

Não se pode ser alheio aos grandes investimentos realizados nestes territórios de baixa densidade dotando-os de boas vias de comunicação, rede elétrica, água e saneamento, à construção de infraestruturas e equipamentos escolares, recreativos e no âmbito da segurança social. Contudo estes territórios têm dificuldade em se afirmarem mesmo tendo presente as políticas e os investimentos que procuraram promover a que acresce a qualificação das pessoas nas várias áreas de ensino sobretudo tendo presente a inserção territorial das escolas profissionais e os cursos ministrados e a expectativa criada face aos avultados investimentos com vista ao desenvolvimento sustentável dessas regiões.

A não absorção desses recursos humanos leva à sua fuga para outros territórios, inviabilizando os esforços da educação e formação profissional e o papel de qualificações para a transformação dos territórios.

A formação profissional vai de encontro a alterações significativas na conceção de um ensino secundário que visam a formação da diminuta juventude residente nesta região dotando-a com capacidades intelectuais, morais e profissionais com vista à sua qualificação e contribuição para o desenvolvimento da região.

Os Cursos Profissionais, ministrados em escolas particulares, foram alargados às Escolas Secundárias, alterações que vieram beneficiar um leque mais alargado de jovens que para além de os habilitar com o ensino secundário, proporcionou-lhes a aprendizagem de uma profissão que vai de encontro às necessidades dessa região e ajudando a concretizar as suas aspirações.

As mudanças observadas no mundo laboral assentam em transformações tecnológicas e evolução constante, levando à existência de postos de trabalho para os quais não há mão-de-obra qualificada, sendo neste sentido que devem ser proporcionados aos jovens que pretendem ingressar no mercado do trabalho, assim como aos desempregados de longa duração, formação que lhes permita adquirir competências que possam satisfazer as necessidades do mercado de emprego (Cabrito, 1994). É pela conjugação de esforços entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Ministério de Educação e com a extensão dos cursos profissionais às Escolas Secundárias que se têm também operacionalizado as políticas de emprego.

A Lei da Aprendizagem (Decreto-Lei 102/84, de 29 de março) perspetivou, na aprendizagem, um novo formato para qualificar pessoas, a qual era desenvolvida entre

dois espaços escola/empresa, modelo considerado frutuoso para trazer de volta à escola os jovens que abandonaram precocemente a escola.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86, de 14 de outubro) introduz a modalidade especial de educação escolar, Formação Profissional, como uma alternativa certificada, não encarada como segunda oportunidade mas em igualdade com as demais modalidades e que na sequência da publicação do Decreto-Lei 74/2004, de 26 de março, sendo esta formação extensível às escolas secundária, verificando-se uma grande explosão desta modalidade de ensino.

O objetivo principal desta investigação é assim verificar o contributo dos Cursos Profissionais para o desenvolvimento da Beira Interior Norte. O presente trabalho organiza-se por quatro capítulos.

No primeiro capítulo é abordado o conhecimento como fator estratégico na produção de riqueza. Há o surgimento de uma “sociedade do conhecimento” ou “sociedade do saber”, emergente de uma sociedade pós-industrial (Bell 1973). Castells (1999) refere a existência de uma “Sociedade de Informação” ligada a todo um processo de procura de informação e uma “Sociedade de Conhecimento” constituída por uma franja da população que tem qualificações superiores. O conhecimento é considerado o recurso mais importante para o progresso da sociedade sendo que a intensidade e a escala dos seus fluxos provocam alterações instantâneas no desenvolvimento e na competitividade.

Escola (2003) aponta para quatro pilares como fundamentais para suporte da sociedade do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em comum e aprender a ser. É pelo acesso à inovação, também chamado de novo conhecimento que haverá lugar ao desenvolvimento económico dos países pelo seu contributo na formação de capital humano.

Há a referência a vários tipos de conhecimento: o tácito, correspondendo ao saber acumulado sobre um determinado assunto, ligado à personalidade de quem o detém, o explícito como um saber partilhado através de manuais, publicações e outros formatos que pode ser considerado um conhecimento disponível (Miranda 1999).

A valorização da pessoa humana começa a ser entendida como um ativo da empresa, nas últimas décadas do Século XX, reconhecendo-se da necessidade de haver lugar ao investimento em “conhecimento” para a obtenção de Capital Humano, para satisfazer as necessidades da empresa face à concorrência. Preocupam-se estas em

recrutar profissionais qualificados para se manterem competitivas, reconhecendo que ao investirem na formação, embora não contabilizem o retorno, obtêm um melhor desempenho financeiro.

Mais importante que as infraestruturas, equipamentos e capital, as empresas têm que recrutar bons profissionais, mantê-los, atualizá-los e recompensá-los, investindo capital financeiro para obter capital humano, melhor forma de colmatar as suas necessidades.

No segundo Capítulo é feita uma análise ao território continental com a pretensão de provar de uma grande heterogeneidade regional bem como a existência de regiões de baixa densidade e a forma como as potenciar.

À região Norte opõem-se o Sul e ao Litoral o Interior, cada qual com a sua realidade, fruto da sua própria especificidade, obrigando as suas populações a um esforço de adaptação. O relevo, clima, características do solo, situação geográfica, entre outras, levaram à construção de grandes desigualdades, no acesso às oportunidades.

Estas oportunidades, quando surgem têm lugar nos centros urbanos, sobretudo nos localizados no litoral e de uma forma exponencial nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o que tem levado ao êxodo da população rural na procura desses aglomerados habitacionais, em busca de melhores condições de vida.

Mais intensa nas últimas décadas, esta dinâmica demográfica ampliou o fosso das assimetrias regionais já existentes, originando regiões de baixa densidade, caracterizadas por terem uma baixa densidade populacional, perda contínua de residentes, elevados índices de envelhecimento, ausência de capacidade de investimento e emprego agrícola acima da média nacional.

Para haver lugar à identificação destas áreas, procedeu-se à recolha de dados e à elaboração de indicadores: demográficos, sociais, económicos, empresariais e educacionais, para que da sua análise e relacionado com a média nacional se procedesse à sua classificação.

Este estudo indicou a existência de uma faixa litoral considerada de atrativa, pelos valores apresentados e uma outra faixa no interior, ao longo da fronteira com os indicadores a distanciar-se pela negativa dos valores médios nacionais, que são apelidadas de repulsivas, as áreas de baixa densidade.

A valorização das regiões de baixa densidade passa pelo aumento da competitividade, pela reestruturação dos sistemas produtivos e da densidade do tecido empresarial.

Em todo este processo surge a educação como principal alavanca na dinamização da economia, pelo acesso ao conhecimento. É reconhecida a Portugal a existência da maior percentagem de trabalhadores com os mais baixos índices de escolaridade a nível europeu pelo que a qualidade do nosso capital humano constitui um obstáculo ao crescimento económico ao aumento da produtividade, condicionando a competitividade do tecido produtivo, situação que tem que ser invertida.

No terceiro Capítulo é elaborada uma resenha histórica do ensino desde os finais do Século XIX até ao presente. É traçado um paralelismo entre duas áreas do ensino: o ensino profissional ou técnico, preparando os jovens para o trabalho especializado, e o ensino liceal idealizado para prosseguimento de estudos universitários.

Com a queda do regime ditatorial em 1974 o ensino médio foi elevado a ensino superior, o qual não tinha capacidade de absorver todos os alunos.

A alta taxa de retenção e abandono escolar e a falta de profissionais para ocupar os quadros intermédios das empresas e o dar cumprimento aos objetivos traçados pela Comunidade Europeia para a educação, levou Portugal a elaborar reformas curriculares na área da educação e formação.

É neste quadro que em 1989 surgem as primeiras escolas profissionais com a publicação do Decreto-Lei 26/89, de 21 de janeiro. Em 2004 o Decreto-Lei 74/2004, de 26 de março faz a extensão dos cursos profissionais às escolas secundárias e em 2005 surge o programa das “Novas Oportunidades”. Este programa educacional tem como objetivos, habilitar todos os jovens com o 12º ano, que 50% dos alunos do ensino secundário frequentem cursos profissionais ou tecnológicos e qualificar um milhão de portugueses até 2010 foi pensado no âmbito dos objetivos de Estratégias de Lisboa.

No Capítulo quarto o estudo tem como área geográfica de análise a Beira Interior Norte, à escala de município, destacando-se os seguintes índices: demográfico, educação, saúde, económico, social e tecido empresarial. Procurando o estudo verificar o contributo dos cursos profissionais para o desenvolvimento local e regional deste espaço geográfico, houve a preocupação de uma busca exaustiva de todos os elementos disponíveis, relativamente ao ensino secundário com incidência na vertente profissional abordando as escolas profissionais públicas e privadas e as escolas secundárias.

Como metodologias foram utilizados vários recursos. A pesquisa bibliográfica tornou-se essencial na recolha de informação vária que permitisse a compreensão e desenvolver uma atitude crítica nos assuntos abordados. A pesquisa histórica ajudou a descobrir parte do passado para melhor se compreender o presente. A vivência e o contacto com a Beira Interior Norte permitiram um melhor conhecimento da realidade, fundamentais para todo o trabalho de campo desenvolvido. A leitura, interpretação e o entrosamento da legislação publicada tornou compreensíveis as orientações políticas da educação nas últimas décadas face às alterações económicas, sociais e políticas registadas na sociedade. A Consulta de bases de dados e estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho permitiram quantificar valores, estabelecer comparações, agrupar segundo escalões tudo o que é possível medir, para que houvesse caracterizações de base quantitativa, tornando ainda possível a elaboração de indicadores para uma avaliação qualitativa como seja a educação, saúde, condições de habitabilidade, emprego, lazer e outros considerados essenciais para a avaliação do bem-estar de uma sociedade.

Recaiu o estudo no universo de alunos matriculados desde o ano 2004/05 e 2010/11. Constatou-se que os cursos profissionais contribuíram para a diminuição da taxa de retenção e abandono escolar precoce, e pelo aumento do número de alunos a frequentar o curso secundário. Afirmaram-se também estes cursos pelo número crescente de alunos que escolheram esta área de ensino e com elevadas taxas de aproveitamento e subida da taxa bruta de escolaridade. Assim, a formação profissional proporcionou aos mais jovens preparação para o ingresso na vida profissional ativa, como um capital humano credenciado, capaz de proporcionar à Beira Interior Norte, maior competitividade.

As principais ilações a retirar, apontam para a grande importância dos Cursos de Formação Profissional como resposta ao desafio que se impõem a estes territórios em termos de competitividade social e económica havendo necessidade de continuarem a ser apoiados e permanentemente atualizados com vista à satisfação das necessidades locais e regionais, dentro do quadro de cooperação dos vários agentes de desenvolvimento presentes nesses territórios e que vão de encontro às aspirações de formação dos alunos que para além da formação académica (ensino secundário) vêm nestes cursos a possibilidade de ingresso na vida ativa como operários classificados. Pode considerar-se este programa de sucesso por se terem conseguido alcançar grande

parte dos objetivos, com um aumento significativo do número de alunos a frequentar este nível de ensino e os cursos profissionais a registarem uma grande adesão, representando em 2011 (34,3%) dos alunos do ensino secundário. A taxa de retenção e abandono escolar foi reduzida para 20,5%.



## **CAPÍTULO I**

### **CAPITAL CONHECIMENTO COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA**

#### **1.1. Sociedade do conhecimento e aprendizagem**

Sociedade do conhecimento é um termo utilizado, científica e politicamente, para designar realidades distintas, tais como os desafios inerentes ao desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (Komminos, 2002; Mansell & Wehn, 1998), ao crescente funcionamento em rede (Castells, 1996), à inovação (Knight, 1994), à economia intensiva em conhecimento (Bell, 1973) ou à aprendizagem (Lundvall, 1998).

Esta nova sociedade do conhecimento é uma sociedade cujo poder assenta no conhecimento, por ser este o fator estratégico na produção de riqueza. A inovação tecnológica ou novo conhecimento é a alavanca para o aumento da produtividade e consequente desenvolvimento económico dos países. “Sociedade da Informação” e “Sociedade do Conhecimento” é por vezes usada com o mesmo significado.

A UNESCO (2001), em particular, adotou o termo “sociedade do conhecimento” ou “sociedade do saber” dentro de suas políticas institucionais incorporando uma conceção mais integral, não ligada apenas à dimensão económica.

Castells (1999) diferencia os dois termos desta forma: “sociedade da informação” refere-se ao trabalho desenvolvido (o processo de captar, processar e comunicar as informações necessárias), e “sociedade do conhecimento” aos agentes económicos que devem possuir qualificações superiores para o exercício do seu trabalho.

O conceito de sociedade do conhecimento (*knowledge society*) segundo Bell (1973), Drucker (1969), está associado à emergência de uma sociedade pós-industrial que começou a ser motivo de estudo a partir dos anos 70 do século passado. Este conceito difundiu-se, particularmente, nos meios universitários, com especial incidência a partir dos anos 90. Há contudo autores que preferem apelidá-la de “sociedade da informação”.

Para Stehr (1994), o desenvolvimento tecnológico na globalização é o princípio explicativo da nova dinâmica económica e social, associada ao conhecimento, perdendo validade a relação capital/trabalho.

O conhecimento tem sido, desde sempre, considerado importante recurso para o progresso da sociedade (Fuller, 2001; OCDE, 2004). A sociedade atual é caracterizada pela intensidade e forma como o conhecimento é criado, difundido e usado. A intensificação dos fluxos do conhecimento e da escala a que estes ocorrem vieram alterar a natureza do desenvolvimento e da competitividade, agora diretamente relacionados com a capacidade para criar, difundir e aplicar conhecimento em “tempo real (Romeiro, 2010), o que leva as organizações a adotarem novos modelos organizacionais de gestão do conhecimento (Nona e Toyama, 2004), organizando-se de modo a tirarem partido das competências da criatividade, da capacidade de aprendizagem ou das habilidades relacionadas (Foss, 2005).

A produção de conhecimento, tem acompanhado todas as transformações que têm vindo a ocorrer com grande intensidade na era atual e a sua importância na sociedade tem contribuído para alterar as dinâmicas económicas e sociais influenciando os territórios na forma de conceber o seu desenvolvimento (Romeiro 2010), o que leva a que as cidades reforcem o seu protagonismo no contexto da sociedade do conhecimento e a possibilidade de desenvolverem um papel mais ativo no destino do seu desenvolvimento (Hall, P.,1999; 2001; Sassen, S 1991).

A sociedade do conhecimento, segundo Escola (2003), assenta em quatro grandes pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em comum e aprender a ser.

Há todo um esforço desenvolvido pelos recursos educativos dos países em proporcionar acesso ao conhecimento e cultura à sua população. Mais que esta cultura geral, há necessidade que cada um tenha um conhecimento mais profundo em áreas específicas e manter-se atualizado ao longo da vida. Aprender a conhecer é um esforço desenvolvido ao longo da vida.

Aprender a fazer é habilitar profissionalmente alguém, qualificá-lo, levá-lo a adquirir competências e mobilizar saberes (Perrenoud 2001), para que possa responder aos desafios a que é solicitado e ter capacidade de desenvolver a sua atividade e trabalhar em equipa.

Um grande desafio que se põe à nova sociedade é aprender a viver em comum, tendo em consideração que as ocorrências de conflitos a nível global, evidenciam uma sociedade cada vez mais desagregada. Na sociedade do conhecimento, exige-se a participação e cooperação com os outros, o reconhecimento do valor do pluralismo, da cooperação mútua, da paz (Escola, 2003).

Cada qual deve desenvolver uma personalidade própria, tornar-se autónomo, ter capacidade de decidir e ser responsável, ou seja, ser capaz de aprender a ser.

Numa análise histórica constata-se que o desenvolvimento e evolução da sociedade foi delimitado por marcos bem definidos, tendo início na agricultura, base de sustento da humanidade, rumou ao industrial que aumentou a produção de bens em quantidade e qualidade para satisfação das necessidades face ao aumento demográfico e às novas exigências culturais e sociais, vivendo-se na atualidade no período informacional, em que as tecnologias de informação e comunicação dominam o mundo global.

A agricultura, com origem no período do neolítico, tinha como fator de produção mais importante a terra. Os solos eram escolhidos de acordo com o bem alimentar a produzir, por neles residir a fertilidade natural. O homem sujeitava-se às leis da natureza.

Na era industrial as matérias-primas e as fontes de energia foram consideradas os fatores de produção mais importantes. Surgem inovações tecnológicas que se foram difundindo e multiplicando. As novas sociedades industrializadas passaram a funcionar segundo uma lógica industrial: a produção e circulação de bens.

Na sociedade do conhecimento a inovação tecnológica ou novo conhecimento, passa a ser um fator importante para a produtividade e para o desenvolvimento económico dos países (Drucker, 1993; Lemos, 1999; Chaparro, 2001; Fuks, 2003; D'Amaral, 2003), sendo caracterizada por uma atualização contínua nos campos da tecnologia, pela ação da Internet e mudanças económicas e sociais com a globalização. As economias mais avançadas, dispendo de maior conhecimento, traduzem-no em vantagem competitiva pela utilização e valorização do conhecimento no novo conhecimento e inovações tecnológicas.

Call Dávila *et al.* (2008), citando vários autores, refere-se à sociedade do conhecimento como aquela em que:

- Os valores dos produtos são indexados ao conhecimento utilizado na sua conceção. O poder económico das organizações e dos países está diretamente relacionado ao fator conhecimento (Borges, 1995; Fuks, 2003).
- A pesquisa científica tornou-se fundamental para o desenvolvimento dos países (Mattelart, 2005; González de Gómez, 2002).
- A criação de conhecimento organizacional tornou-se um fator estratégico chave para as organizações, sendo fonte de inovação e vantagem competitiva (Drucker, 1993; Nonaka e Takeuchi, 1997; Choo, 2003).
- O conhecimento, a comunicação, os sistemas e usos da linguagem tornaram-se objetos de pesquisa científica e tecnológica, sendo o estado um agente estratégico para o desenvolvimento científico (González de Gómez, 1995, 2002).
- Os fluxos de informação e conhecimento entre países são acrescentados aos fluxos de capital e de bens já existentes, tornando-se uma economia transnacional (Fuks, 2003; Mattelart, 1997; Cortes, 2005).
- Ocorreu uma mudança no paradigma de comunicação, a lógica comunicacional de “um para muitos” foi substituída pela de “muitos para muitos”, impulsionado pelo surgimento da Internet como meio de disseminação de informações e pelas novas tecnologias motivadas pela digitalização de documentos (Lévy, 2000; Vaz, 2004).

Na sociedade do conhecimento, as organizações procuram inovar para se diferenciar e obter vantagens competitivas quer pela melhoria nos produtos e serviços oferecidos, quer pela eficiência operativa.

Os países são classificados em função da capacidade de aplicar o conhecimento e gerar inovação. A sua produtividade está subjacente às possibilidades de acesso ao conhecimento, dos investimentos em capital humano e desenvolvimento tecnológico. Os países com melhores sucessos são os que inovam no campo social e no económico.

Peter Drucker (1994) e Alvin Toffler (1990) sublinham a importância do conhecimento como recurso e poder governativo, sendo este a principal fonte de competitividade internacional. Na nova economia, o conhecimento não é mais um recurso a adicionar aos outros fatores de produção, mas o recurso mais significativo.

Toffler (1990) acrescenta que o conhecimento é a fonte do poder e a chave para a futura mudança. Já para Lundvall (1992) o mais importante recurso das economias é o conhecimento e o principal processo, a aprendizagem, podendo considerar-se a inovação como um processo interativo de aprendizagem, havendo a considerar o papel

dos processos de geração e transferência de conhecimento e a sua relação com a inovação. Sustenta ainda que, importante é a reprodução do conhecimento e que combinar conhecimento velho de forma nova, também gera inovação.

Na economia do conhecimento a existência de capital humano é crucial para o desenvolvimento económico e para desenvolvimento regional. O capital humano é entendido como portador de conhecimento tácito e, portanto, como fator importante para a criação de novos conhecimentos. Este conhecimento pode ser trocado e melhorado o seu desenvolvimento através da interação pessoal em espaços de alta densidade, sendo estas aglomerações mais atraentes para o capital humano do que outras regiões.

O capital humano não é um recurso com uma distribuição equitativa a todos os territórios, tendo este apetências por determinados lugares e repulsa por outros. A teoria das aglomerações sustenta que o capital humano disseminado pode ser utilizado com mais eficiência em espaços de alta densidade (Glaeser 2003), como acontece nas cidades promotoras de trabalhos diversificados, com redes de conexão, informações e outros, reduzindo o risco associado aos vários processos de trabalho. Um grande número de estudos conclui que a produtividade do capital humano aumenta com a densidade espacial (Moretti 2004; Lehmer and Möller 2008). As áreas de alta densidade são de grande importância para a maioria das profissões baseadas no conhecimento. A existência de capital humano em aglomerações aumenta a atratividade de recursos adicionais de capital humano, que procuram essas mesmas aglomerações. Möller e Haas (2003) consideram que indivíduos com talento, motivados e bem formados, podem beneficiar mais que outros trabalhadores, nessas aglomerações, pelo que estas podem tornar-se lugares atrativos de capital humano (Markusen 1996).

Consideram ainda, as teorias de aglomeração que é essencial para o processo de interação, não só a concentração de capital humano generalizado, mas também de trabalhadores com conhecimento específico, contribuindo para a existência de cidades ou regiões atrativas para determinadas profissões (Gertler, 1995; Schamp 1996; Storper, 1997; Bathelt, 2000).

A necessidade de interagir sob a forma de “face-to-face”, leva a um processo gradual de espaço-tempo para a difusão do conhecimento resultando em disparidades espaciais na distribuição de capital humano (Camagni 1991; Maillat 1995), pelo que para além da necessidade de conjugar a interação pessoal do capital humano na

produção e uso do conhecimento, a possibilidade de interação nas aglomerações, é também diferenciada (Malmberg and Maskell 2002).

O conhecimento tácito é dimensão pessoal e subjetiva do conhecimento, próprio do contexto, difícil de formalizar e de codificar e, como tal, de transmitir (Santos 2009). Miranda (1999), define o conhecimento tácito, como o saber prático acumulado sobre um determinado assunto, que agrega convicções, crenças, sentimentos e emoções e outros fatores ligados à experiência e à personalidade de quem os detém. Este conhecimento é transmitido tendencialmente de forma direta num “face-to-face communication and buzz” (Asheim *et al.*, 2007).

O conhecimento explícito é estruturado, podendo exprimir-se recorrendo a códigos universais (palavras, símbolos, sons, números, ...) é facilmente partilhado (através de manuais, artigos, regras, procedimentos, bases de dados...), não necessitando de recorrer à experiência direta, pelo que “pode ser rapidamente transmitido aos indivíduos, formal e sistematicamente” (Takeuchi e Nonaka, 2008: 19) “and a very little is lost in the act of transfer” (Ernst e Lundvall, 1997), sendo considerado um conhecimento disponível (Miranda 1999).

Os setores empresariais que utilizam o conhecimento tácito tendem a concentrar-se com os seus clientes, fornecedores e concorrentes, beneficiando assim da transferência deste conhecimento. Os setores que utilizam o conhecimento explícito, não necessitam de se concentrar espacialmente, por terem maior facilidade de transferência de conhecimento (Santos, 2009).

Embora bipolares, estes dois tipos de conhecimento, são complementares e interligam-se. Para haver conhecimento explícito há o recurso ao tácito e este contém conhecimento explícito.

A gestão do conhecimento, hoje mais que nunca, é fundamental na alta competição, por permitir às empresas alcançar vantagens competitivas e maior sustentabilidade. A importância do conhecimento levou a que este fosse alvo de importantes pesquisas por parte de diversos autores.

Na perspetiva clássica, o conhecimento é dividido em quatro categorias taxonómicas: dados, informação, conhecimento e sabedoria. Lundvall e Johnson em 1994 propõem uma nova taxonomia para melhor compreensão do papel da aprendizagem no desenvolvimento económico, distinguindo diferentes tipos de conhecimento: “know-what”, “know-why”, “know-how” e “know-who”.

O “know-what” é um conhecimento factual, a que chamamos de informação (Lundvall, 1996). É disponibilizado por livros, revistas, base de dados, amplamente difundido graças à inovação tecnológica. Para a sua descodificação este conhecimento deve recorrer a especialistas do “know-who”.

O “know-why” é um conhecimento que rege as leis da natureza, do ser humano e da sociedade (Lundvall 1996). Este está muito associado às ciências, dependendo estas contudo de outros tipos de conhecimento. O “know-why” é associado ao desenvolvimento tecnológico, contribuindo as Tecnologias de Informação e Comunicação para a difusão e acessibilidade deste conhecimento, recorrendo a especialistas do “know-who”.

O “know-how” é um conhecimento particularmente tácito, está associado a competência do desempenho dos trabalhadores pela aprendizagem adquirida no contexto da interação no local de trabalho. É uma forma de “learning by doing and interacting” (Ernst e Lundval, 1997). É desenvolvido e conservado dentro das empresas, organizações ou equipas de trabalho, levando à construção de redes entre elas, com objetivo de acesso e partilha desse conhecimento, essencialmente tácito de difícil codificação.

No Quadro 1 é feita a interação do conhecimento tácito e explícito em conjugação com a taxonomia do conhecimento de Lundvall e Johnson (1994).

**Quadro1 - Taxonomia do conhecimento segundo Lundvall e Johnson (1994)**

<b>Explícito</b> ↑          <b>Tácito</b>	<b>KNOW WHAT</b>	<b>KNOW WHY</b>
	-Factual -Informação -Fácil difusão	-Princípios, leis universais -Científico -Fácil difusão
	<b>KNOW WHO</b>	<b>KNOW HOW</b>
	-Saber quem sabe o quê -Complexo e volátil -Aprendizagem relacional	-Experiência/habilidade/técnico -Prático/intuitivo -Aprendizagem interativa

Fonte: Santos (2009).

Nos clusters regionais, as relações do sistema e a inovação são baseadas na indústria, com conhecimento sintético.

“The synthetic knowledge base refers to the (predominantly engineering) knowledge involved in the design and construction of solutions to human problems which is often instrumental, context specific, and practice related” (Asheim *et al.*, 2007), ou seja, o conhecimento sintético é baseado em tecnologia, envolvendo desenho e construção de soluções e por vezes de instrumentos, para a solução de problemas humanos. Está ligado à aprendizagem interativa, recorrendo preferencialmente ao conhecimento tácito, assentando em processos indutivos, com carácter prático, procurando resolver os problemas, promovendo o “know-how”. Sendo um conhecimento de contexto e preferencialmente tácito, produz um conhecimento local.

A diversidade das economias urbanas é especialmente importante na promoção de inovações radicais (procurando desenvolver sistematicamente novos produtos e processos), daí a grande importância para as indústrias com base no conhecimento analítico. Este está relacionado com o conhecimento científico, cuja criação é baseado no método dedutivo utilizando processos racionais e cognitivos. “The analytical knowledge base comprises (predominantly scientific) knowledge that is geared to understanding and explaining features of the (natural) world.” (Asheim *et al.*, 2007).

Procura desenvolver o “know-why”, utilizando a forma codificada do conhecimento, abstrato e universal, sendo um conhecimento global. “The knowledge itself is often the outcome of the knowledge-creation process” (Moodysson, 2008).

Empresas há que recorrem ao conhecimento sintético, ligado a uma aprendizagem interativa, numa dimensão experimental (tentativa-erro), utilizando processos indutivos de carácter eminente prático, promovendo o “know-how” para a resolução dos seus problemas. É um conhecimento de contexto, produzindo um conhecimento local, utilizado para promover a modificação dos produtos e processos existentes.

Para além da colaboração prestada pelos fornecedores e clientes “as atividades de I&D podem ser necessárias, sob a forma de investigação aplicada, para resolver questões fundamentais” (Moodysson *et al.*, 2008)

Boshma (2005) e Sternberg (2007), referem que para manter a sustentabilidade económica de um cluster, deve haver uma certa proporcionalidade de tamanho, influência e importância entre os seus agentes para evitar a dependência total do sistema regional de inovação de um ator principal.



O empreendedorismo assume grande importância para a manutenção do equilíbrio do sistema, proporcionando mudanças estruturais na rede interna de cooperação e competição assim como as novas descobertas alavancam as empresas desse setor em direção a uma inovação competitiva. Para que esta aconteça tanto no espaço regional como internacional, deverá ocorrer transferência de conhecimento no âmbito interno e externo do sistema regional de inovação. A inovação caracteriza-se assim pela dicotomia entre competição e cooperação, de acordo com o conceito inicial de cluster (PORTER 1992).

A coexistência de muitos clusters intrarregionais, exige estruturas abrangentes do governo, como forma de garantir uma coordenação sistemática entre a indústria e a criação de organizações de conhecimento e a sua difusão o que implica um sistema de inovação de caráter como o da “*tripla-hélice*”.

## **1.2. Capital conhecimento como elemento estratégico na economia**

Nos primórdios do séc. XIX, capital começou a significar uma unidade de valor indexada ao trabalho. Karl Max (1867), evidenciava a força de trabalho como fonte de todo o valor, considerando que os investimentos em materiais e tecnologia apenas transferiam esse valor.

Com a revolução industrial, para o mundo capitalista, os seres humanos eram indispensáveis e intercambiáveis, eram um meio necessário para atingirem os seus objetivos.

A noção de “recursos humanos” está associada à seleção, administração e orientação dos operários e colaboradores de uma empresa, para que esta atingisse as metas propostas, sendo preocupação preferencial dos empresários o investimento na engenharia mecânica. Durante todo o Séc. XX e sobretudo no último quartel foi dada especial ênfase aos recursos humanos em vez de haver preocupação com o capital humano. Havia a preocupação com os recursos humanos para dominar o mercado por uma melhor qualidade de serviços e produtos, não havendo preocupação de valorizar esses funcionários.

Michael Hammer e James Champy (1996) consideraram que faltava introduzir o elemento humano nas reestruturações que estavam a ser efetuadas. Champy refere que as próprias administrações deveriam passar por uma reestruturação.

Consideravam haver necessidade de valorizar a pessoa humana, que sendo um ativo da empresa, pode ver o seu valor aumentado ao invés de outros ativos que perdem valor.

Referem ainda que mais importantes que as infraestruturas das empresas, os equipamentos, o capital e outros ativos, recrutar bons profissionais, mantê-los atualizados e recompensá-los, será o principal valor dessa mesma empresa.

Nesta nova teoria do agir comunicativo é atribuído um alto valor ao capital humano no contexto da nova sociedade de conhecimento pelo que as empresas para serem competitivas terão de investir capital financeiro para conseguirem obter capital humano e colmatarem as suas necessidades.

As novas mudanças têm os seus reflexos nos diferentes mercados e assiste-se à emergência de uma Terceira Revolução Industrial, com o aparecimento de novos grupos económicos, com a transação de um grande volume de recursos financeiros, num processo liberal.

A Globalização é um processo irreversível que leva à internacionalização das empresas, que têm que proceder à sua reestruturação interna nos diversos níveis. Neste processo de adoção de estratégias internacionais há a referir a importância do capital humano.

Desde Max Weber (1946), que se tenta compreender o processo organizacional das empresas. Nos anos 60 e 70 foi dado maior destaque ao estudo das estruturas. Desde essa data que se passou a dar maior ênfase ao ambiente organizacional. As empresas passam a ser sistemas abertos, com intercâmbios internacionais, sujeitas a mudanças.

Após a Segunda Guerra Mundial, algumas barreiras comerciais foram eliminadas, levando à cooperação comercial entre países, com a assinatura de acordos.

A internacionalização das empresas deu lugar à exportação de modelos de gestão, tecnologia e estruturas organizacionais.

Dentro deste contexto, surgiu um novo paradigma produtivo, cujas principais características, estão resumidas no Quadro 2.

No velho paradigma, as indústrias eram consumidoras de muita energia, grandes unidades de produção que empregavam um número elevado de trabalhadores. Nas cidades industriais proliferavam altas chaminés das indústrias que laboravam continuamente poluindo a atmosfera. Estas estavam vocacionadas a produzir determinado produto por grandes períodos de tempo. Os empregados, especialistas,

desempenhavam uma única função, causando-lhes enfermidades a nível psicológico e atrofio dos músculos não utilizados no processo repetitivo.

**Quadro 2 - Mudanças no paradigma tecnológico**

VELHO PARADIGMA	NOVO PARADIGMA
Intensivo em energia Grandes unidades de produção e número de trabalhadores. Produto homogêneo de uma unidade de produção. Padronização mix estável de produtos. Plantas e equipamentos especializados. Automação. Habilidades especializadas	Intensivo em informações e conhecimento. Redução no tamanho da produção e no número de trabalhadores. Diversidade de produtos. <i>Customised</i> (dirigida ao cliente). Mudanças rápidas no <i>mix</i> de produtos. Sistemas de produção flexível. Sistematização. Multi-habilidades interdisciplinares

Fonte: Nakano (1994).

No novo paradigma, prevalece a informação e o conhecimento. Diminuíram as áreas de implantação das indústrias, assim como o número de trabalhadores. Os produtos produzidos, têm um curto período de vida útil. Há uma grande rotatividade da produção de novos produtos.

A produção tem por missão a satisfação das necessidades de momento dos consumidores, sem necessidade de armazenamento de stocks por haver flexibilidade na sua produção.

Os seus empregados têm que ter capacidade de desempenhar várias funções.

Ao capital humano foi exigida aptidão para trabalhar em equipa, adaptando-se aos novos desafios, para obterem liderança.

Com a Globalização, houve necessidade de adaptar as estratégias na área dos recursos Humanos, nomeadamente no que respeita ao Capital Humano.

A aprendizagem é fundamental, e as empresas que consigam integrar e manter relações globais e locais serão as mais bem-sucedidas.

Torna-se fundamental, compreender as transformações que ocorrem no presente, ler o futuro e ser eficiente e eficaz perante os desafios a enfrentar.

Neste novo século é globalmente salientado que o conhecimento tem vindo a ocupar o lugar do capital como força motriz, representando o capital intelectual o valor mais importante no quadro competitivo da atualidade.

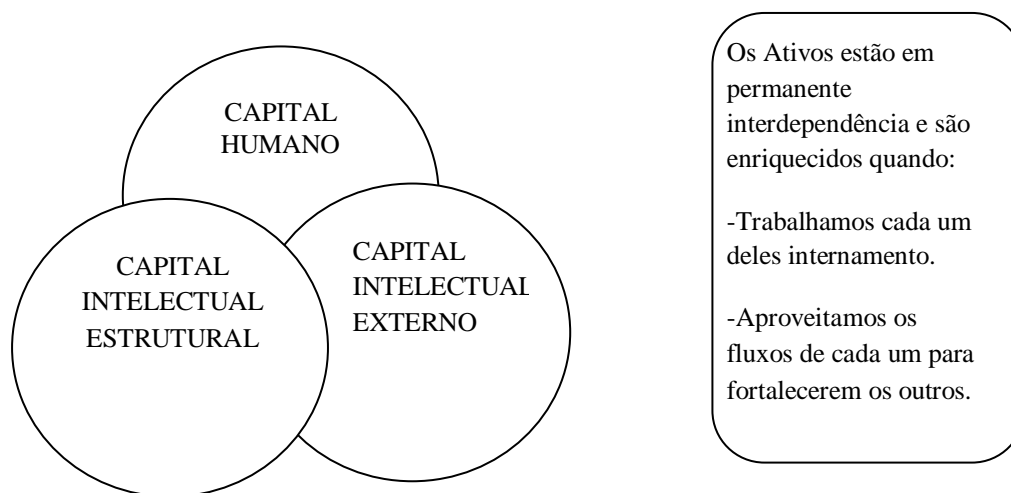
Conforme refere Serrano (2005), nas últimas décadas do século XX, os gestores puseram em causa o modelo tradicional de gestão que tinha como instrumentos as estratégias, estruturas organizativas, processos e pessoas. Este modelo não dava realce a

três dimensões consideradas fundamentais para uma nova liderança organizacional, a referir: informação, tecnologia de informação e a gestão do conhecimento. Tem como objetivo aplicar o conhecimento nas organizações, por ser considerado o elemento fundamental.

Uma organização precisa de ter nos seus quadros elementos talentosos e que seja feita uma gestão criteriosa dos mesmos para a criação de valor. Começa esta pela identificação dos talentos individualmente e da organização, procurando aumentá-los e mantê-los, com vista ao desenvolvimento organizacional.

A elaboração de estratégias para a criação de valor, segundo Serrano (2005), está condicionada ao capital intelectual da organização, considerada a chave estratégica na criação de vantagem competitiva.

O conceito de Capital Intelectual foi apresentado em 1969 pelo economista Kenneth Galbraith, subdividindo-o em três tipos de capital: o capital humano, capital intelectual estrutural e o capital intelectual externo ou relacional Figura 1.



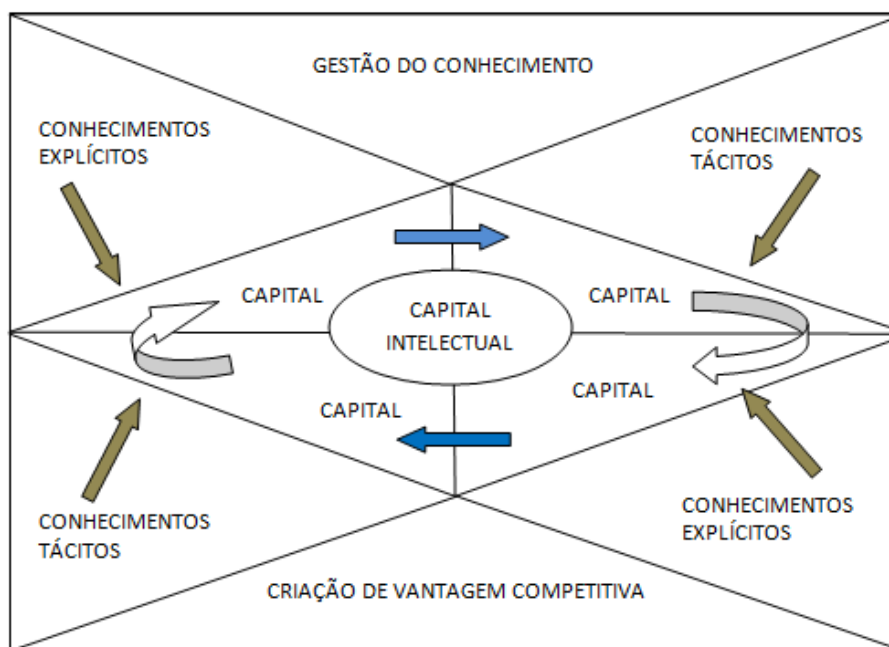
**Figura 1 -Capital intelectual organizacional**  
Fonte: Serrano,( 2005).

O capital humano pode definir-se como ativos de competência individual, abrangendo valores como a educação, formação pessoal, experiência e competências, o seu potencial funcional e todo o seu talento, por vezes não explorado. Este capital humano é intrínseco e propriedade do trabalhador, que o acompanha onde desempenhe as suas funções.

Capital intelectual estrutural comporta os ativos da estrutura interna, ou seja, o conhecimento que pertence de uma forma explícita à organização, englobando a estrutura organizativa formal e informal, as bases de dados, ficheiros de clientes, marcas, patentes, tecnologias, parcerias, bem como aspetos ligados à cultura da organização: estratégias, gestão, estrutura, sistemas, rotinas e procedimentos (Serrano, 2005).

Capital Intelectual Externo corresponde aos ativos da estrutura externa que são a imagem da organização. Compreende todas as estruturas externas à organização com quem tem que se relacionar, como sejam os clientes, os fornecedores, a concorrência, entidades bancárias, acionistas, a cooperação e alianças estratégicas com outras organizações.

O capital intelectual tem como objetivo a gestão do conhecimento com recurso ao capital humano, intelectual, tecnológico, organizativo e relacional, com a afluência do conhecimento explícito e tácito, para que haja a criação da vantagem competitiva. Na Figura 2 é esquematizada a gestão do capital intelectual com vista à criação de vantagens competitivas.



**Figura 2 Capital Intelectual e vantagem competitiva.**

Fonte: Bueno Campos, (1998).

Para que haja vantagem competitiva sustentável numa organização, não pode ser passível à concorrência imita-la, devendo respeitar quatro critérios (Barney, 1986 e 1991; Amit e Schoemaker, 1993; Cunha Gomes e Cunha, 1999):

**Acrescentar valor** – o recurso deve ser relevante, valioso, proporcionando uma maior valor à organização. Este será mais relevante quando se trate de capital intelectual gerador de fluxos de valor desde a sua entrada na organização partilhados com os outros membros;

**Escassez ou raridade** – o recurso deve ser único ou raro e não disponível à concorrência. O capital Intelectual não pode ser partilhado com outras organizações sob pena de por em causa a competência reprodutora, a estratégia criadora de valor e da vantagem competitiva.

**Difícilmente ou imperfeitamente imitável** – não deve ser possível imitar o recurso, dificultando ou tornando impossível a cópia da estratégia na organização, devendo haver iguais procedimentos com o capital intelectual.

**Difícilmente substituível** – não deve ser possível à concorrência substituir o recurso numa organização utilizando capacidades e habilidades de forma a desafiar a sua estratégia. No que se refere ao capital Intelectual, uma pessoa pode ser substituída por outra, mas é difícil ou praticamente impossível que esta outra tenha as mesmas atitudes e valores.

As organizações precisam de capital intelectual e será a gestão do conhecimento que irá potenciar o emprego do capital intelectual dentro da organização, transformando o máximo de capital humano em capital intelectual, sendo de grande importância o espírito empreendedor da pessoa na criação de valor para a organização.

A vantagem competitiva consegue-se pela existência de recursos humanos (colaboradores valiosos e trabalhadores de alta qualidade) e da capacidade de fazer o melhor uso desses recursos (Cunha, Gomes e Cunha, 1999). Obtém-se vantagem competitiva, com universo das pessoas da empresa, quando as suas orientações assentarem num conjunto de três fatores: os recursos humanos e as práticas de gestão dos recursos humanos (Wright, McMahan e McWilliams, 1994); a gestão estratégica dos recursos humanos pela sua interação; o estabelecimento de relações de coordenação e integração com as estratégias organizacionais e dos recursos humanos (Cunha, Gomes e Cunha, 1999).

Nas organizações temos a considerar segundo Serrano (2005) três tipos de recursos: os recursos internos (controlados na íntegra pela organização), os recursos externos (não completamente controláveis, mas passíveis de utilizar) e recursos disponíveis (parcialmente controlados e possuídos pela organização).

As pequenas e médias empresas para completarem os seus ativos, recorrem aos recursos disponíveis designadamente pela interação com o ambiente envolvente.

Há assim dois tipos de capital humano: o capital humano transferível (baseado no conhecimento científico que se obtém de forma explícita e está codificado) e o capital humano específico ou não transferível (baseado na experiência e no conhecimento tácito), que é o que cumpriria as condições estratégicas das organizações, dada a sua imobilidade e difícil cópia e substituição.

No Quadro 3, é sistematizado o processo de criação do capital humano, relativamente aos recursos internos e externos e natureza transferível ou não transferível.

**Quadro 3 – Formas de criação de Capital Humano**

	CAPITAL HUMANO TRANSFERIVEL	CAPITAL HUMANO NÃO TRANSFERIVEL
RECURSOS INTERNOS (Totalmente)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Formação interna</li><li>- Informação técnica (publicações...)</li><li>- Seminários Internos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Experiência no posto de trabalho</li><li>- Relações com empregados experimentados</li></ul>
RECURSOS DISPONIVEIS (Internos/Externos)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Escolas e Universidades</li><li>- Associações empresariais e profissionais</li><li>- Bases de dados comuns sobre os mercados e produtos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Experiências prévias em postos de trabalho</li><li>- Relações com centros de investigação</li><li>- Canais informais de comunicação</li></ul>

Fonte: Morales e Navarro, (2001).

Há paradigmas que têm que ser alterados, nomeadamente que a concretização de um projeto tenha apenas objetivos financeiros, desvalorizando o capital humano. O não investimento na formação pode traduzir-se em perdas económicas para as empresas, levando estas a valorizar mais o seu capital humano.

Ao investirem no capital humano, as empresas não contabilizam o retorno desse investimento, no entanto, há evidências de um melhor desempenho financeiro das mesmas.

As empresas preocupam-se em recrutar profissionais qualificados para se manterem competitivas, beneficiando de todo um manancial de conhecimento, fruto da experiência do passado, procuram desenvolver projetos de vanguarda. Os gestores preocupam-se e querem ver resultados promissores com as contratações recentes, e pelo surgimento de novos projetos, face ao capital humano que a empresa possui. As mudanças nas estruturas de uma empresa são normalmente muito lentas, a não ser que haja objetivos concretos nesse sentido.

Para que haja mudanças nas estruturas das empresas, é necessário criar uma organização que esteja desperta para a necessidade de aprender, que estimule os seus empregados para as novas mudanças, adaptando-se e inovando, acontecendo mais frequentemente em empresas com hierarquia simplificada, as quais para manterem um ambiente competitivo, tentam modelar os comportamentos, pela criação, aquisição e transferência de conhecimento.

O interagir, no âmbito do conhecimento, constitui a possibilidade de concretização de estratégias relativas às tradições culturais, estabelecimento de solidariedade, formas de convivência e socialização do capital humano.

O reforço de investimento em capital humano é imprescindível para a convergência das economias.

Na perspetiva neoclássica a convergência é suportada pelos rendimentos marginais decrescentes, ou seja, o investimento em determinados fatores é produtivo apenas numa primeira fase, havendo necessidade de unir esforços para usufruir dos benefícios dos avanços da tecnologia, e não haja passagem à segunda fase, em que há um decréscimo da produção.

Na atualidade é sustentado que os rendimentos marginais devem ser crescentes, já que os países com maior capital humano têm mais possibilidades de manter o crescimento económico, o que explica a divergência de crescimento das economias e o desenvolvimento regional desigual.

Para Arrow (1994) e Goodfriend e Mcdermott (1995), a educação é apenas um componente do capital humano, onde é incluída a educação familiar. A educação, referem, é um fator onde existem disparidades regionais explicadas pela taxa de desemprego, rendimento per capita, nível salarial, acesso ao ensino e saúde, entre outros.



Nunez (1990) defende a educação formal e o learning-by-doing, como fator de produtividade do trabalho, proporcionando melhores remunerações, sendo estas em função da educação recebida. “The more education, it was generally assumed the higher returns” (Nunez 1990). Esta teoria é defendida argumentando-se que a educação permite ao trabalhador apreender o mercado de trabalho e responder afirmativamente às mudanças.

Myllyutans (1990) considera a educação em massa, um instrumento de promoção do crescimento económico e bem-estar social, concluindo que a educação reflete-se no rendimento nacional. Por seu lado, Aldcroft (1990) refere que a baixa formação desencoraja ou retarda a inovação e metodologias mais avançadas do trabalho. A ignorância cria resistência à mudança e à adaptação. Conduz à inflexibilidade de estratégias, caminhando para a incapacidade de responder a novas solicitações. Um trabalhador com reduzidos conhecimentos, pode não saber o que faz, nem porque o faz.

Para Aldcroft (1990), existem algumas tendências para desvalorizar o contributo da educação e formação, num primeiro estágio de desenvolvimento moderno. Numa posição oposta, Adam Smith (1776) referia que “A educação das pessoas comuns talvez exija, numa sociedade civilizada e comercial, mais atenção por parte do Estado que de pessoas de alguma posição e fortuna, as quais podem de alguma maneira escapar desta penosa condição humana.

Enquanto Brach Shaw (1995) é apologista da força de trabalho, como a variável competitiva mais importante, Amin e Thrift (1995) reforçam a importância do conhecimento como fator de produção. Um aumento na base de educação, origina um Produto Nacional Bruto (PNB) mais elevado, pela eficiência na produção.

A educação é, segundo Howe (1993), uma forma de diminuir a probabilidade de desemprego. Neste sentido, a Europa, tem dado grande importância à educação, tendo em conta que a integração fez aumentar a competitividade entre as várias regiões da União Europeia.

Não sendo um assunto novo, a educação exigiu atualizações e oferta de níveis superiores de educação. Thirlwall (1995), considera que para evitar a queda da produtividade marginal dos países ricos, estes devem investir em capital humano, investigação e desenvolvimento (I&D) e infraestruturas.

O investimento em capital humano permite criar em áreas onde coexistem as competências, os conceitos e as conexões, regiões competitivas.

### **1.3. Capital conhecimento e desenvolvimento regional**

A centralidade do conhecimento tem sido o fator decisivo para o progresso tecnológico e inovação no âmbito da evolução dos sistemas económicos. Bell (1973) dava como findas as sociedades do capitalismo do séc. XX e a emergência da ciência e tecnologia na nova sociedade do conhecimento. O fator conhecimento passa a ser mais importante que o trabalho e capital, promovendo a competitividade das empresas com reflexo nas economias regionais dos Estados.

Estas tendências têm vindo a proliferar em economias mais avançadas, onde as funções ligadas à investigação e desenvolvimento (I&D), gestão e administração, serviços financeiros e indústrias criativas, têm vindo a dar ocupação a maior número de pessoas, gerando grande parte da riqueza das cidades e das regiões urbanas (Scott, 2001).

Para responder ao competitivo mercado internacional, os sistemas económicos mais avançados fazem uma análise permanente das atividades desenvolvidas, planeando estratégias futuras, sendo as Instituições de Ensino Superior, Unidades de Investigação, Centros Tecnológicos e Centros de Formação Profissional, fundamentais para o aumento do stock do conhecimento e para o aparecimento de dinâmicas inovadoras.

À inovação devem-se os ganhos de produtividade das economias capitalistas, sendo que a evolução tecnológica da rede de transportes e da comunicação conduziu à remoção de barreiras ao comércio e à circulação de capitais, que têm como reflexo o aumento dos fluxos de bens, capital e pessoas.

Porter e Stern (2001) e Lundvall (2005), salientam a importância dos territórios como fonte de inovação. A inovação é encarada no presente, segundo Cooke (2002) e Lundvall (2005), numa perspetiva multidimensional onde os fatores sociais, culturais e económicos inerentes ao ambiente local/regional desempenham um papel decisivo.

Os modelos de inovação permitem materializar as relações entre territórios e inovação.

A inovação acontece pela prevalência do conhecimento local, com origem na prática e baseada na experiência, dito “conhecimento tácito”, dependendo do contexto sócio-territorial (Storper, 1997). Storper (1995) refere que a proximidade geográfica promove as interações no sistema local, devido à partilha de linguagem, normas e valores culturais comuns. Por outro lado, o conhecimento “codificado” é transmitido sob

formato analógico ou digital, não implicando proximidade, obrigando a determinado investimento.

Morgan (2004) refere que os níveis de confiança são mais elevados entre agentes com maior proximidade geográfica que os de relações mais distantes.

Maskell e Malmberg (1999) defendem o conhecimento e aprendizagem local, como a única forma de as aglomerações inovadoras sustentarem o seu desenvolvimento e manterem a competitividade, explicadas pelas dinâmicas de conhecimento e inovação, interdependentes das redes sociais e dos contextos institucionais locais e regionais.

Esta teoria é partilhada pela escola (neoclássica), pela grande importância na geração de rendimentos crescentes (Krugman, 1991).

Também as cidades, nesta perspetiva, citando Vale (2009), são tidas como entidades informacionais, onde ocorrem grandes fluxos de conhecimento, pela informação, tecnologia e capital humano.

Jaffe *et al.* (1993) confirmam que o estímulo à melhoria tecnológica resulta entre os agentes próximos, por interações não mercantis, pela não confinamento a uma única tecnologia específica antes apostarem na diversidade para criação e sustentabilidade de dinâmicas inovadoras (Jacobs, 1969).

Florida (2002), numa linha diferente, atribui à cidade um papel estratégico, tendo em conta a proximidade, diversidade e criatividade, gerando dinâmicas de inovação, assegurando fluxos de ideias entre indivíduos e empresas, favorecendo o ritmo da inovação (Vale, 2007).

No Quadro 4 são condensadas as contribuições “da Inovação como processo social” e a “Proximidade espacial” como motores da competitividade e do desenvolvimento.

**Quadro 4 - Proximidade e processo de inovação**

<b>Inovação como processo social</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Aprendizagem através da interação</li><li>➤ Interação entre empresas, instituições de investigação científica e de educação e formação</li></ul>
<b>Proximidade espacial</b> Facilita a partilha de conhecimento e a capacidade das empresas para a aprendizagem localizada	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Fluxos mercantis e não-mercantis</li><li>➤ Conhecimento tácito</li><li>➤ Comunicação oral e não oral: <i>buzz</i> e face-a-face</li><li>➤ Valores, convenções e normas comuns</li><li>➤ Conhecimento imediatamente disponível sobre reputação, fiabilidade e honestidade (confiança) de potenciais fornecedores, parceiros e clientes</li></ul>

**Fonte: Adaptado de Gertler (2003).**

A inovação acontece, segundo Jacob (1969) pelas dinâmicas dos territórios, com a co-localização dos agentes económicos, possibilitando múltiplos encontros frutuosos seguindo a noção de “*knowledge is in the air*”. Também a inovação é fruto da interação das Empresas com as Universidades e Instituições de investigação, sendo esta aliança fulcral pela existência de circuitos de retroalimentação entre produção científica e tecnológica, pela circulação de fluxos de formação e conhecimento nos dois sentidos. Cabe às instituições de ensino produzir conhecimento em benefício das empresas e setor produtivo (Klevorick *et al.* 1995, Narin *et al.* 1997 e Cohen *et al.* 2002).

A proximidade espacial é beneficiada pelos contributos da linguagem, normas e valores comuns. Storper e Venables (2002) denominam “*buzz*” local, designação atribuída ao conhecimento tácito transferido localmente, como contributo indispensável para a produção de conhecimento e aprendizagem localizadas. Os elementos referidos no quadro 4 sintetizam os benefícios das empresas com a sua co-localização.

O aumento da intensidade dos fluxos leva à competitividade global das empresas e regiões, caracterizando-se esta economia contemporânea, por uma permanente mobilização de conhecimentos e processos de aprendizagem (Ascher, 2004).

A emergência da economia do conhecimento e o processo da globalização trazem novos desafios para as regiões, tornando-as cada vez mais como espaços “não limitados” e “porosos”, definidos a partir das suas relações e conexões com outras unidades territoriais (Pike, 2007).

São consideradas duas perspetivas conceptuais no que se refere ao conhecimento regional na economia do conhecimento, a sobre e subdeterminação regional, corporizando diferentes visões conceptuais sobre o desenvolvimento das regiões na economia do conhecimento: clusters inovadores vs. redes de inovação não-locais.

### **1.3.1 Clusters inovadores e redes de inovação**

Nos anos 70 a vantagem competitiva era designada por “concorrência”. Desde a publicação em 1980, do livro “Estratégias Competitivas”, por Michael Porter, as empresas começaram a direcionar o seu planeamento no sentido de aumentar “a vantagem competitiva”, surgindo a tendência de agrupamento de empresas do mesmo ramo na região. Esses agrupamentos empresariais foram designados de clusters.

As vantagens competitivas das nações residem na capacidade que as empresas têm, fruto do conhecimento adquirido, em criar e manter um desempenho superior à concorrência.

Para Porter o conceito de competitividade reside na produção nacional, afirmando que nenhuma nação pode ser competitiva em tudo ou ser exportadora líquida de tudo.

Ao nível regional a competitividade caracteriza-se pela capacidade que essa região tem em implementar e conservar um ambiente económico resultando um sistema sustentável, criador de riqueza para as empresas e proporcionar melhores condições de vida às populações, como o resultado da competitividade empresarial local e sobretudo do ambiente empresarial regional.

O conceito de cluster começou assim a ter um lugar destacado, nos círculos académicos e nas discussões das políticas regionais de desenvolvimento.

Porter (1989) definiu um cluster como “uma concentração geográfica de empresas, interligadas e de uma forma particular com instituições tendo objetivos comerciais”.

A conceção original de cluster de Porter era basicamente um conceito económico em que o agrupamento das indústrias de uma nação podia ocorrer sob dois tipos de cooperação: cooperação horizontal envolvendo acordos entre empresas do mesmo setor e cooperação vertical, com entidades da cadeia logística, fornecedores de inputs (componentes de maquinaria e infraestruturas especializadas), distribuidores, clientes e fabricantes.

A competitividade segundo Porter (1993) reflete o desempenho da economia, das instituições e políticas nacionais em estimularem as vantagens competitivas nas indústrias.

Porter considera que para haver vantagens competitivas das nações é necessário que para além de uma atitude pró-ativa governamental, haja por parte das empresas uma interligação constituída por quatro fatores determinantes essenciais (Figura3).

No primeiro fator determinante são englobadas as “estratégias, estrutura e rivalidades empresariais”. A competição, também designada de rivalidade, tem como objetivo aumentar a produtividade e o grau de inovação. A vantagem competitiva nacional está intrinsecamente ligada às metas a atingir, às estratégias utilizadas e ao modo de organizar as empresas em indústrias, às fontes das vantagens competitivas, à competitividade existente no processo de inovação e perspectivas no sucesso

internacional. A primeira competição a vencer é a concorrência interna (preço, qualidade e dimensão), que leva à inovação e eficiência, sendo a mais direta e a que mais cedo reage, constituindo como que um ensaio.

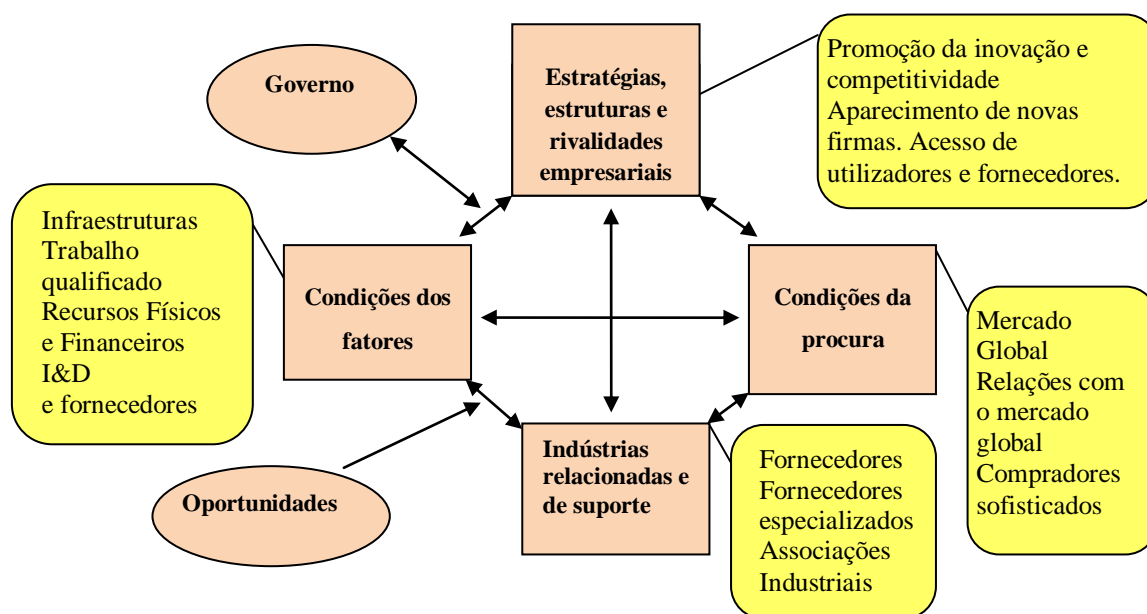


Figura 3 – Modelo Diamante de Competitividade de Porter (1990):

Fonte: Adaptado de ENEGEP (2005).

As “condições dos fatores” são vantagens competitivas criadas pelas empresas que representam a diferença relativamente a outras concorrentes, tais como os recursos humanos (qualificados), recursos físicos (abundância, qualidade, acessibilidade, transportes), recursos de conhecimento (científico e técnico, mercado, bens e serviços), recursos de capital (capital fixo e capital móvel) e infraestruturas (tipo, qualidade, valor das infraestruturas disponíveis, sistema de transportes e comunicações).

No que se refere às “condições da procura”, uma empresa tem de criar vantagens competitivas nacionais nessa indústria. Porter considera três referências a ter em conta: composição, tamanho e produção. Salienta que a procura do produto pela qualidade é mais importante que a quantidade produzida, quando está em causa a vantagem competitiva. O interesse manifestado por parte da população nacional por um determinado produto, deve ser tido em conta como indicador do carácter inovador da empresa. Se houver exigência por parte dos consumidores, aumentará a competitividade pela criação de novos produtos de qualidade superior.

As “indústrias relacionadas e de suporte” são outro pilar determinante, que têm a ver com a proximidade espacial entre indústrias do mesmo setor, fornecedores e prestadores de serviço, pela possibilidade e troca de informações, ideias e inovação. Confere vantagem competitiva às empresas, a existência no país de empresas internacionalmente competitivas, pois estas têm necessidade de produzir inputs, essenciais à inovação, dela podendo beneficiar as outras empresas. A existência de empresas competitivas que se relacionem entre si proporciona benefícios mútuos, na inovação e na competitividade. Um novo conceito consiste na concentração de empresas de características semelhantes que se interrelacionam para aumentarem competitivas originam clusters industriais.

Os clusters incluem muitas vezes instituições governamentais e outras instituições como universidades, institutos de formação profissional e associações comerciais, que fornecem formação especializada, educação, informação, pesquisa e suporte técnico (Porter, 1998).

As linhas orientadoras eram semelhantes às defendidas por Perroux nos inícios dos anos 1950. Perroux argumentava que era possível falar de “polos de crescimento” ou “polos de desenvolvimento” e, pontualmente, em “espaços económicos abstratos”, definidos como uma relação vertical de um sistema de produção bem como relações horizontais dos ramos onde as empresas eram ligadas entre si para uma inovadora “chave industrial” e formação de um complexo industrial. Argumentava ainda Perroux que o potencial de crescimento e a competitividade dos polos de crescimento podiam ser intensificados pela aglomeração territorial (Haraldsen, 1994; Perroux, 1970). Porter reforçou esta ideia em 1990, destacando que o processo de clusters e o intercâmbio nas indústrias tinha melhores resultados quando predominava a concentração geográfica.

Os clusters inovadores refletem a aglomeração geográfica, pois esta pode proporcionar uma melhor especialização, conferirmos um impulso ao desenvolvimento local e criar novos empregos na região. Recebe os contributos de Alfred Marshal e dos “distritos industriais”, comunga ainda as teorias de sobredeterminação regional, valorizando a aglomeração geográfica na interpretação das dinâmicas do conhecimento e inovação.

Porter (2000) refere que a existência de um cluster tem efeitos positivos no que respeita a vantagens competitivas das empresas de diversas maneiras sendo uma delas, a capacidade de inovação das mesmas. Sendo importante o que se passa dentro de uma

empresa, os clusters revelam que o ambiente que rodeia os negócios, fora das companhias, desempenha um papel de vital importância (Porter, 1998).

A concorrência local exerce uma grande pressão para a inovação, aumentando assim a necessidade de haver inovação entre as empresas constituintes dos clusters.

A co-localização e a proximidade facilitam a aprendizagem pela estrita colaboração e interação com outras empresas inovadoras, estimulando as atividades. A co-localização vai permitir um forte relacionamento entre produtores e fornecedores, com a integração de fornecedores locais no processo de inovação.

No seu conceito alargado de cluster, Porter incorporava também as organizações públicas e as infraestruturas de conhecimento, como forma de aprofundar e aumentar a cooperação dentro de um cluster.

O início da cooperação, em moldes simplificados, é descrito como a integração das relações territoriais na cadeia de valor, podendo ser apoiadas por uma rede de informação social, a ser utilizada como uma alavanca no mercado de transações entre a capacidade do subcontratante e a empresa cliente.

Esta cooperação consiste no estabelecimento de uma rede inter-firmas para uma funcional integração na colaboração na cadeia de valor e construção de uma competência de redes entre as empresas colaboradoras.

A distinção entre clusters é definida pela relação de inputs e outputs, sendo a proximidade das redes a variável mais importante, representando estas um grande avanço na forma do planeamento da cooperação assim como no desenvolvimento da cooperação da forma vertical, envolvendo diferentes entidades da cadeia de fornecimento, nomeadamente, fornecedores, fabricantes, distribuidores e clientes, para a forma horizontal pela realização de acordos de longo prazo entre empresas do mesmo sector que originam as denominadas de «alianças estratégicas».

A passagem para uma forma mais complexa de cooperação, representativa do avanço deste processo de integração, passa pelo estabelecimento de redes de produção e inovação, característico das redes integradas.

Na análise às redes de inovação não-locais, há teorias alternativas, que atribuem pouco peso à concentração na dinâmica de inovação. Esta outra perspetiva é apelidada de subdeterminação territorial, pelos efeitos da globalização da economia e da evolução das tecnologias de informação e comunicação e da emergência de formas de



organização em redes transregionais, defendida por diferentes escolas de gestão empresarial (Doz *et al.*, 2001).

Há, assim duas atitudes: os que defendem a proximidade geográfica e os que realçam as fontes de conhecimento não local no processo de inovação, salientando-se a convergência relativamente à grande centralidade (conhecimento não local), apoiando as dinâmicas do conhecimento e inovação na promoção do desenvolvimento económico regional, face à competitividade internacional

Estas teorias têm implicações distintas na orientação das políticas de desenvolvimento dos territórios.

Para Vale (2009), quando o objeto de análise são as aglomerações geográficas, as estratégias devem ser direcionadas para o reforço da capacidade de articulação institucional das regiões, mobilizando os recursos disponíveis para o investimento nas atividades locais e regionais, com maior potencial em conhecimento, seguindo orientações das políticas para o desenvolvimento regional europeu e consolidação dos sistemas regionais de inovação.

Na rede de inovação não local, não há o aproveitamento das dinâmicas do conhecimento local, dando primazia à internacionalização, à mobilização de recursos não locais sendo a cooperação territorial internacional orientada pelas políticas económicas de apoio às redes internacionais de I&D, mobilidade dos recursos humanos qualificados e cooperação internacional entre atores regionais.

Os estudos económicos de produção global e os sistemas setoriais de inovação são o reflexo das redes de inovação sem delimitação espacial (Henderson *et al.*, 2002 e Vale e Caldeira, 2007).

Boschma (2005) e Torre e Rallet (2005) referem a proximidade organizacional para a produção e disseminação do conhecimento. A atual organização industrial e estratégia das empresas seguem orientações não locais (Gertler, 2003).

A comunicação com o exterior permite o acesso ao conhecimento não disponível a nível local, podendo fazê-lo sob a forma de parcerias estratégicas, comunidade de práticas, projetos e pela participação em eventos (Owen-Smith e Powell, 2002).

Para Bathelt *et al.* (2004), as redes distantes são um complemento às locais. Estas ligações são essenciais para a aprendizagem não local, revelando proximidade relacional entre atores (Amin e Cohendet, 2004).

A aprendizagem não local traz vantagens para a aglomeração, não obstante poder destruir empresas menos competitivas.

Numa análise a estas duas abordagens teóricas da interpretação dos processos dinâmicos territoriais podemos verificar que os modelos territoriais de inovação e de aprendizagem localizada não captam eficazmente as dinâmicas territoriais do conhecimento contemporâneas, porque as redes de atores relevantes, apoiadas por instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, extravasam o espaço regional e configuram relações multi-escalares, apresentando uma estrutura multi-local pelo que nem as aglomerações de atividades inovadoras estão isoladas e são autossustentadas *per si*, nem as dinâmicas do conhecimento evoluem sem restrições espaciais (Crevoisier e Vale, 2008).

O Quadro 5, contextualiza a existência de processos de inovação utilizando o Buzz local, os pipelines globais ou outras formas de proximidade, apesar da distância que separa as empresas.

Para além do Buzz local, ou aprendizagem local, os atores precisam de aumentar e atualizar os conhecimentos, utilizando os canais especiais “pipelines globais” que os ligam a centros de conhecimento distantes, pela possibilidade de se atingirem níveis de cooperação semelhantes às redes locais do *cluster*, desde que a rede de interações seja estável ao longo do tempo (Axelrod *et al.*, 2002).

**Quadro 5 - Distância e processo de inovação**

Buzz local e pipelines globais	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aprendizagem local também depende da capacidade dos atores em estabelecerem redes e canais de comunicação não locais com centros de conhecimento distantes</li> </ul>
<p><b>Outras formas de proximidade</b></p> <p>Facilitam a partilha de conhecimento e a capacidade das empresas para a aprendizagem localizada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Proximidade relativa é mais importante para a inovação</li> <li>➤ Comunidades de prática (beneficiam a proximidade relacional e podem substituir-se à proximidade espacial)</li> <li>➤ Projetos e experiência comuns facilitam a aprendizagem (produção em colaboração e partilha de conhecimento com equipa distantes)</li> <li>➤ Organizações beneficiam da distribuição das competências (nem sempre possíveis de reunir no mesmo lugar)</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Gertler (2003).

É também referida a existência de outras formas de proximidade, no processo de inovação, que passam pela proximidade relativa, comunidade de práticas, a existência de projetos comuns e distribuição de competências entre empresas.

### 1.3.2. Tripla-Hélice, universidade, empresa e instituições públicas

Em 1996 Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, publicaram uma obra intitulada a “Triple Helix”, onde é descrita a interação que deve existir entre Universidade-Empresa-Governo.

Elisabeth Urban (2009) refere que a Tripla Hélice tem uma visão económica baseada em conhecimento cujo objetivo é aumentar a aprendizagem individual, superando a aprendizagem coletiva das instituições, havendo a destacar três atores principais: universidade, indústrias e governo. Estes três elementos são o centro de múltiplas e complexas relações de interação, que funcionam em redes focalizadas no desenvolvimento e aumento da competitividade, que caracterizam o atual modelo de desenvolvimento e são essenciais para a criação e manutenção de redes de parceria, orientadas para o desenvolvimento.

Etzkowitz (2009) descreve a existência de diferentes formatos do relacionamento entre Universidade-Empresas-Instituições Públicas (Figura 4).

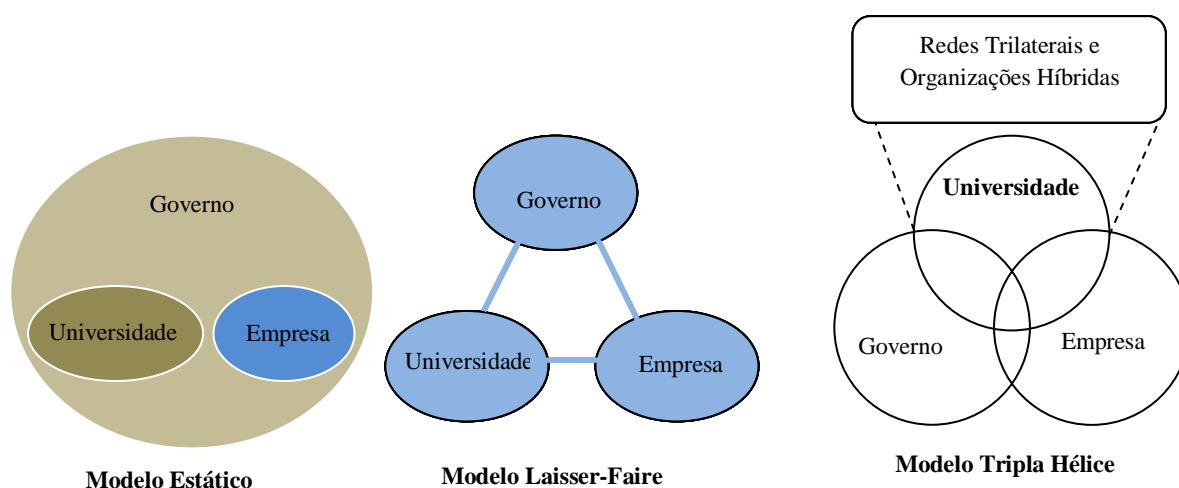


Figura4-Modelos representativos das relações empresas/universidades/instituições públicas.

Fonte: Etzkowitz (2003).

No modelo “Estático”, o Estado é a principal instituição social, que fornece os recursos para novas iniciativas criando grandes empresas de vanguarda, assumindo a liderança das atividades e coordena as outras, relegando as universidades para um papel secundário.

É um modelo ajustado às sociedades de economias planificadas em que o Estado desempenha uma ação direta sobre as atividades económicas (Etzkowitz, 2003; Rao, 2005).

Em oposição e neste contexto, aparece o modelo “Laisser-Faire” em que Universidade, Empresas e Estado, estão distantes, separados por fortes barreiras havendo mecanismos de interface a associá-los, mas de uma forma incipiente e mais que cooperação, existe competição. As Universidades fazem investigação básica e fornecem quadros qualificados. As empresas tentam pôr em prática o conhecimento fornecido. Ao Estado compete a regulação da produção.

Este modelo não tem aplicabilidade numa economia do conhecimento apoiado na inovação. A inovação visa gerar riqueza e tem um papel fundamental nas economias mais competitivas em que a apropriação pelas empresas e sociedade dos benefícios da inovação estão dependentes da sua gestão que deve pautar-se pela sua articulação. As parcerias desempenham neste contexto um papel fundamental no processo de desenvolvimento, o que não se verifica no presente modelo.

O modelo Tripla Hélice tem uma perspetiva diferente dos modelos anteriores pelo seu carácter evolucionista, tendo em conta as transformações permanentes entre empresas, universidades e instituições públicas. Estas três entidades estão representadas por três circunferências, as quais se interseccionam numa perspetiva de fronteira flexível, assim a ação de um dos atores influencia a ação dos outros mas, simultaneamente, a sua própria atividade também se vai alterando ao longo do tempo (Etzkowitz, 2003; Coenen e Moodysson, 2009).

A Universidade, numa sociedade baseada no conhecimento, é a principal produtora e divulgadora do conhecimento existindo ainda outras organizações vocacionadas para criar e transferir conhecimento como os Institutos de Pesquisa e Empresas de Consultadoria.

A Universidade desempenha um papel central pelo afluxo contínuo de alunos que vão adquirir formação, que na saída dão lugar a novos alunos. A sua nova missão é desempenhar um papel no desenvolvimento económico e social no prosseguimento da

sua missão, passando de uma abordagem individualista para uma maior organizacional, sendo a pesquisa conduzida por um grupo formado por professores, alunos de pós-graduação e técnicos.

Esta organização representa quase uma empresa, com todas as características de uma pequena empresa, com exceção do lucro. Durante parte do dia trabalha em projetos de pesquisa académicos e outra com produtos da empresa.

Segundo Etzkowitz (2003), a Tripla Hélice é pelas suas características uma plataforma que proporciona o surgimento de instituições, centros de incubação de empresas e parques de ciência e tecnologia, que surgem da cooperação de empresas/universidades/instituições públicas constituindo uma inovação na inovação. Este é um fenómeno global que adapta modelos importados, às suas necessidades e objetivos.

No que se refere às incubadoras, refere Etzkowitz (2009), o papel da Universidade é ensinar o grupo formado por diversas pessoas a trabalhar como uma organização eficaz, isto porque uma incubadora pode desempenhar um amplo papel, não só no âmbito regional, como criar empresas de alta tecnologia, tendo em conta a pesquisa universitária, e ajudar pequenas indústrias tradicionais englobadas num dado cluster.

A Tripla Hélice incorpora em si, segundo Leydesdorff e Meyer (2003) e Rao (2005), as transformações que ocorrem nas economias baseadas no conhecimento, sobretudo na produção, troca e uso do conhecimento, levando a uma transformação interna.

Estas transformações determinam que os papéis que, tradicionalmente competiam a cada um dos atores, se vão redefinindo à medida que as espirais da tripla hélice se interseccionam e de uma situação de relativa autonomia, as três hélices passam a funcionar como um conjunto, em que cada uma vai potenciar a ação das outras (Leydesdorff, 2005, Ranga *et. al.*, 2008).

Ranga *et. al.*, (2008) comungam também do carácter evolutivo da Tripla Hélice mas consideram que essa evolução é endógena a cada região e está dependente da instituição de ensino, responsável pela função da inovação.

Contribui também para a evolução da Tripla Hélice, segundo Mayer *et. al.* (2003), a quantidade de redes organizadas que se desenvolvem no seu interior.

A inovação é assim uma característica deste modelo, levando a uma permanente atualização, fruto de iniciativas endógenas originadas a partir da ação conjunta das

esferas privada, académica e pública (Etzkowitz, 2003; Meyer *et al.*, 2003; Leydesdorff, 2005).

Para Ranga *et al.* (2008), há a convicção que a “*tripla hélice*” vai evoluir, mas de uma forma diferente de região para região, dependendo da instituição responsável pela “organização da inovação”. Meyer *et al.* (2003) reforçam esta ideia, considerando que a investigação e transferência tecnológica estão em permanente evolução em função das redes organizacionais, que se desenvolvem no interior da Tripla Hélice.

Para sustentar esta perspetiva, a indústria e o governo devem prever custos adicionais pelo acesso privilegiado ao conhecimento, oportunidades de crescimento e ainda pelo financiamento de pesquisas, estimulando uma mais estreita interação entre os três parceiros institucionais, subsidiando infraestrutura (por exemplo, incubadoras e parques tecnológicos) e estimulando e financiando o empreendedorismo académico.

O exemplo de excelência deste fenómeno é o MIT (Massachusetts Institute of Technology), considerado um caso de sucesso.

O Programa MIT é uma colaboração internacional que procura demonstrar que o investimento em ciência, tecnologia e ensino superior podem ter um impacto positivo duradouro sobre a economia, abordando as principais questões sociais através da educação de qualidade e pesquisa no campo emergente da engenharia de sistemas.

O MIT desempenha, refere Etzkowitz (2009), um papel importante no desenvolvimento regional, pela invenção de mecanismos de interface entre o parque de ciência e as empresas de capital. A aplicação do modelo da Tripla Hélice, em diferentes países e lugares do mundo, origina entre eles novos conhecimentos com vantagens recíprocas.

As implicações políticas da Tripla Hélice, leva a que se olhem os modelos existentes de inovação, desmontando-os, reestruturando-os e colocando-os novamente juntos a orientar tradicionais e novos propósitos, por os mesmos terem sido concebidos como um modelo para incentivar a inovação na inovação (Etzkowitz 2009).

## **CAPITULO II**

### **ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

#### **2.1 Portugal, um território diverso**

O Portugal que temos no presente é fruto das espacialidades próprias de cada região com uma geografia muito diversificada: um relevo mais montanhoso no Norte, uma região Centro planáltica onde se localiza a maior elevação continental que faz a transição para a imensa planície Alentejana, a qual é interrompida pela serra Algarvia, para finalmente se espraiair no mar. A diversidade também existe entre litoral e interior. O litoral norte com abundância de água e terrenos férteis, no centro o vale do Mondego e os seus campos alagadiços, e caminhando mais para sul surge a planície aluvial Ribatejana, o vale do Sorraia e o vale do Sado com os seus arrozais, que contrastam com um interior mais montanhoso, terrenos pouco férteis e escassez de água. Esta diversidade originou identidades próprias e específicas para cada região.

“Portugal Continental reflete, hoje a combinação de três espacialidades macrorregionais: a oposição Norte/Sul, característica de um Portugal tradicional; a oposição litoral/interior, características de um Portugal moderno; um «território arquipélago», organizado em rede, característica de um Portugal pós-moderno” (Ferrão, 2002).

O Portugal tradicional Norte/Sul é explicado com base na origem étnica das suas gentes: «Arianos» (celtas, gregos, romanos, germanos) para os povos do Norte, o Sul tem uma génese «semita» (fenícios, cartagineses, árabes, judeus), justificando assim as diferenças existentes (Ferrão, 2002).

Para Orlando Ribeiro (1945) essas diferenças são baseadas nas especificidades do mundo atlântico a norte e o mediterrâneo a sul, que obrigou a um esforço de adaptação de populações distintas a um meio físico diferenciado, traduzindo-se também numa forma peculiar na ocupação, organização e uso dos territórios, pelo entrosamento que se estabeleceu entre o meio físico, modo de vida e a paisagem.

No Portugal moderno, a oposição litoral/interior é produto da modernização social e económica. Este processo surge a partir dos anos 60, começando a formar duas

realidades: o Portugal urbanizado, industrializado, infraestruturado e demograficamente dinâmico, identificado como o litoral, sendo o interior visto como o Portugal rural, agrícola, subdesenvolvido, demograficamente repulsivo.

O desenvolvimento e a industrialização são uma realidade na faixa litoral já com raízes históricas e com uma nova realidade, Sines. A orla Algarvia é também beneficiada pela sua abertura ao turismo internacional.

Aqui começa o atraso e o esquecimento do Portugal Interior, perdido e distante física e simbolicamente.

O Portugal pós-moderno, organizado em rede, com novas mobilidades e da sociedade de informação é fruto da adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986.

As cidades com um setor terciário em crescimento têm vindo a proporcionar emprego ao rural, assim como os parques industriais localizados na sua periferia, proporcionam a empregabilidade de uma vasta e variada mão-de-obra. Estes dois polos têm feito sentir o seu poder de atração e fixação de populações, das suas imediações. Neste Portugal pós-moderno existe toda uma estrutura de redes que interliga estes núcleos: redes viárias (estradas, vias rápidas e autoestradas), rede de transportes (transportes públicos, metro e comboio), redes de comunicação e cooperação institucional de comunicação.

As novas condições de mobilidade e de comunicação criadas vieram a encurtar distâncias e tornar o país mais “pequeno” (Ferrão 2002), mas continuando a ser um país a duas velocidades: os territórios ganhadores, formados pelos centros urbanos e áreas adjacentes que criaram dinâmicas inovadoras para a competitividade e os territórios perdedores que não conseguiram acompanhar os novos desafios da globalização.

As espacialidades que estiveram na origem destes contrastes, como os fatores de ordem física, como o clima e a topografia e a estrutura agrária, continuam a existir e a contribuir para um Portugal muito heterogéneo

A evolução e a modernização iniciada nos anos 60 têm vindo assim a alterar a espacialidade destas regiões, originando novas realidades. O litoral, submetido a um processo intensivo de modernização levou uma concentração excessiva de população, a grandes fluxos e congestionamento de tráfego, transformando-o num território mais desordenado, com elevados níveis de poluição e ruído, contribuindo para a destruição



dos ecossistemas naturais, que num passado recente estão a ser recuperados por medidas de proteção ambientais.

O interior destaca-se positivamente pela manutenção e conservação do seu património natural e cultural e por um nível de vida mais próximo da natureza, mas onde os empregos rareiam, o acesso à educação, cuidados de saúde e outros serviços, são dispendiosos. As oportunidades são quase inexistentes, dado o limitado tecido industrial, agravado por baixas densidades populacionais levando à existência de um sector terciário de pequena escala.

Desde os princípios da nacionalidade, Portugal tem-se identificado por um sector produtivo essencialmente agrícola. Esta foi sempre a principal atividade, para além de alguns mas poucos artífices que prestavam apoio às necessidades laborais dos camponeses. Os camponeses eram o principal grupo social, com os seus valores, modos de vida e comportamentos próprios de acordo com as atividades desenvolvidas. A paisagem reflete o equilíbrio entre a natureza e as atividades que aí foram desenvolvidas desde os primórdios da nacionalidade.

Ao longo de todos estes séculos, e até há poucas décadas, o mundo rural tinha como função a produção de alimentos, destinados aos seus habitantes e abastecimento dos núcleos urbanos envolventes. A paisagem natural é alterada pelas estações do ano e em função das práticas agrícolas.

O mundo urbano tem no entanto vindo a ganhar espaço ao rural, pelas funções, atividades, grupos sociais e uma paisagem bem diferenciada, numa oposição ao mundo rural. Este contraste leva a uma relação simbiótica, pelos benefícios mútuos fruto de uma complementaridade harmoniosa que associa a cidade ao rural envolvente, afirmando-a com os traços característicos de afinidade.

Alterações profundas têm-se vindo a verificar no mundo rural, iniciadas no século XVIII, com a revolução industrial, sendo que desde essa data, tem vindo a perder centralidade económica, social e simbólica.

O rural começou a ser considerado arcaico e para além da produção de bens alimentares passou a ser fornecedor de mão-de-obra desqualificada e barata ao urbano, industrializado e identificado como um lugar de progresso.

Na cidade, surgem novas infraestruturas e equipamentos de fácil acesso proporcionando uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes, transformando-as em polos de prestação de serviços pessoais e sociais (Ferrão 2000), contribuindo para

enfraquecimento das relações de complementaridade existentes e aumento das assimetrias.

A industrialização também relegou para um segundo plano as cidades instaladas em meios rurais face, segundo Ferrão (2000), à emergência de polos urbanos industriais, com elevadas potencialidades de atração relativamente às áreas envolventes.

Após a 2ª Guerra Mundial, realidades diferenciadoras classificam o mundo rural, em rural moderno e rural tradicional. A industrialização começou a chegar ao rural e deixou de ser exclusivo das cidades, proporcionando-lhe novas perspetivas e fuga à marginalização.

Por outro lado, a relação rural/urbana ficam dependentes da sua proximidade física, funcional e socioeconómica relativamente aos principais centros urbanos, passando a ser designadas de áreas centrais, periféricas e marginais ou rurais profundas.

Se entre os centros urbanos e as regiões rurais centrais e periféricas há uma grande diversidade de relações e complementaridade, dentro de um quadro fortemente assimétrico, já as relações com as áreas marginais ou rurais profundas são muito ténues pelas fracas acessibilidades, falta de recursos, não granjeando qualquer interesse pela população citadina.

Nos anos 80, surge uma nova realidade, o mundo rural não agrícola e uma nova forma de relacionamento com o urbano. O mundo rural deixa de ser essencialmente agrícola, aparecendo novas atividades, como a criação de parques naturais em áreas anteriormente agricultadas. Por outro lado é dado um grande enfoque ao património. Ferrão (2000) destaca neste quadro três linhas orientadoras:

- Renaturalização, objetivando a conservação e proteção da natureza, num processo de desenvolvimento sustentável;

- Autenticidade, valorizando o património histórico e cultural, como únicos, numa oposição à globalização mundial;

- Mercantilização da paisagem, com a introdução de novas práticas, com vista à ocupação dos tempos livres, valorizando o turismo e lazer, uma nova forma de proporcionar melhores condições de vida aos seus habitantes.

Esta transformação do espaço rural em espaços multifuncionais, com recurso ao seu valioso património endógeno, permitiu o surgimento de novas atividades e rendimentos. Não sendo a agricultura uma atividade rentável, por outro lado, a conservação e manutenção da paisagem, é uma função social e ambiental desempenhada

pelos proprietários, pelo que foram instituídos subsídios como forma de compensar e remunerar esta função.

Há ainda referir o mundo rural profundo, caracterizado por serem áreas de baixa densidade, pela distância que os separa dos grandes centros, ao seu isolamento que leva ao despovoamento, a existência de uma população envelhecida, limitado número de empresas de reduzida dimensão, falta de associativismo e instituições públicas pouco dinâmicas, sendo apontadas como soluções a valorização do seu património, nomeadamente a sua paisagem como elemento de atração/venda às populações urbanas.

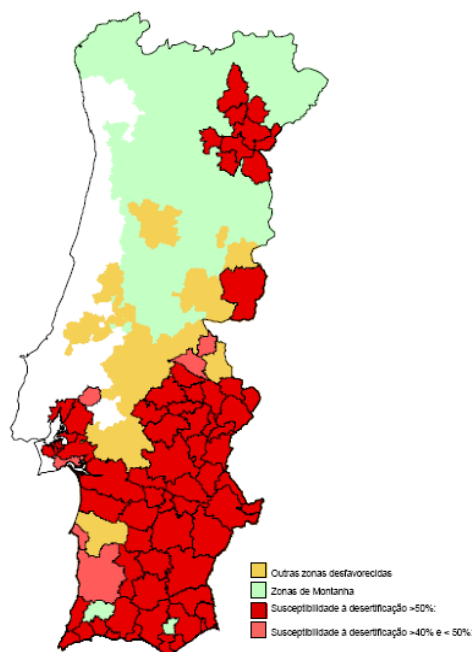
Há assim espaços que estão integrados na área de influência das grandes cidades e espaços marginais, onde essa influência não se faz sentir.

As regiões urbanas são constituídas pelos espaços urbanos, suburbanos, rural agrícola e não agrícola, podendo a articulação entre eles ser de uma forma conflituosa (quando há predação do uso do solo e património) ou de uma forma simbiótica e complementar, quando há benefícios mútuos na gestão de todos os espaços. Apesar de toda a evolução do mundo rural português, nos princípios deste século XXI, a dimensão média das suas explorações agrícolas é de 10,4 ha, metade da média da União Europeia, conforme refere o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Regional 2007/2013 no que respeita à evolução estrutural das explorações agroflorestais. Havendo a registar uma evolução positiva nos últimos anos, continua contudo a verificar-se uma concentração de pequena propriedade no Norte e Centro do país (5,7 e 4,9 ha de Superfície Agrícola Utilizada/exploração, contrastando com as de grande dimensão no Alentejo (46,5 ha de SAU/exploração). Explorações com menos de 5 ha rondam os 77% e ocupam apenas 18% de SAU.

O mesmo Plano, aludindo à proteção dos solos e desertificação, citando o Programa CORINE – Projecto “Soil erosion risk and important land resource” considera os recursos dos nossos solos como os piores da Europa do Sul (58% da SAU pobre em matéria orgânica) e com elevado risco de erosão (69% do território), associados não só às características do solo e ao declive, mas também refletindo o regime pluviométrico, com concentração das chuvas num período relativamente curto do ano e a rápida perda de matéria orgânica por mineralização, devido a temperaturas elevadas na época seca.

Considera ainda o PEN (2000), que o risco de erosão, associado à ocorrência de anos de seca e uma destruição frequente do coberto vegetal, nomeadamente pela ocorrência de incêndios, levam a que uma parte importante do território continental

tenha um nível de suscetibilidade à desertificação elevada (11% do território) ou moderada (60% do território) (Figura 5).



**Figura 5 -Concelhos com significativa suscetibilidade à desertificação.**

Fonte: PENDR (2009).

Dentro deste contexto evolutivo, urbano/rural, surgem territórios que foram perdendo competitividade ficando cada dez mais vazios e isolados, “áreas de baixa densidade” em que urge inverter estas tendências.

## **2.2. Discussão do conceito de áreas de baixa densidade**

“Mais de metade do território português pode ser considerado como rural de baixa densidade e as assimetrias regionais continuam a ser muito acentuadas, com uma clara distinção entre as elevadas dinâmicas socioeconómicas na faixa litoral Setúbal-Viana do Castelo, que se vão esvanecendo para o interior onde predominam áreas de frágil dinâmica socioeconómica” (GPPAA, 2004).

A CCDAlgarve no seu relatório de Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve (2008), inclui três sectores distintos – Costa Vicentina, Barrocal/Serra e Baixo Guadiana, que sendo áreas, geograficamente distintas, têm em comum o seu carácter eminentemente rural, que se

traduz em densidades populacionais abaixo da média da região e do país, uma perda populacional contínua, elevados índices de envelhecimento, emprego agrícola acima das médias nacional e comunitária e fraca capacidade de atração de investimento (Santos 2002; Covas, 2003).

Impõem-se, assim, refletir sobre o que leva a identificar e a caracterizar de baixa densidade determinados territórios do continente português. As baixas densidades não são um fenómeno deste século nem do transato, elas existiram desde sempre. Desde a fundação do Reino até aos nossos dias, as baixas densidades estiveram presentes no quotidiano das nossas populações. As políticas aplicadas em determinada época e território focalizavam fins específicos. A defesa do território teve sempre presente as baixas densidades populacionais das regiões da fronteira, daí a preocupação permanente de atrair população e fixá-la, concedendo-lhe privilégios e regalias fiscais e sociais mais favoráveis que à restante população. A prioridade dos nossos reis era ter uma região raiana fortificada, pronta a defender a independência e integridade nacional, para benefício de uma classe social, a nobreza. Para muitas populações autóctones, para lá da fronteira existia uma continuação da família por laços de sangue, os consortes das fainas agrícolas, os amigos das romarias e festas raianas com quem podiam confraternizar. A fronteira era um limite imposto.

Durante o Estado Novo a existência de Unidades Militares e postos da Ex-Guarda Fiscal (GF), nestas mesmas regiões conseguiam fixar populações, como forma de estabilidade familiar e proporcionar alguma dinâmica à economia regional, mas com a redução da estrutura militar com a publicação da Lei Orgânica do Exército (Dec-Lei nº 50/93, de 26 de fevereiro) e a extinção dos Postos da GF (Dec-Lei nº 230/93, de 26 junho), vieram contribuir para a diminuição demográfica dos territórios do interior.

Silva e Chamusca (2010), referem “que o processo de expansão desordenada do sistema urbano português e a organização espacial produziu um conjunto de problemas e assimetrias de base territorial, entre os quais a configuração de espaços a que se convencionou chamar “territórios de baixa densidade”.

Estes territórios caracterizam-se pela persistência (muitas vezes crónica) de problemas estruturais, entre os quais se evidenciam a existência de uma população envelhecida e assimetricamente distribuída, caracterizada por elevados índices de desqualificação e por um tecido empresarial com fraca capacidade empreendedora e de

inovação, “agarrado” a um panorama de diversidade e dinamismo institucionais incipientes (Covas, 2007).

“A importância crescente destes territórios, bem como a insuficiência dos mecanismos tradicionais em responder a um conjunto de problemas estruturais motivou o desenvolvimento de novos mecanismos de apoio, assentes na valorização de abordagens integradas e de estratégias coletivas e empenhados no aproveitamento do potencial endógeno, com destaque para o património natural e histórico-cultural, a paisagem, as tradições, e o conhecimento tácito e erudito das suas populações” (Marques e Silva, 2009).

Conforme refere o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVER, 2008), os territórios do interior do país estão associados a territórios de baixa densidade não sendo uma característica exclusiva do interior nem que este o seja em toda a sua extensão espacial, não sendo considerada como causa exclusiva o fator demográfico mas também:

- *Uma economia débil*, onde as atividades económicas são escassas e não consegue atrair investidores externos. Dependem de uma agricultura na maior parte das vezes de subsistência, de pequenas parcelas, pouco mecanizadas, incapazes de competir com outros mercados. O abandono de algumas atividades e a introdução de novas alfaias motorizadas e novas técnicas levou à dispensa de muita mão-de-obra. Alguma indústria que se fixou nas zonas industriais, tem tendência à sua deslocalização para países onde se praticam salários mais baixos.

- *Baixa densidade urbana*, devido à reduzida dimensão dos seus centros urbanos, incluindo os de maior importância e que, apesar das melhorias das infraestruturas viárias, comunicações e equipamentos, continuam a perder competitividade, registando um desenvolvimento económico de dimensão local.

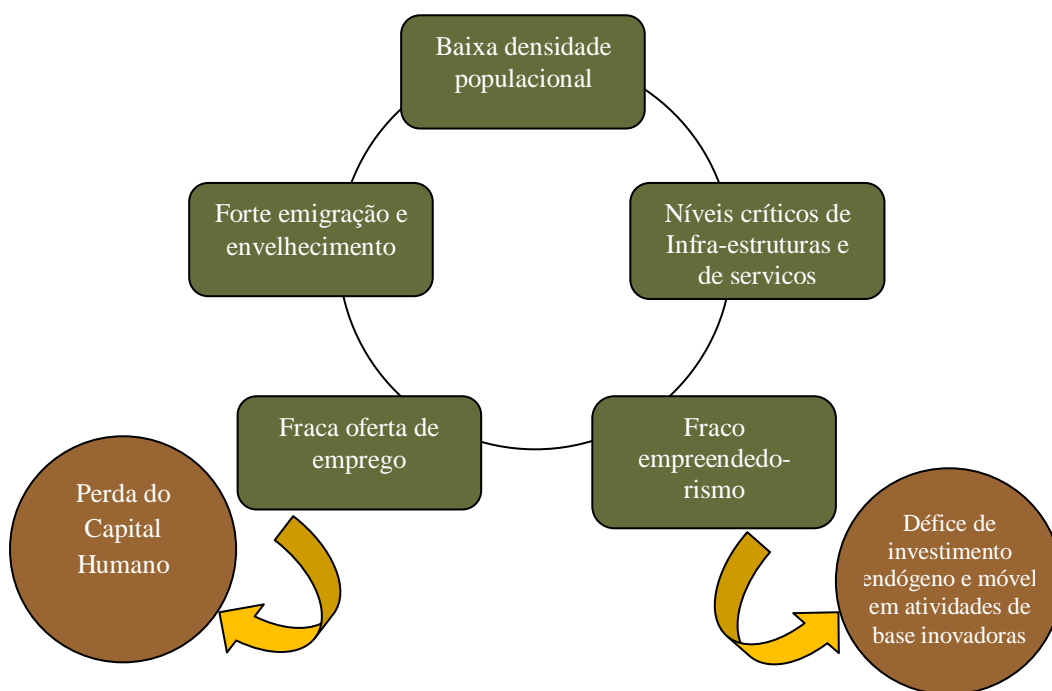
- *Baixa densidade institucional*, pelo reduzido número de instituições com atribuições e competências de proximidade. Os seus centros urbanos resumem-se a pequenas e médias cidades, estando o poder de decisão concentrado nas grandes cidades, localizadas sobretudo nas regiões do litoral. Nestes centros urbanos localizam-se as infraestruturas e equipamentos, os centros de saúde com mais valências, escolas e uma gama diversificada de serviços. Pelas oportunidades de emprego e melhores condições de vida, tornam-se apelativos, não obstante a existência de uma sustentabilidade precária tendo em conta a limitada capacidade empresarial.

- *Baixa densidade relacional*, por haver dificuldade em estabelecer parcerias, fundamentais para que haja inovação nesses territórios, pelo intercâmbio gerador de conhecimento.

- *Dificuldade de ocupação dos recursos humanos*, por as ofertas de emprego serem limitadas leva ao êxodo do capital humano dessas regiões, com a desqualificação dessas zonas, com a perda dos investimentos na sua formação, comprometendo o desenvolvimento económico futuro das mesmas.

- *Limitação dos mercados locais*, que são de pequena dimensão, com ofertas de produção reduzidas e pouco diversificadas e dificuldade de valorizar os produtos endógenos.

A Figura 6 desenvolve um esquema, de causalidade circular que ocorre nos territórios de baixa densidade, demonstrando que as diferentes dimensões não agem isoladas, mas interagem o que reforça a propagação dos fenómenos, com tendências cumulativas.



**Figura 6 - Causalidade circular nos territórios de baixa densidade.**

Fonte: PROVERE (2008).

Sustenta ainda o PROVDERE (2008), que as dinâmicas dos mercados direcionam as pessoas e recursos para zonas de economia de aglomeração, onde a densidade de

recursos humanos é mais expressiva e estão instaladas empresas e infraestruturas de conhecimento propícias a gerar competitividade e processos de crescimento sustentável.

Estes territórios de baixa densidade viviam até algumas décadas de uma economia tradicional, com base na agricultura, algumas explorações mineiras e núcleos industriais que utilizavam um considerável número de trabalhadores.

Alterações profundas trouxeram novas realidades: na agricultura, o abandono de setores não competitivos e a mecanização da que teve viabilidade económica, levou à dispensa de muitos trabalhadores; as indústrias mineiras foram encerradas por não serem rentáveis e o setor industrial foi gravemente atingido, pela inovação tecnológica dispensando muito dos seus trabalhadores, e pela deslocalização de empresas para países com menores encargos e remunerações salariais.

A localização é fundamental para a fixação de empresas, atrair capital humano, inovação e conhecimento. Estes territórios, pese as melhorias das redes viárias com que foram contempladas, têm uma localização periférica, em relação aos aglomerados urbanos, pelo que perderam competitividade e o seu desenvolvimento económico depende de um limitado número de produtos e um mercado de reduzidas dimensões.

A construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos nestas regiões de baixa densidade tornam-se onerosas considerando o número limitado de utilizadores, como seja no serviço de saúde, escolar e outros, constatando-se o encerramento de alguns, com os prejuízos daí advindos para essas populações.

Os serviços públicos existentes nessas regiões tentam de alguma forma proporcionar uma melhoria nas condições de vida pelo emprego proporcionado e serviços disponibilizados, que no entanto são insuficientes, sendo necessário que seja complementado pelo investimento do setor privado e a criação de novos postos de trabalho.

As políticas públicas contudo, como refere o PROVERE (2008), não têm tido capacidade para inovar e gerar atividades de base económica. Não havendo criação de emprego e sobretudo emprego qualificado, os recursos humanos, vão-se perdendo, advindos do abandono demográfico, resultando no esvaziamento do capital humano e desqualificação dos territórios e não usufruição dos esforços despendidos na educação e formação profissional.

Assim a matriz SWOT - Diagnóstico Proseutivo das Áreas de Baixa Densidade do PROVER, refere as seguintes “Fraquezas” das áreas de baixa densidade:



- ◇ População envelhecida e em declínio;
- ◇ Níveis baixos de qualificação dos recursos humanos e elevadas taxas de abandono escolar;
- ◇ Insuficiente valorização e dinamização do Património, traduzida na ainda precária divulgação e dinamização do mesmo;
- ◇ Especialização em sectores tradicionais com dificuldades competitivas, resultantes de modelos de negócio esgotados e das dificuldades de reestruturação e modernização;
- ◇ Baixa qualificação dos empresários e falta de iniciativa empresarial;
- ◇ Empresas de reduzida dimensão e com funcionamento atomizado;
- ◇ Debilidade das infraestruturas de apoio às atividades económicas;
- ◇ Insuficiência do mercado local;
- ◇ Persistência de algumas insuficiências infraestruturais, equipamentos sociais e serviços de proximidade, que permitam fixar e atrair pessoas;
- ◇ Dificuldades acrescidas de cooperação (público-público, público-privado, privado-privado) por escassez de atores e défice de cultura de cooperação;
- ◇ Diversidade e dinamismo institucionais incipientes;
- ◇ Localização periférica;
- ◇ Deficientes acessibilidades intrarregionais.

Poder-se-á concluir que os territórios de baixa densidade são aqueles em que prevalecem índices inferiores à média nacional, relacionados com a educação (baixo nível de qualificação, habilitações literárias e profissionais), saúde (recursos humanos a nível de médicos especialistas, meios de diagnóstico, infraestruturas), em termos demográficos (baixa densidade populacional, natalidade, juventude e imigração,) económicos (baixos vencimentos, valor acrescentado bruto no setor secundário, no produto interno bruto *per capita* e emprego). Têm índices superiores à média nacional, que reforçam a negatividade da região, em termos demográficos (população idosa, mortalidade) em termos socioeconómicos (desemprego, rendimentos mínimos garantidos, apoio social de reinserção). Valores elevados de população que trabalha no setor primário. São territórios que são incapazes de gerar economias de escala, havendo que apostar na modernização dando lugar a grandes explorações agrícolas que levará a

um aumento da produtividade e diminuição de população nesse setor, e que através do empreendedorismo tenha capacidade de criar emprego noutros setores de atividade.

Acresce que ao urbano associa-se o desenvolvimento, o dinamismo, os equipamentos, os serviços, a oportunidade de emprego, qualidade de vida, em suma, tudo o que existe o urbano tem, daí a atração que exerce sobre os outros territórios. Ao rural estão associadas as áreas de baixa densidade cuja localização se desenvolve do litoral para o interior do território, e estão sujeitos a uma evolução demográfica económica e social permanente.

A Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU), para fins estatísticos, foi objeto de revisão em 2009. O Diário da República, 2ª série, n.º 188, de 28 de setembro de 2009, aprovou assim a referida tipologia bem como a sua aplicação a todas as freguesias do País, substituindo a anterior versão de 1998.

A Tipologia de Áreas Urbanas (2009) consiste numa classificação tripartida das freguesias do território nacional em Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Mediamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR), resultando de uma nova metodologia que utiliza unidades territoriais de menor dimensão (secções e subsecções estatísticas em vez de freguesias), permitindo uma melhor leitura dos dados.

**A Área Predominantemente Urbana (APU)** diz respeito às Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

1) O maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapasse 50% da área total da freguesia **ou**

2) A freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5 000 habitantes **ou**

3) A freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

**A Área Mediamente Urbana (AMU)**, corresponde à Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

1) O maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano,

sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa os 50% da área total da freguesia **ou**

2) O maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia;

3) A freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5 000 habitantes **ou**

4) A freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2 000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Por fim **Área Predominantemente Rural (APR)** engloba a Freguesia não classificada como “Área Predominantemente Urbana” nem “Área Mediamente Urbana”.

Por sua vez a OCDE faz uma classificação das zonas rurais a nível NUT III, sendo adaptado à realidade de Portugal pelo Plano Estratégico Nacional (2009). São assim classificados como: Predominante Urbanas quando menos de 15% da população reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab/km<sup>2</sup>); Significativamente Rurais, se entre 15% e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab/km<sup>2</sup>); Predominante Rural, se mais de 50% da sua população reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab/km<sup>2</sup>);

As adaptações no Continente classificam também como **Freguesias Rurais**: As que pertencentes a NUT III, Predominantemente Urbanas, sejam consideradas desfavorecidas, as que em NUT III classificadas de Significativamente Rurais sejam consideradas desfavorecidas ou façam parte de concelhos em que pelo menos 10% de população ativa, esteja na agricultura e silvicultura; todas as freguesias em NUT III classificadas Predominantemente Rurais. Não são consideradas Freguesias rurais aos Aglomerados Populacionais com pelo menos 15 000 habitantes, de qualquer NUT III.

Face a esta classificação, os Territórios Rurais (TR) ocupam 86% do território do continente onde reside residia 45% da população (PEN 2009). Esses territórios têm uma fraca densidade económica e populacional, com uma população residente em decréscimo nas últimas décadas, conforme resultados dos censos de 2011 do INE. O relatório de 2006 do PEN/Desenvolvimento Rural 2007-2013, refere que o nível de vida

dessas populações traduzido em PIB *per capita* não atinge 50% dos que residem na capital, situação confirmada nos últimos censos. O índice de desenvolvimento social, resultado da avaliação de vários índices de desenvolvimento social, que engloba a satisfação das necessidades fundamentais como a alimentação, emprego, educação, saúde, habitação, abastecimento de água, luz elétrica, saneamento e recolha, está próximo dos territórios mais desenvolvidos dado o grande investimento que se tem verificado. Estes territórios têm um vastíssimo património cultural e paisagístico e variadas condições naturais, resultantes de um relevo diversificado e condições meteorológicas que de base mediterrânea, sofrem influências do oceano Atlântico, do relevo montanhoso e interior continental. Neste contexto, é nesta paisagem humanizada que ao longo de séculos se tem desenvolvido a nossa agricultura e floresta, que ocupam 71% dessa superfície.

A superfície que é possível utilizar na agricultura, está quase na totalidade instalada em zonas desfavorecidas (72%), desenvolvendo-se culturas agrícolas de limite de subsistência ou subsidiada pela manutenção do habitat natural. Na restante área aparece a floresta autóctone, normalmente protegida, que se pretende renovar e ampliar.

A mesma publicação no que concerne aos Territórios Periurbanos (TPU) e Territórios Urbanos (TU), refere que ocupando apenas 14% do território continental nacional, correspondem à faixa litoral entre Braga e Setúbal e parte do litoral Algarvio, com algumas manchas muito dispersas, representando cidades intermédias.

São as áreas periurbanas que, desde os anos 90 têm vindo a ter um saldo demográfico positivo de cerca de 10,8% à custa dos territórios rurais e da própria cidade, onde vão surgindo crateras. Têm uma densidade populacional e económica superior ao rural, mas inferior ao urbano. O nível de vida é 52% do da capital. A agricultura e floresta ocupam 61% do seu território.

A área metropolitana de Lisboa, área metropolitana do Porto e Braga e as áreas envolventes constituem os grandes territórios urbanos nacionais. Mais de metade da população portuguesa aqui se concentra, com acréscimo populacional contínuo, contudo inferior ao periurbano.

Com uma densidade económica de 62% da capital, é nestas zonas urbanas que se verifica o maior contraste socioeconómico entre as suas populações, contrastando as mansões e condomínios fechados, com bairros degradados com populações segregadas.

O património construído é denso e valioso, pois foi preocupação permanente de Reis e Governantes, dotar as principais cidades com grandiosas construções a assinalar a sua governação. A área de floresta e agricultada refere o mesmo documento, no seu conjunto ocupa ainda 60% da sua superfície.

### **2.3. Dinâmica demográfica e socioeconómica nas áreas de baixa densidade**

O contexto populacional do território nacional é muito heterogéneo com grandes contrastes entre norte e sul, litoral e interior.

A existência de áreas de baixa densidade é uma realidade que se vai alargando paulatinamente a mais territórios e com um cunho cada vez mais vincado.

A existência de regiões repulsivas é constatada pela dificuldade que elas têm em atrair populações e fixá-las e agravado pelo êxodo da força produtiva (população ativa) dos seus residentes.

A emigração dessas gentes contribui de forma decisiva para a sua fragilização, pela diminuição da taxa de natalidade e aumento de uma população idosa, diminuindo a competitividade produtiva, agravando as condições socioeconómicas.

A densidade populacional permite-nos antever a localização desses territórios, caracterizados pela existência das carências de políticas dinamizadoras de desenvolvimento económico ou pela falta de recursos naturais que leva ao agravamento das condições sociais e formação de áreas deprimidas pela alteração progressiva e de uma forma negativa da sua demografia.

No Quadro 6 é feita uma análise à demografia do continente a nível NUTS II, com base nos resultados dos Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística para que possamos aferir das diferenças que se têm vindo a verificar na demografia destas regiões.

No Quadro 7 a análise do território nacional é elaborado a nível NUTS II e NUTS III, para um conhecimento das alterações demográficas e melhor compreensão das dinâmicas populacionais nesses territórios. Os dados, para a elaboração dos índices estudados foram recolhidos no INE e constam do Anexo I.

**Quadro 6 - Indicadores Demográficos por NUTS II.**

Unidade Geográfica NUT II	População Residente N°		%	%	%	%	%	%	%
	2001	2011	Taxa de Crescimento	Densidade Populacional	População Ativa	ID Jovens	ID Idosos	I Envelhec	ID Total
Portugal	10 329 340	10561614	2,2	114,5	65,96	22,6	29,03	128,6	51,6
Norte	3 667 529	3689609	0,6	173,3	67,69	22,3	25,42	113,9	47,7
Centro	2 339 561	2327580	-0,5	82,5	63,75	21,5	35,34	164,3	56,9
Lisboa	2 686 872	2821699	5,0	940,0	66,12	23,5	27,77	118,3	51,2
Alentejo	766 529	757190	-1,2	24,0	62,14	21,9	39,08	178,9	60,9
Algarve	390 933	451005	15,4	90,3	65,55	22,7	29,91	132,0	52,6

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011, INE Lisboa 2012 INE. (<http://www.ine.pt>)

A população portuguesa teve um aumento populacional de 2,2% na última década, conforme constatamos pelo estudo que, sendo superior ao verificado no período 1981/91, (0,35%), foi inferior ao verificado na última década 1991/2001 (4,96%) (Censos 2011). Este valor, não representa um aumento gradual e contínuo considerando que no período de 2010/11 houve, segundo o INE uma diminuição da população que regrediu de 10 636 979 para 10 561 614, correspondendo a um crescimento efetivo de (-0,9%), motivado pela diminuição da natalidade, uma desaceleração da taxa migratória e um retorno ao país de origem de muitos imigrantes. Estes foram determinantes para o perfil de evolução da população portuguesa nas últimas décadas.

O peso da população idosa, com mais de 65 anos mantém uma tendência crescente, em consequência do aumento da longevidade e a não renovação das classes jovens que alimentam a população ativa. É constituída por 2 022 504 idosos, representando 19,14% da população total.

Numa análise mais abrangente, recorrendo ao Índice de Dependência de Idosos<sup>1</sup>, tendo por referência o valor nacional de 29%, constatamos que os valores mais elevados se verificam no Pinhal Interior Sul (60,28%), Beira Interior Norte (48,17%), Serra da Estrela (48,12%) e Alto Trás-os-Montes (45,98%). É na Região Norte que se verificam as menores taxas, com o Tâmega com (20,59%), e o Cávado (20,77%). Recorrendo ao Índice de Envelhecimento<sup>2</sup> obtemos para Portugal um valor elevado de 128%, ou seja,

<sup>1</sup> **Índice de Dependência de Idosos**, estabelece a relação entre o número de idosos e a população em idade ativa, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 ou mais anos e a população com 15 – 64 anos.

<sup>2</sup> **Índice de Envelhecimento**, relação existente entre o número de idosos (população com 65 ou mais anos) e o número de jovens (população com 0-14 anos).

128 idosos por cada 100 jovens, o que nos permite constatar uma população envelhecida e a diminuição da juventude em Portugal.

**Quadro 7 - Indicadores demográficos por NUTS II e NUTS III**

Unidade Geográfica NUT III	População Residente N°		%	%	%	%	%	%	%
	2001	2011	Taxa de Crescimento	Densidade Populacional	População Ativa	IDJovens	IDIdosos	I Envelhec	IDTotal
Portugal	10 329 340	10 561 614	2,2	114,5	65,96	22,6	29,03	128,6	51,6
Norte	3 667 529	3 689 609	0,6	173,3	67,69	22,3	25,42	113,9	47,7
Minho-Lima	248 392	244 836	-1,4	110,3	63,51	20,9	36,55	174,8	57,5
Cávado	392 563	410 149	4,5	329,2	69,20	23,8	20,77	87,4	44,5
Ave	508 271	511 737	0,7	410,7	69,66	22,3	21,27	95,5	43,6
Grande Porto	1 253 807	1 287 276	2,7	1580,1	68,41	21,8	24,41	112,1	46,2
Tâmega	548 649	550 469	0,3	210,1	68,62	25,1	20,59	81,9	45,7
Entre Douro e Vouga	276 061	274 859	-0,4	319,1	68,50	21,9	24,11	110,1	46,0
Douro	219 048	205 902	-6,0	50,1	63,54	20,8	36,61	176,2	57,4
Alto Trás-os-Montes	220 738	204381	-7,4	25,0	60,84	18,4	45,98	250,0	64,4
Centro	2 339 561	2 327 580	-0,5	82,5	63,75	21,5	35,34	164,3	56,9
Baixo Vouga	384 419	390 840	1,7	216,7	66,41	22,1	28,5	129,0	50,6
Baixo Mondego	336 911	332 306	-1,4	161,1	65,02	19,6	34,15	173,9	53,8
Pinhal Litoral	252 009	260 924	3,5	149,6	65,66	22,8	29,55	129,9	52,3
Pinhal Interior Norte	137 167	131 371	-4,2	50,2	60,89	21,1	43,12	204,4	64,2
Dão-Lafões	284 346	277 216	-2,5	79,5	62,79	21,9	37,33	170,3	59,3
Pinhal Interior Sul	43 913	40 705	-7,3	21,4	55,94	18,5	60,28	325,9	78,8
Serra da Estrela	49 179	43 737	-11,1	50,4	60,11	18,2	48,12	264,0	66,4
Beira Interior Norte	113 855	104 403	-8,3	25,7	59,73	19,3	48,17	250,1	67,4
Beira Interior Sul	77 054	75 026	-2,6	20,0	59,67	19,3	48,31	250,5	67,6
Cova da Beira	92 527	87 869	-5,0	63,9	62,57	19,3	40,53	210,0	59,8
Oeste	340 785	362 523	6,4	163,3	64,60	23,5	31,34	133,5	54,8
Médio Tejo	227 396	220 660	-3,0	95,7	62,32	22	38,46	174,8	60,5
Lisboa	2 686 872	2 821 699	5,0	940,0	66,12	23,5	27,77	118,3	51,2
Grande Lisboa	1 962 535	2 042 326	4,1	1483,5	66,17	23,3	27,88	119,9	51,1
Península de Setúbal	724 337	779 373	7,6	479,6	65,99	24,1	27,47	114,1	51,5
Alentejo	766 529	75 7190	-1,2	24,0	62,14	21,9	39,08	178,9	60,9
Alentejo Litoral	97 927	97 895	0,0	18,4	63,22	20,1	38,12	190,1	58,2
Alto Alentejo	123 860	118 352	-4,4	18,9	59,88	21,2	45,83	216,4	67,0
Alentejo Central	170 327	166 802	-2,1	23,1	62,15	21,4	39,49	184,4	60,9
Baixo Alentejo	131 909	126 692	-4,0	14,8	61,39	21,7	41,18	189,6	62,9
Lezíria do Tejo	242 506	247 449	2,0	57,9	63,17	23,2	35,08	151,1	58,3
Algarve	390 933	451 005	15,4	90,3	65,55	22,7	29,91	132,0	52,6

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011, Lisboa 2012 INE. (<http://www.ine.pt>)

A população com idade inferior a 24 anos apresenta uma tendência de sistemática redução, sendo constituída em 1991, segundo o INE, por 1 928 457 indivíduos com idade inferior a 14 anos e 1 631 806 entre os 15 e 24, representavam 35,7% do total da população de 9 965 315. Em 2011, os 2 718 316, jovens, representavam 22,73%, assim distribuídas: classe [0 - 14], anos de idade 1 572 546 e com idades de [15-24], 1 145 770 correspondendo respetivamente 14,9% e 10,8%. Verifica-se assim um declínio acentuado das camadas jovens, neste intervalo de tempo e que se vem agravando no presente.

Com recurso ao Índice de Dependência de Jovens<sup>3</sup>, definido habitualmente como uma relação entre a população [0-14] anos e a população ativa, obtemos 22,6%, como o valor nacional, inferior à taxa de dependência de idosos, confirmando a diminuição das classes jovens. A região do Tâmega tem a maior taxa (25,1%). A região do Tâmega, nos limites da Área Metropolitana do Porto, é privilegiada pelas suas boas acessibilidades, A4/IP4 e pela linha do Douro. Dela são constituintes concelhos muito dinâmicos como Paços de Ferreira, Paredes, Felgueira, Lousada e Penafiel. É uma região essencialmente industrial. Há a destacar as indústrias têxteis com o calçado a ocupar um lugar de destaque a nível regional e nacional. Nos territórios do Tâmega e Vale do Sousa, floresce o cluster da madeira e do mobiliário, um dos mais bem-sucedidos do território nacional. O seu tecido industrial é dominado por PME, que pelas suas características carecem de muita mão-de-obra. Estes fatores levam a que haja um investimento em novas gerações.

A Península de Setúbal (24,1%), é uma região vinícola com 10 000 hectares de vinha compreendendo duas Denominações de Origem (Palmela e Setúbal) e a designação de vinhos regionais Península de Setúbal. Cerca de 15% da população trabalha na agricultura sendo que a SAU é de 42%. Aí residem muitas famílias jovens que trabalham em Lisboa, razões que explicam estes valores. Também o tecido industrial aí instalado, leva à fixação de famílias, contribuindo para a existência de mais jovens.

---

<sup>3</sup> **Índice de Dependência de Jovens**, estabelece a relação entre o número de jovens e a população em idade ativa, definido habitualmente como a relação entre a população com 0-14 anos e a população com 15 – 64 anos.



O Índice de Dependência de Jovens e o Índice de Dependência de Idosos vão contribuir para uma Índice de Dependência Total<sup>4</sup>. A relação entre a população de [0-14] anos conjuntamente com a população com mais de 65 anos, e a população ativa é elevado, 51,6%, ou seja aproximadamente metade da população ativa, mas agravado e de uma forma mais negativa pelo contributo do Índice de Dependência de Idosos, com valores superiores ao Índice de Dependência de Jovens, significando que temos mais idosos que juventude, os primeiros fruto da longevidade e a segunda diminuição da natalidade.

De modo a completar a matriz necessário se torna verificar do esforço que é exigido pela população idosa sobre a população ativa, ou seja, a relação existente entre a população em idade ativa (população dos 15-64 anos) e a população idosa (população com 65 ou mais anos), designado como Índice de Sustentabilidade Potencial. Esse valor nos Censos de 2011 é de 3,4 significa que há 3,4 ativos por cada idoso. Citando o Relatório Provisório aos Censos 2011, refere que na última década este indicador agravou-se, sendo em 2001 de 4,1. Há assim um aumento de população no topo da pirâmide etária do país e uma diminuição da base.

Os 2,2% de aumento populacional não foi equitativo, mas pelo contrário vieram a acentuar a heterogeneidade regional já existente. No Contexto das NUTS II o Alentejo foi a maior perdedora com -1,2%, a região Centro com -0,5%, o Norte com um aumento pouco significativo de 0,6%. Por outro lado a área metropolitana de Lisboa teve um aumento de 5% e o Algarve destacou-se com 15,4% de aumento de residentes. A área metropolitana de Lisboa tem um poder atrativo sobre todo o território nacional por ser o principal centro urbano e por acolher o maior número de emigrantes, designadamente casais jovens dos PALOP's.

O Algarve como destino turístico viu a sua população aumentar pela autorização de residência a famílias, sobretudo reformados de países europeus e de emigrantes como assalariados.

A leitura dos dados a nível das NUTS III permitem-nos olhar estas realidades de uma forma mais específica e contextualizada. Verifica-se que a atracção está relacionada com a hierarquia do lugar e a sua situação geográfica no contexto do território.

---

<sup>4</sup> **Índice de Dependência Total**, razão entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, ou usualmente definido como a relação entre a população dos 0-14 anos conjuntamente com a população com 65 ou mais anos, e a população dos 15-64 anos).

Os municípios atraem as populações dos seus lugares que vão perdendo competitividade, que por sua vez são atraídos pelas grandes urbes. Os municípios do litoral mantêm ou reforçam a capacidade para fixar e atrair população. A maioria dos municípios do interior perdeu população nas últimas décadas. Em 2001, 171 municípios perderam população, agravando-se em 2011 para 198, conforme referem os resultados provisórios aos Censos de 2011.

Esta lógica demográfica, leva a que as áreas rurais profundas fiquem cada vez menos povoadas e as grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, vejam aumentar a sua densidade populacional, embora, crateras habitacionais se comecem a registar no interior destas cidades, sobretudo em Lisboa, verificando-se contudo, nos municípios limítrofes um aumento populacional.

A densidade populacional nacional é de 115,4 hab/Km<sup>2</sup> e apresenta os seguintes valores para as NUTS II: Região Norte (173,3 hab/Km<sup>2</sup>), Região Centro (82,5 hab/Km<sup>2</sup>), Lisboa (940 hab/Km<sup>2</sup>), Alentejo (24 hab/Km<sup>2</sup>) e o Algarve (90,3 hab/Km<sup>2</sup>).

Ao nível das NUTS III é assim possível observar-se realidades mais estratificadas da demografia do território nacional. Na região Norte, o Grande Porto, situado no litoral, teve um aumento populacional de 2,7%, com uma densidade populacional de quase 1600 hab/Km<sup>2</sup>, enquanto o Alto Trás-os-Montes na faixa interior, teve um crescimento negativo de (-7%) e regista apenas 25 hab/Km<sup>2</sup>, assim como a região do Douro com uma perda de (-6%) de população, tem também uma densidade populacional baixa, mas com um valor superior, 50 hab/Km<sup>2</sup>, fruto das dinâmicas que envolvem a produção do vinho do Porto e atividades que lhe estão associadas. A densidade populacional é diminuta nestas duas regiões interiores sobretudo no Alto Trás-os-Montes mas opõem-se toda uma faixa litoral que supera a média Nacional, salientando-se uma expressiva concentração no Grande Porto.

Na região Centro houve um aumento populacional na região do Oeste (6,4%), Pinhal Litoral (3,5%) e Baixo Vouga (1,7%), regiões, estas com elevadas densidades populacionais: 163 hab/Km<sup>2</sup>, 149 hab/Km<sup>2</sup> e 216 hab/Km<sup>2</sup>, respetivamente. Também aqui se podem registar duas áreas distintas: uma litoral, mais atrativa com uma densidade populacional mais elevada, tendo como limite superior 216 habitantes/Km<sup>2</sup> na sub-região do Baixo Vouga e um interior repulsivo comum limite inferior na Beira Interior Sul, com 20 habitantes/Km<sup>2</sup>.

Toda a faixa interior da região Centro continua a perder população, destacando-se a Serra da Estrela com (-11%) e 50,4 hab/Km<sup>2</sup>, a Beira Interior Norte (-8%) e 25,7 hab/Km<sup>2</sup>, o Pinhal Interior Sul (-7%), com 21,4 habitantes/Km<sup>2</sup>, denotando-se nestes territórios um grande despovoamento.

Na Área Metropolitana de Lisboa conforme Quadro 8, concentram-se os municípios com densidades populacionais mais elevadas: Amadora (7 358 hab/Km<sup>2</sup>), seguida de Lisboa (6 450 hab/Km<sup>2</sup>), Odivelas (5 475 hab/Km<sup>2</sup>) e Oeiras com (3 749 hab/Km<sup>2</sup>).

**Quadro 8 - Densidades populacionais nos principais concelhos da AML**

Concelho	População 2011 (Nº)	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional (habitantes/Km <sup>2</sup> )
Amadora	175 135	23,8	7 358
Cascais	206 429	97,4	2 119
Lisboa	547 631	84,9	6 450
Loures	205 054	169,3	1 211
Odivelas	144 549	26,4	5 475
Oeiras	172 120	45,9	3 749

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa, 2012 ( <http://www.ine.pt>).

Para esta grande concentração populacional contribuem os estrangeiros residentes, que a nível nacional totalizam 443 055 e destes 221 353, vivem na Área Metropolitana de Lisboa, (Anuário 2010 INE,2010).

A região do Alentejo, com um declínio populacional de -1,2, regista as mais baixas densidades populacionais (24 hab/Km<sup>2</sup>). Contudo na Lezíria do Tejo surgem valores de (57,9 hab/Km<sup>2</sup>), mais do dobro, isto devido às características bem diferenciadas desta sub-região. A Lezíria do Tejo atravessada pelo rio Tejo, com as suas planícies aluviais é das mais férteis do país, sendo ainda um território com as maiores possibilidades de desenvolvimento considerando o transporte de logística, as indústrias transformadoras, o comércio e os seus centros urbanos dinâmicos, daí estes valores. O valor mínimo surge no Baixo Alentejo (14,8 hab/Km<sup>2</sup>). Aí predomina a grande propriedade rural e a escassa pluviosidade limita a exploração do seu solo agrícola. A pastorícia (bovinos, ovinos e suínos) é uma das principais atividades complementada com a extração da cortiça e produção de azeite e a comercialização do queijo, enchidos e presunto. Não garantem estas atividades muitos postos de trabalho e algum é sazonal, havendo dificuldade de fixar populações.

O Algarve foi a região que mais cresceu na última década, com um aumento de 15,4% do número de residentes, atingindo uma densidade populacional de 90,03 habitantes/Km<sup>2</sup>

Sendo uma região bem diferenciadas das outras regiões, no que respeita ao clima, relevo e, ainda, por ser ladeada a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico, tem reflexos na distribuição da sua população.

A sua densidade populacional, sendo inferior à média nacional, é contudo bem patente a existência de um número apreciável de municípios em que este valor é ultrapassado, os quais estão localizados no litoral Sul, como é o caso de Olhão, Vila Real de Santo António, Lagoa e Faro. É assim uma região assimétrica, que concentra no sul grande parte da sua população, isto porque a economia assenta em três fatores chave que gera emprego, riqueza e oportunidades de investir: o turismo, a construção civil e o comércio. Neste contexto e para estes valores muito contribuem também os residentes estrangeiros (71 808), com uma distribuição preferencial por Albufeira (11 237), Loulé (13 472) Portimão (9 815), Faro (7 196) e Silves (5 387).

Os restantes municípios apresentam uma fraca densidade populacional.

Portugal, bem como os países do Velho Continente, enfrentam o problema do duplo envelhecimento. Não há renovação das classes jovens enquanto a dos idosos vai aumentando o seu número fruto da longevidade, implicando dificuldades na sustentabilidade da segurança social.

Às pessoas ou famílias que necessitam de apoio para melhor integração social e profissional e em situação de carência económica grave é-lhes atribuído o Rendimento Social de Inserção (RSI), beneficiando, em 2010 deste subsídio cerca de 5% da população nacional. As populações das regiões do Interior são as que mais se aproximam deste valor, havendo regiões que os ultrapassam: na Região Norte o Grande Porto (9,26%), Tâmega (7,7%) e Douro (5,8%), a sul destaca-se o Alto Alentejo (7,3%) e o Baixo Alentejo (7,1%).

Pensionista, pessoa que adquiriu o direito a uma pensão, está de uma forma mais generalizada ligada a alguém que deixou de pertencer à população “ativa”, geralmente por limite de idade, ou estar incapacitado para o trabalho. Representam 28% da população sendo no interior do território que esses valores são mais elevados, havendo a salientar o Pinhal Interior Sul com (48%) e o Alto Alentejo (42,5%).

Conforme refere o Observatório das Desigualdades, desde o censo de 2001 que a taxa de desemprego tem vindo a aumentar. Até 2008, verificou-se de uma forma gradual, contudo nos últimos anos houve um agudizar da situação. Entre o 3º trimestre de 2008, e o período homólogo de 2010 o número de desempregados em Portugal estimados pelo INE aumentou 40,5%, pelo crescimento de cerca de 175 mil desempregados, elevando a taxa para 10,9%.

Pela leitura de dados estatísticos, (Quadro 9) recolhidos no INE (2001 e 2010) e julho de 2012 no Instituto de Emprego e Formação Profissional (dados numéricos e percentagem calculados com base na população ativa 2010, Censos Provisórios do INE), podemos constatar que a média do desemprego nacional atual quase triplicou relativamente a 2001, passando de 3,28%, para 8,83%. Este valor é superior na região Norte (9,7%) resultado do encerramento de indústrias de produção tais como têxteis, no Algarve (8,89%) por estar associado aos fluxos de turismo onde se registam grandes quebras. No Alentejo considerando a reduzida população ativa 470 000 habitantes, o desemprego de alguns trabalhadores vai inflacionar fortemente a já elevada percentagem registada (9,22).

**Quadro 9 - Indicadores Sociais Por NUTS II**

Unidade Geográfica	POP 2010	% Beneficiários RSInserção 2010	PENSIONISTAS %				Desemprego %		
			Total em 2010	Por Invalidez	Por Velhice	Pensão de Sobrevivência	2001	2010	JUL2012
Portugal	10 636 979	4,96	27,60	2,72	18,08	6,80	3,28	7,10	8,83
Norte	3741 092	6,18	25,98	2,87	16,73	6,38	3,24	8,30	9,78
Centro	2375 902	3,18	30,70	2,86	20,28	7,56	2,63	8,30	7,43
Lisboa	2839 908	4,34	25,76	2,22	17,44	6,10	3,92	5,50	8,20
Alentejo	749 055	4,97	36,50	3,39	24,06	9,05	3,89	7,00	9,22
Algarve	437 643	4,84	25,14	1,97	16,77	6,39	3,06	6,81	8,89

Fonte: INE, Anuário 2010. Lisboa 2010. (<http://www.ine.pt>) e Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 2012. (<http://www.iefp.pt>)

A situação económica que o país atravessa tem reflexos em todo o território nacional, atingindo todas as classes sociais independentemente das habilitações literárias, conforme dados disponibilizados pelos Serviços de Emprego e Formação Profissional (Quadro 10).

O desemprego tem grandes reflexos económicos quando tem lugar nas regiões que concentram um grande volume de empregadores e, na atualidade, estas também

vivem esta realidade. Na região Norte destaca-se o Vale do Ave com uma taxa de desemprego de 12,05%, o Grande Porto 8,75%, a Grande Lisboa 8,28% e a Península de Setúbal 9,06%.

**Quadro 10 - Indicadores sociais por NUTS II e NUTS III**

Unidade Geográfica	POP 2010	% Benef R\$Inserção 2010	PENSIONISTAS 2010				Desemprego	
			% Total	% I Por Invalidez	% Por Velhice	% Pensão de Sobrevivência	% 2001	% JUL2012
Portugal	10 636 979	4,96	27,60	2,72	18,08	6,80	3,28	8,83
Norte	3 74 1092	6,18	25,98	2,87	16,73	6,38	3,24	9,78
Mínho-Lima	24 312	2,72	29,93	3,33	19,44	7,16	2,83	8,20
Cávado	414 815	1,64	22,49	3,09	14,10	5,30	2,87	8,51
Ave	524 896	4,23	25,62	2,94	16,65	6,02	2,89	12,05
Grande Porto	1286 111	9,26	26,13	2,68	17,02	6,42	4,14	8,75
Tâmega	559 822	7,72	21,74	2,79	13,18	5,77	2,37	11,62
Entre Douro e Vouga	289 548	2,44	25,69	2,87	16,92	5,90	2,40	8,50
Douro	205 964	5,84	31,60	2,96	20,25	8,39	3,29	10,76
Alto Trás-os-Montes	210 624	3,69	34,34	2,99	22,87	8,48	3,27	10,69
Centro	2 375 902	3,18	30,70	2,86	20,28	7,56	2,63	7,43
Baixo Vouga	401 510	2,58	26,75	2,16	18,01	6,58	2,59	8,21
Baixo Mondego	326 479	3,63	30,34	3,19	19,97	7,18	3,03	4,95
Pinhal Litoral	269 821	2,61	26,85	3,23	17,30	6,31	1,79	6,99
Pinhal Interior Norte	136 547	4,54	36,76	3,72	23,83	9,21	2,38	8,21
Dão-Lafões	290 282	4,13	29,59	2,08	20,16	7,35	2,99	7,70
Pinhal Interior Sul	39 140	2,72	47,77	3,14	32,06	12,57	2,27	5,71
Serra da Estrela	46 496	4,52	39,73	3,91	26,43	9,39	3,19	10,08
Beira Interior Norte	106 685	3,87	35,27	2,74	23,75	8,77	2,20	8,14
Beira Interior Sul	71 644	3,84	38,31	2,80	25,95	9,56	2,51	10,63
Cova da Beira	89 352	3,97	37,36	3,30	24,76	9,29	2,87	10,34
Oeste	367 636	2,40	28,74	2,79	18,68	7,27	2,64	8,28
Médio Tejo	230 310	2,51	31,71	3,39	20,37	7,95	2,82	7,38
Lisboa	2 839 908	4,34	25,76	2,22	17,44	6,10	3,92	8,28
Grande Lisboa	2 036 181	4,34	26,11	2,12	17,82	6,17	3,70	7,98
Península de Setúbal	803 727	4,35	24,89	2,48	16,48	5,93	4,52	9,06
Alentejo	749 055	4,97	36,50	3,39	24,06	9,05	3,89	9,22
Alentejo Litoral	94 249	3,96	36,47	2,80	24,71	8,96	4,54	8,42
Alto Alentejo	113 984	7,33	42,42	3,84	28,18	10,40	3,49	9,94
Alentejo Central	167 100	4,79	36,40	3,78	24,08	8,54	2,95	8,93
Baixo Alentejo	123 705	7,11	39,55	3,66	25,67	10,22	4,98	10,08
Lezíria do Tejo	250 017	3,36	32,37	3,01	21,14	8,22	3,88	8,98
Algarve	437 643	4,84	25,14	1,97	16,77	6,39	3,06	8,89

Fonte: INE, Anuário 2010. Lisboa 2010. (<http://www.ine.pt>) e Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa,2012, (<http://www.iefp.pt/>)

Todo o interior, Alentejo e Algarve, não fogem a esta onda de desemprego, quer pela diminuição do fluxo de turistas sobretudo no Algarve, e face à contenção das despesas pela população pela diminuição de salários e aumento da carga fiscal, o qual é gerador de um círculo vicioso de desemprego.

O desemprego é um fator determinante que condiciona a capacidade de geração de riqueza, pelas implicações diretas na diminuição das receitas do Estado e da Segurança Social, e pelo aumento das despesas com a proteção social, mas sobretudo porque multiplica o risco de pobreza dos indivíduos e famílias por ele afetadas

Na análise à situação económica, dados constantes dos anuários de 2010 do INE, verificamos a existência de um milhão e sessenta mil empresas no território nacional. No Norte, (Quadro 11 da caracterização económica por NUTS II), estão localizadas o maior número de empresas 342 044, Lisboa ocupa o segundo lugar com 324 834 e a região Centro aproxima-se das 300 000. No Alentejo e Algarve o número de empresas é mais reduzido.

**Quadro 11 - Caracterização económica empresarial por NUTS II**

Unidade Geográfica	Nº de Empresas								Empresa por Escalão		Nº	%	1 000€
	Município 2009	Comércio por grosso e a retalho	Consultadoria	Construção	Alojamento Restauração	Saúde Humana Apoio Social	Indústrias, Transformadoras,	Educação	<10 operários	[10-49] Operários	Pessoal ao serviço nas empresas	Agricultura a tempo inteiro	VAB
Portugal	1 060 906	250 552	115 693	107536	81 341	76 670	74 234	61 558	1 14 103	40 135	3 717 920	5,3	82 736 082
Norte	342 044	87 474	33 500	32 953	25 361	25 761	34 888	22 562	324 079	15 526	1 222 869	5,9	22 494 644
Centro	229 099	59 185	21 413	30 577	17 433	14 367	18 185	14 297	219 749	8 133	681 845	8,3	12 967 545
Lisboa	324 872	64 599	46 020	24 590	20 622	27 227	12 600	15 606	311 728	10 863	1 341 905	0,6	38 724 540
Alentejo	65 412	18 147	5 509	6 312	6 939	3 709	4 497	4 197	63 296	1 879	170 962	10,2	3 187 109
Algarve	57 821	12 709	4 757	8 206	7 451	3 035	3 035	2 497	55 691	1 916	155 039	3,9	2 331 197

Fonte: INE, Anuário de 2010 Lisboa 2010. (<http://www.ine.pt>)

As empresas de comércio grossista e a retalho, dominam a nível nacional sobre todas as outras.

Há a salientar o elevado número de empresas de construção, face à necessidade de infraestruturas que tiveram que ser criadas e melhoradas, uma forma de dotar o país de melhores estruturas viárias, ferroviárias, portos, saneamento e água a quase todos os habitantes, revitalizar centros de cidades, num esforço de aproveitamento dos fundos comunitários em benefícios das suas populações. Também a construção e renovação do parque imobiliário proporcionou nas últimas décadas a proliferação de empresas deste

ramo. Com menores valores no Alentejo, é a segunda mais representativa do Algarve, pelo grande volume de imóveis aí edificados.

Apostando Portugal no Turismo, pela mercantilização das nossas paisagens, sol, praias, mar e no golfe como desporto, constata-se um lugar destacado nas empresas ligadas ao alojamento e restauração. Destaca-se o Norte com o maior número de empresas, seguido de Lisboa. O Alentejo concentra neste ramo, sua principal aposta mais de sete mil empresas.

Cerca de ¼ das empresas transformadoras localizam-se na região Norte, 2/3 na faixa litoral (Grande Porto, Ave e Cávado). As restantes pertencem á sub-região do Tâmega e Entre Douro e Vouga.

O grande universo das empresas nacionais, mais de um milhão, emprega menos que 10 operários distribuindo-se por todo o país. Entre 10 e 49 empregados, não ultrapassam as 40 mil, das quais 15 mil no norte, 8 mil no centro e 11 mil em Lisboa sendo a sua implantação no interior muito limitada.

A região de Lisboa com 36% e o Norte com 33% do pessoal ao serviço das empresas, são as duas grandes regiões que mais população emprega. A região Centro proporciona 18%, de emprego nacional nas suas empresas.

Lisboa gera um de 47% Valor Acrescentado Bruto nacional, o Norte 27% e o Centro 15,6%.

A agricultura é uma atividade tradicional no contexto nacional e proporciona-nos uma visão da realidade económica das áreas onde ela predomina. Nas áreas envolventes das regiões metropolitanas de Lisboa e Porto e dos núcleos urbanos, existe uma agricultura mais intensiva. Utilizam-se os terrenos mais férteis e ainda o recurso a estufas para a produção de bens hortícolas para abastecimento das populações citadinas. O número de pessoas envolvido poderá ser considerado elevado contudo é condicionado pelas pequenas parcelas, pouca mecanização e tratando-se de negócios familiares, onde o agregado obtém o seu sustento, à falta de outra ocupação remunerada toda a família é referenciada como operário agrícola. No restante território, a agricultura reflete uma atividade sobretudo de subsistência e por vezes como fonte de rendimento única, possível dos seus habitantes.

O quadro 12 vai permitir fazer a caracterização económica e empresarial ao nível das NUTS II e NUTS III do território continental.



Quadro 12 - Caracterização económica empresarial, por NUTS II e NUTS III

Unidade Geográfica	Nº de Empresas								Empresa por Escalão		Nº	%	1 000€
	Município 2009	Comércio grosso e a retalho	Consultadoria	Construção	Alojamento e Restauração	Saúde Humana Apoio Social	Indústrias Transformadoras	Educação	<10 operários	[10-49] Operários			
Portugal	1 060 906	250 552	115 693	107 536	81 341	76 670	74 234	61 558	1 014 103	40 135	3 717 920	5,3	82 736 082
Norte	342 044	87 474	33 500	32 953	25 361	25 761	34 888	22 562	324 079	15 526	1 222 869	5,9	22 494 644
Minho-Lima	22 195	5 526	1 737	3 861	2 020	1 399	1 662	1 556	21 261	838	65 728	12,4	1 094 884
Cávado	38 373	9 443	3 736	4 308	2 662	2 610	4 768	2 792	36 056	2 013	137 433	4,9	2 296 199
Ave	43 208	11 843	3 441	3 923	3 371	2 642	7 008	2 691	40 164	2 587	183 311	2,9	2 983 856
Grande Porto	137 753	31 900	17 435	8 853	8 693	13 520	8 968	9 193	131 651	5 260	494 714	0,8	10 891 325
Tâmega	39 977	11 612	2 470	5 304	3 290	2 093	6 057	2 225	36 926	2 615	161 605	6,2	2 198 567
E. Douro e Vouga	27 343	7 606	1 982	2 808	1 546	1 399	4 378	1 530	25 718	1 391	105 124	2,5	1 824 392
Douro	16 075	4 668	1 315	1 816	1 677	1 052	987	1 253	15 614	417	38 568	25,3	589 791
A. Trás-os-Montes	17 120	4 876	1 384	2 080	2 102	1 046	1 060	1 322	16 689	405	36 386	29,1	615 631
Centro	229 099	59 185	21 413	30 577	17 433	14 367	18 185	14 297	219 749	8 133	681 845	8,3	12 967 545
Baixo Vouga	39 675	10 072	3 681	4 926	2 625	2 129	3 856	2 338	37 844	1 534	131 038	4,8	2 650 634
Baixo Mondego	36 743	8 282	4 442	3 846	2 338	4 122	2 018	2 747	35 695	898	98 414	6,2	1 996 378
Pinhal Litoral	30 576	7 733	2 850	4 478	1 865	1 564	3 158	1 662	28 921	1 448	101 952	4,6	2 070 051
P. Interior Norte	11 602	3 241	861	2 177	954	475	935	527	11 184	371	31 377	9,7	516 459
Dão-Lafões	23 563	6 196	2 242	3 406	1 965	1 557	1 628	1 692	22 617	822	70 890	13,8	1 454 794
Pinhal Interior Sul	3 170	916	152	646	284	103	335	131	3 040	117	8 267	26,1	142 549
Serra da Estrela	3 448	980	257	440	351	163	322	295	3 320	117	8 397	12,0	115 339
Beira Interior Norte	8 933	2 333	715	1 300	1 034	527	614	698	8 654	253	22 697	18,4	362 239
Beira Interior Sul	6 388	1 644	627	780	676	425	431	532	6 211	154	15 085	13,3	216 135
Cova da Beira	7 563	2 099	719	857	746	389	511	671	7 277	250	22 200	12,7	321 669
Oeste	37 066	9 977	3 198	5 082	2 826	1 752	2 774	1 773	35 471	1 411	108 427	6,9	1 871 861
Médio Tejo	20 372	5 712	1 669	2 639	1 769	1 161	1 603	1 231	19 515	758	63 101	6,2	1 249 436
Lisboa	324 872	64 599	46 020	24 590	20 622	27 227	12 600	15 606	311 728	10 863	1 341 905	0,6	38 724 540
Grande Lisboa	252 834	48 673	38 275	17 922	15 001	21 441	9 453	11 604	241 941	8 914	1 151 260	0,3	35 218 042
P. Setúbal	72 038	15 926	7 745	6 668	5 621	5 786	3 147	4 002	69 787	1 949	190 645	1,1	3 506 498
Alentejo	65 412	18 147	5 509	6 312	6 939	3 709	4 497	4 197	63 296	1 879	170 962	10,2	3 187 109
Alentejo Litoral	8 586	2 348	626	915	1 137	377	460	431	8 298	249	21 737	9,8	425 180
Alto Alentejo	9 285	2 622	826	836	1 153	547	625	646	9 013	241	23 520	10,0	421 065
Alentejo Central	15 809	4 124	1 457	1 452	1 615	969	1 160	1 065	15 350	408	38 767	9,8	581 350
Baixo Alentejo	10 343	2 922	810	1 028	1 311	572	713	822	10 113	210	23 590	15,8	539 900
Lezíria do Tejo	21 389	6 131	1 790	2 081	1 723	1 244	1 539	1 233	20 522	771	63 348	7,8	1 219 612
Algarve	57 821	12 709	4 757	8 206	7 451	3 035	3 035	2 497	55 691	1 916	155 039	3,9	2 331 197

Fonte INE, Anuário 2010. Lisboa 2010. (<http://www.ine.pt>)

Nele estão sumariadas o número de empresas, bem como as mais representativas de cada região e sub-região, a dimensão das mesmas quanto ao número e total de operários e o valor de VAB gerado.

Considerando-se pouco vantajoso um estudo exaustivo, optou-se por uma análise (Quadro 13) às seis principais sub-regiões, que se salientam neste universo pelo número de empresas, pessoal ao serviço e VAB.

**Quadro13 - Localização das principais empresas**

Unidade Geográfica	Empresas por Município 2009	Empresa por escalão		Pessoal ao serviço nas empresas	Nº médio trabalhadores por empresa	% de VAB
		<10 Operários	[10-49] Operários			
Portugal	1 060 906	1 014 103	40 135	3 717 920	3,5	100
Grande Lisboa	252 834	241 941	8 914	1 151 260	4,5	42,5
Grande Porto	137 753	131 651	5 260	494 714	3,6	13,1
P. Setúbal	72 038	69 787	1 949	190 645	2,6	4,2
Baixo Vouga	39 675	37 844	1 534	131 038	3,3	3,2
Oeste	37 066	35 471	1 411	108 427	2,9	2,2
Pinhal Litoral	30 576	28 921	1 448	101 952	3,3	2,5
<b>Total</b>	<b>569 942</b>	<b>545 615</b>	<b>20 516</b>	<b>2 178 036</b>	<b>3,3</b>	<b>67,9</b>

Fonte: INE, Anuário de 2010 Lisboa 2010. (<http://www.ine.pt>)

O número das suas empresas, representa mais de metade das de todo o país, com a Grande Lisboa a ocupar o 1º lugar. Aqui estão implantadas mais de ¼ das nossas empresas. Lisboa o maior centro urbano e a capital do território nacional, conseguiu esta situação privilegiada por fatores históricos, mas sobretudo devido à sua centralidade, por nela residirem os órgãos políticos e administrativos da nação, e ser servida por terminais rodoviários, ferroviários, que aligam à Europa e um porto e aeroporto a todos os continentes. É o local eleito pelas diversas firmas estabelecerem as sedes das suas empresas por estarem mais perto dos órgãos de decisão.

Todos os grandes centros urbanos necessitam de um elevado número de trabalhadores para a área de serviços e em particular nas cidades capitais para os quadros do Estado. Também a concentração de empresas leva ao nascimento de empresas prestadoras de serviços a essas mesmas empresas, quer duma forma direta ou indireta. Destacam-se as empresas ligadas ao comércio, à consultadoria, à saúde e apoio social, construção e educação. As empresas sediadas na Grande Lisboa empregam mais de um milhão de pessoas, cerca de 20% da população ativa nacional.

O Grande Porto, o maior centro urbano do norte do país, ocupa a 2ª posição, com 13% das empresas nacionais. O porto de Matosinhos, servido de um terminal ferroviário permite o fluxo de mercadorias de e para a região norte. O aeroporto de Sá Carneiro faz a ligação aérea com vários destinos nacionais e internacionais, tornando mais céleres o fluxo pessoas e mercadorias. Aqui, à semelhança de Lisboa, há um certo paralelismo das empresas instaladas, reduzidas a metade, havendo a salientar as indústrias transformadoras. Emprega esta região meio milhão de pessoas.

A Península de Setúbal, localizada a sul da Grande Lisboa, apenas separada pelo rio Tejo, é como uma continuação desta região onde por motivos estratégicos foram sediadas grandes empresas de construção e reparação de navios, siderurgia nacional, Portucel, wwautoeuropa e outras. Dotada de um dinâmico porto com terminal ferroviário, permite o fluxo de mercadorias para a Europa, sendo que regista 90% dos movimentos rolantes de todos os portos portugueses. São gerados pelas empresas aqui instaladas cerca de 200 mil postos de trabalho.

O Baixo Vouga, Oeste e Pinhal Litoral, representam respetivamente 3,7%, 3,4% e 2,8% das empresas nacionais, empregando pouco mais de 100 mil pessoas cada uma e apesar das suas baixas capacidades na geração de VAB, cerca de 8% do total nacional, a sua situação geográfica, no litoral permite-lhes serem mais competitivas e criar mais riqueza que as restantes sub-regiões da região Centro, localizadas no interior.

As empresas localizadas nestas seis regiões, proporcionam o emprego a 2/3 do total da população operária e representam 68% do VAB nacional.

Portugal, desde a adesão à Comunidade Europeia, tem vindo a fazer grandes investimentos na área de educação, procurando atingir os níveis de educação da média europeia e, sobretudo, desenvolver estratégias com vista à diminuição das taxas de abandono escolar, de reprovação, passando pela criação de currículos alternativos, de encontro às capacidades e pretensões profissionais dos alunos.

O Quadro 14 pretende fazer uma abordagem às habilitações por regiões NUTS II.

O Ensino Pré-Escolar chegou a todo o território nacional e 85% das crianças têm possibilidade de preparar a sua inserção na vida escolar no 1º ciclo, com esta fase de ensino.

Em 2011, 20% dos portugueses não tinham qualquer habilitação. O não ter habilitações não significa ausência de cultura ou ser iletrado. Muitos dos nossos idosos, aprenderam a ler e escrever não tendo necessidade de adquirir habilitações literárias

formais face às atividades profissionais que desempenharam. A taxa de analfabetismo<sup>5</sup> regista valores inferiores. Dados disponibilizados pelo INE, permitem-nos verificar que o analfabetismo desceu progressivamente de (33,12%) em 1960, passando para (25,74%) em 1970, (18,59%) em 1971, (11,01%), em 1991. Registou-se o valor de (9,03%) em 1991 com novos valores em 2011, (5,2%), sendo que essa taxa é superior nas mulheres (6,7%) representando nos homens (3,5%).

**Quadro 14- Escolaridade por NUT II**

Unidade Geográfica NUTS II	Nº	%		Básico %			Secundário %		%	%
	Pop 2011	Freq. Pré-Escolar 2010	Nenhumas Habilitações	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Frequência Curso Profissional 2010	Pós-Secundário	E ensino Superior
Portugal	10 561 614	85,0	19,16	25,38	13,29	15,97	12,90	23,93	1,35	11,95
Norte	3 689 609	87,3	18,79	27,58	15,22	15,48	11,53	27,17	1,07	10,32
Centro	2 327 580	91,4	20,19	27,47	12,73	15,66	12,12	25,94	1,21	10,62
Lisboa	2 821 699	76,1	17,20	20,66	11,17	16,85	15,56	19,97	1,82	16,73
Alentejo	757 190	96,8	23,00	26,42	12,36	15,76	12,40	24,04	1,12	8,94
Algarve	451 005	76,0	20,00	23,17	11,95	17,59	14,78	34,02	1,99	10,52

Fonte: INE, Censos 2011 Lisboa, 2011 INE. (<http://www.ine.pt/>)

Esta descida da taxa de analfabetismo, traduz um movimento regular nos últimos decénios, que não pode ser dissociado de dois fatores fundamentais: a substituição progressiva de uma camada mais idosa da população, tradicionalmente com maiores índices de analfabetos, e a maior escolarização dos jovens em idade escolar.

No Quadro 15, Escolaridade por NUTS III, verifica-se que a ausência de habilitações acontece com 19% dos portugueses, com pequenas oscilações a nível de NUTS II, com uma leitura diferente quando se diminui o escalão. A nível de NUTS III, na região Norte os valores mais elevados verificam-se no Douro e Alto Trás-os-Montes, no Centro no Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul e de uma forma generalizada em todo o Alentejo. Os valores extremos verificam-se no Alentejo contudo são as regiões do interior que registam de uma forma mais contínua a ausência de habilitações, gerando um certo paralelismo associado ao índice de idosos com a vinculação desta classe etária.

<sup>5</sup> **Taxa de analfabetismo** – Relação entre a população com 10 e mais anos que não sabe ler e escrever e total da população dentro dos mesmos parâmetros.

Vinte e cinco por cento da população possuem apenas o 1º ciclo, habilitação que eram o ensino obrigatório algumas décadas atrás. Lisboa com 20,66% e o Algarve com 23,17% são as regiões em que esse valor é menor, por essa população ter tido mais possibilidades de acesso à cultura, adquirindo mais habilitações. Na Região Norte e Centro esses valores ultrapassam os 27%, com a Serra da Estrela a salientar-se pela negativa com 35,19% da população a ter apenas a escolaridade obrigatória, registando-se tendência semelhante em todo o interior onde até à década de 70 uma diminuta população tinha condições económicas para sair da aldeia e ir estudar.

O 2º Ciclo, com raízes no Ciclo Preparatório (que chegou a ter difusão televisiva), foi instituído pelo Decreto-Lei 47 800, de 01out68 que após avanços e recuos na sua execução, fixou em dois anos (5º e 6º anos) pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86 de 14out86), passando a constituir a escolaridade obrigatória. A franja da população, 13% com esta habilitação é a imagem desse período histórico do ensino em Portugal que se distribui de uma forma homogénea por todo o continente português.

O 3º ciclo constituiu até meados dos anos 70 a meta a atingir, como habilitações literárias para a grande maioria dos alunos. Uma minoria prosseguia estudos com vista à frequência de um curso superior, os restantes tentavam integrar-se no mercado de trabalho. Era a habilitação exigida para ingressar no Magistério Primário bem como nos concursos à carreira administrativa da Função Pública. Foi assim um marco importante na educação portuguesa. Também tem havido nas últimas décadas preocupação por parte do Ministério da Educação que todos os jovens estejam habilitados com o 3º ciclo, criando percurso alternativo. Assim, 16% da população é possuidora destas habilitações, com uma distribuição equitativa em todo o território nacional.

O nível do Secundário contribui com 13% para o universo das habilitações dos portugueses. Valores mais elevados verificam-se no Grande Porto, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Península de Setúbal e Algarve. Estes valores estão associados aos grandes núcleos habitacionais que oferecem um mais fácil acesso ao ensino e porque a necessidade de adquirir conhecimento leva os pais a apostar na educação dos seus filhos.

É diminuta a população possuidora de ensino pós-secundário, por apenas alguns alunos dos cursos tecnológicos seguirem esta via.

Licenciatura ou grau superior são habilitações literárias de 12% da população nacional. A Leitura do Quadro 15 permite-nos constatar da concentração de um grande

número de licenciados nos grandes centros urbanos: Grande Lisboa (18,48%), Grande Porto (14,36%) e Baixo Mondego (16,12%).

**Quadro 15 - Escolaridade por NUTS II e NUTS III**

Unidade Geográfica	Nº	%		Básico %			Secundário %		%	%
	Pop 2011	Freq. Pré-Escolar 2010	Nenhumas Habilitações	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Freq Curso Profissional 2010	Pós-Secundário	Ensino Superior
Portugal	10 561 614	85,0	19,16	25,38	13,29	15,97	12,90	23,93	1,35	11,95
Norte	3 689 609	87,3	18,79	27,58	15,22	15,48	11,53	27,17	1,07	10,32
Minho-Lima	244 836	95,5	21,75	27,93	14,11	15,27	11,39	29,59	0,99	8,57
Cávado	410 149	92,2	18,49	24,70	16,47	16,39	12,03	25,54	1,02	10,90
Ave	511 737	87,6	18,21	29,11	17,20	16,04	10,80	32,99	0,90	7,73
Grande Porto	1 287 276	83,4	16,42	25,27	13,52	15,80	13,17	23,10	1,45	14,36
Tâmega	550 469	80,9	21,42	30,40	18,03	15,18	9,00	31,14	0,63	5,34
Entre Douro e Vouga	274 859	91,9	18,07	28,84	17,12	15,68	10,86	34,33	1,02	8,41
Douro	205 902	103,6	22,17	30,49	12,94	13,62	10,88	26,09	0,76	9,14
Alto Trás-os-Montes	204 381	92,8	22,76	31,36	11,95	12,99	10,64	20,85	0,85	9,45
Centro	2 327 580	91,4	20,19	27,47	12,73	15,66	12,12	25,94	1,21	10,62
Baixo Vouga	390 840	87,2	18,25	26,48	14,83	16,20	11,65	28,80	1,24	11,35
Baixo Mondego	332 306	87,2	18,54	24,42	11,19	15,32	13,06	23,71	1,34	16,12
Pinhal Litoral	260 924	91,1	20,52	25,34	12,90	16,53	13,04	24,10	1,39	10,28
Pinhal Interior Norte	131 371	93,1	22,45	31,58	12,48	15,26	10,64	24,33	1,19	6,40
Dão-Lafões	277 216	94,1	21,24	29,23	13,29	14,36	11,23	20,90	0,88	9,77
Pinhal Interior Sul	40 705	98,7	25,12	33,66	10,38	14,24	9,84	28,35	1,17	5,59
Serra da Estrela	43 737	101,8	21,47	35,19	11,19	13,54	9,87	28,92	0,95	7,79
Beira Interior Norte	104 403	98,4	21,95	31,01	10,16	15,16	10,84	22,06	1,03	9,84
Beira Interior Sul	75 026	100	22,04	28,29	10,01	14,93	12,65	23,59	1,04	11,04
Cova da Beira	87 869	98,6	20,96	28,75	11,62	15,55	11,82	33,04	1,16	10,15
Oeste	362 523	87,3	20,50	26,91	13,47	16,34	12,62	32,32	1,32	8,84
Médio Tejo	220 660	97,5	19,63	27,42	12,69	16,17	13,04	24,49	1,25	9,80
Lisboa	2 821 699	76,1	17,20	20,66	11,17	16,85	15,56	19,97	1,82	16,73
Grande Lisboa	2 042 326	79,8	16,77	20,01	10,90	16,37	15,56	19,23	1,91	18,48
Península de Setúbal	779 373	66,8	18,34	22,36	11,90	18,11	15,54	21,95	1,61	12,15
Alentejo	757 190	96,8	23,00	26,42	12,36	15,76	12,40	24,04	1,12	8,94
Alentejo Litoral	97 895	105,3	24,48	25,54	12,03	16,01	12,99	27,33	1,28	7,65
Alto Alentejo	118 352	109,6	24,01	27,70	12,08	15,33	11,45	24,98	0,92	8,51
Alentejo Central	166 802	93,1	22,42	25,89	12,39	15,12	13,10	20,14	1,10	9,99
Baixo Alentejo	126 692	101,3	24,40	26,06	12,18	16,31	11,56	31,76	0,93	8,56
Lezíria do Tejo	247 449	89,5	21,60	26,69	12,71	16,03	12,58	21,22	1,25	9,15
Algarve	451 005	76,0	20,00	23,17	11,95	17,59	14,78	34,02	1,99	10,52

Fonte: INE, Censos 2011 Lisboa, 2011 INE. (<http://www.ine.pt/>)

Esta situação emerge por nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra se localizarem os hospitais principais com todas as valências que apoiam as regiões onde estão inseridos com os seus quadros maioritariamente licenciados, o corpo de docentes das Universidades, institutos e demais estabelecimentos de ensino, os quadros superiores da função pública, o comércio, indústria e a prestação de serviços, têm maior representatividade nestes grandes núcleos, todos eles carecendo de licenciados dos vários quadrantes do ensino. Estes dados englobam ainda o elevado número de licenciados que aguarda o 1º emprego ou está desempregado. De referir que a frequência de um curso superior torna-se menos onerosa para os seus residentes, por não havendo lugar a despesas adicionais como transporte, alojamento e alimentação, contudo há a referir que alguns destes licenciados residentes, são oriundos das mais diversas regiões do país. Os grandes centros atraem o capital humano e para o detentor de uma habilitação superior este será o lugar onde poderá concretizar os seus objetivos.

Da leitura do quadro, verifica-se que há uma franja de alunos que envereda por currículos alternativos a nível do ensino secundário, representando no ano letivo transato cerca de 25% dos alunos matriculados nesse grau de ensino.

#### **2.4. Como valorizar áreas de baixa densidade**

O desenvolvimento dos territórios está subjacente à competitividade, à reestruturação dos sistemas produtivos e da densidade do tecido institucional.

A **competitividade** dos países e das empresas depende da competitividade das regiões.

Para a Comissão Europeia (1999) a competitividade é identificada segundo dois aspetos: a produtividade e o emprego.

Competitividade é «capacidade de produzir bens e serviços que satisfazem as necessidades dos mercados internacionais, enquanto, que ao mesmo tempo, mantém níveis elevados e sustentáveis de rendimento» ou, em termos mais gerais, a competitividade é «a capacidade que as empresas, as indústrias, as regiões, as nações e as regiões supranacionais têm de gerar, quando expostas a concorrência internacional, níveis de rendimento e de emprego relativamente elevados» (CE, 1999: 75).

As empresas locais têm de ser competitivas em termos de dinamismo e inovação e promover a oferta dos seus produtos e torna-los conhecidos e desejados com recurso ao marketing. Não esperar que o acaso os descubra e procure.

Mais que os recursos locais e o capital humano, é necessário que as empresas estabeleçam estratégias entre si e cooperem, criem sinergias entre os diversos atores locais e estabeleçam ligações a redes externas.

**A Reestruturação do sistema produtivo** passa por as empresas existentes se organizarem entre si e com o meio envolvente, ou seja estabelecerem relações de confiança entre produtores e consumidores.

O crescimento económico não é apenas o resultado da formação e consolidação dos sistemas produtivos, mas também e, principalmente, pela reorganização das empresas e pelas alianças estratégicas celebradas com outras empresas.

A flexibilidade da organização das grandes empresas permite melhorar a sua eficiência e competitividade pelo desenvolvimento de estratégias territoriais inovadoras que podem passar pela deslocalização ou criar sucursais mais autónomas integradas nesse território (Sofia 2008).

A reestruturação dos sistemas produtivos contribui de forma determinante para o desenvolvimento dos territórios.

**A densidade do tecido institucional** é outro fator que influencia o desenvolvimento económico, resultando do contributo de todos os atores sociais, quer sejam individuais, institucionais ou políticos, da cultura das suas gentes, herança dos antepassados e da forma e mecanismos usados.

O processo de desenvolvimento adquire facilidades em territórios onde há uma forte cooperação entre os referidos atores, apoiadas em instituições de ensino, proporcionando-lhes formação e introduzindo inovação. O bom desempenho destas instituições passa pela redução dos custos da produção, aumento da autoconfiança entre os diversos atores e pela sua contribuição na organização de redes de cooperação, permitindo a interação e a partilha de conhecimentos.

O mundo rural é por excelência o território das “Áreas de Baixa Densidade”. Ao potenciar uma região, esta tem que ser vista como um todo pelo que as políticas de coesão têm que ser abrangentes.

“A passagem conceptual de um desenvolvimento mais abrangente para um desenvolvimento mais local desperta-nos para espaços económicos locais diferentes e



para diversas estratégias de valorização dos seus recursos, colocando-os numa linha de maior competitividade e competência. A emergência nos espaços locais de uma “especificidade territorial” cria dinâmicas que se prendem com a constatação de saberes e conhecimento tácito, com as decisões” (FERNANDES, 2006).

É pois fundamental segundo FERRÃO (2000), trazer mais competitividade ao mundo rural e esta pode passar pelos seguintes objetivos:

1- Consolidação das relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica entre o mundo rural e urbano em detrimento de relações assimétricas e predadoras do mundo rural;

2- Permitir e transformar a cidade numa ligação privilegiada entre o mundo rural e o exterior.

Para a consolidação das relações de proximidade, os recursos humanos, institucionais e físicos da cidade, devem ser postos ao serviço do mundo rural, tendo em conta que é nestas que se localizam, por motivos de rentabilidade, as grandes infraestruturas, equipamentos e serviços.

O acesso a esses recursos, a promoção e o estabelecimento de redes individuais e institucionais, com a conseqüente mobilidade de pessoas, bens e troca de conhecimentos, permitirá a utilização em pleno desses recursos e satisfação das necessidades das populações rurais.

As relações de proximidade para FERRÃO (2000) passam ainda pela coesão e integração das áreas rurais pelos centros urbanos, garantindo o funcionamento dos processos ecológicos básicos com vista à preservação dos ecossistemas e sustentabilidade ambiental entre todos os espaços naturais das áreas rurais e urbanas, como um todo, evitando o isolamento das mais desfavorecidas.

Passa também pelo apoio na construção de parcerias de proximidade, proporcionando a difusão de informação, aprendizagem e conhecimento às instituições e residentes rurais.

A eliminação de distâncias pode ser amenizada pelo acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, pelo acesso aos serviços públicos, pela coesão social e competitividade económica.

Por último, deve haver articulação nas políticas de ordenamento do território, conservação da natureza, desenvolvimento rural, urbano e regional, de encontro às potencialidades e prioridades de cada área em particular.

No que respeita ao segundo objetivo, a cidade encerra em si um grande potencial que pode ser o elo de ligação do mundo rural com o exterior. Nela estão implantadas as instituições públicas e privadas, bem como as sedes das representações internacionais, por motivos de mais fácil convivência.

A implementação de relações de complementaridade menos assimétricas e mais simbiótica entre as populações e organizações do mundo rural e urbano (FERRÃO, 2000) permitiria ao mundo urbano fazer a ponte entre o rural e o exterior e o acesso a mercados distantes e tornar os seus territórios mais atrativos. É para isso necessário que as instituições citadinas se disponibilizem e englobem nos seus programas ações visando os interesses do mundo rural.

A atividade agrícola é importante neste contexto, mas não exclusiva, tendo a comunicação social e a afirmação positiva desses lugares um papel determinante para evitar o seu esquecimento e transformando-as em áreas marginais. Importa valorizar a sua cultura rural como património e dar à produção os limites ajustados.

As áreas de baixa densidade, têm vindo a estender-se a novos territórios e a agravar-se a qualidade de vida nas já existentes, em resultado da dificuldade que elas têm em atrair populações e fixá-las, agravado pelo êxodo da população ativa. A partida dessas gentes, contribui de forma decisiva para a sua fragilização, pela diminuição da taxa de natalidade e aumento de uma população idosa, diminuindo a competitividade produtiva, e agravamento das condições socioeconómicas.

Para potenciar esses territórios o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007/2013, considera cinco objetivos estratégicos para os tornar mais competitivos e atrativos:

- Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais;
- Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais;
- Reforço da coesão territorial e social; e
- Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e

associativas na gestão sectorial e do território rural.

Portugal, após a adesão à Comunidade Europeia, desenvolveu várias políticas com vista à modernização e desenvolvimento do território visando a modernização e desenvolvimento dos sectores agrícola, florestal e industrial. A modernização e o desenvolvimento verificado, apesar de todo o esforço realizado, não foram suficientes

para atingir os objetivos desejados, em especial no que se refere à perda de competitividade e dinâmica dos territórios, não obstante o registo de casos de sucesso.

Em todos estes processos a qualificação dos atores e população e o seu envolvimento, foram e continuam a ser determinantes.

Torna-se necessário dotar estes intervenientes com qualificações adequadas, desenvolver competências e generalizar o recurso às novas tecnologias, conforme o objetivo quinto do PENDR 2007-2013 “Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural”, na sua alínea a) qualificação dos agentes do desenvolvimento rural e d) Potenciar a integração das novas tecnologias na acessibilidade, produção e gestão do conhecimento”.

É de salientar o investimento que tem vindo a ser canalizado para a educação e particularmente para a qualificação, a nível nacional e sobretudo, nas regiões desfavorecidas, havendo necessidade de aumentar a sua qualidade, eficácia e eficiência. Impõem-se uma evolução no modelo de formação profissional e assistência técnica, numa atualização permanente, para que haja uma resposta eficiente às solicitações cada vez mais complexas da sociedade moderna de consumo.

É neste âmbito que as Escolas de Formação Profissional têm um papel preponderante no desenvolvimento dos territórios de baixa densidade.

Para Stöhr (1981) e Barquero (1998), o desenvolvimento endógeno é baseado na utilização do potencial de desenvolvimento existente nesse território, cuja produção aumentará pelo investimento feito por empresas e Estado, sob monitorização dos agentes locais, daí advindo melhores condições de vida para as suas populações.

Franco (2004), considera que os principais fatores de desenvolvimento local são o capital humano, com a sua capacidade de empreendedorismo e o capital social, englobando a confiança, reciprocidade e relações de cooperação.

Desenvolvimento endógeno resulta, segundo Vazquez Barquero (1999), da existência de um processo empresarial e inovador em que o território não é apenas um recetor passivo das estratégias de grandes empresas e organizações externas, mas tem uma estratégia própria que lhe permite influenciar a dinâmica económica local. É importante conhecer a cultura empresarial e as tendências inovadoras dos atores locais e sobretudo os projetos que as elites têm acerca do desenvolvimento.

Existem quatro forças, segundo Barquero (2004), que impulsionam o desenvolvimento regional: a) a organização flexível da produção, b) a divulgação da inovação, c) a mudança e adaptação das instituições, e d) o desenvolvimento urbano do território. A interação entre estas forças resulta no efeito denominado efeito H, um fator de eficiência no processo de acumulação económica. Barquero (1999, 2002 e 2004), considera ainda que:

a) Os processos de difusão de inovações e conhecimento estão condicionados ao sistema das empresas, instituições, agentes económicos e sociais;

b) O desenvolvimento tem profundas raízes institucionais e culturais e é reforçado nos territórios que têm sistemas evoluídos e complexos, pelo que as estruturas familiares, a cultura e valores locais também determinam os processos de desenvolvimento local;

c) b.1. Quando as empresas estão instaladas em territórios servidas com boas redes de comunicações e têm associadas instituições de educação e investigação, associações empresariais, sindicatos e governos locais, os recursos disponíveis são utilizados de forma mais eficiente e a concorrência melhorada;

b.2. Outros aspetos igualmente importantes são a aceitação de um modelo de sociedade em que o esforço e a ética são premiados, a capacidade empresarial é considerado um valor importante e a mobilidade social é cultivada;

d) A confiança entre as empresas gera cooperação e garantia de transações entre empresas locais, possibilitando a redução dos custos, a ética dos trabalhos promove a melhoria da qualificação dos recursos humanos, reduzindo conflitos sociais e promovendo o processo de acumulação de capital;

e) A diferença na dinâmica entre cidades e regiões reside de uma forma geral na interação entre os mecanismos e as forças que estão afetas ao desenvolvimento endógeno, pelas externalidades geradas na interação desses processos;

f) A política de desenvolvimento local tem como missão a atuação conjunta de todos os mecanismos de acumulação, tentando melhorar a sinergia entre as forças do desenvolvimento endógeno;

g) As estratégias de desenvolvimento devem ter capacidade de resposta ao aumento da produtividade e da competitividade do sistema produtivo, uma justa distribuição dos lucros e conservação dos recursos naturais e do património histórico e cultural;

h) É necessária uma análise profunda aos conflitos resultantes de alterações institucionais e o equilíbrio de poderes na sociedade, tornando possível a coordenação das estratégias dos atores territoriais.

Na abordagem ao desenvolvimento endógeno é fundamental a análise às condições locais e aos processos sociais internos os quais são parte ativa no processo económico regional, com a inclusão da cultura local e relações de poder, que condicionam e interferem nas forças de desenvolvimento, determinando a eficiência do fator “H” no processo de acumulação. Podemos também constatar da situação que enfrentam as regiões pobres e com menos recursos para as quais o crescimento económico gerido externamente não parece ser “a salvação”. A aplicação desta teoria do desenvolvimento também permitirá a identificação de novas potencialidades sociais, associadas aos atuais desafios de cada região e uma tomada de consciência coletiva sobre as necessidades de novas instituições de convivência social, economicamente mais eficientes e socialmente mais integradoras.

Desempenham um papel importante no sistema produtivo local, segundo Barquero (1998), as cidades médias, por serem locais privilegiados para o intercâmbio com o exterior, estando o desenvolvimento regional dependente da dinâmica utilizada entre a cidade e regiões com as redes de agentes e os interesses das populações locais.

As ações com vista ao desenvolvimento regional, devem, segundo Santos e Ribeiro (2005), visar os recursos da comunidade e a sua potenciação económica, tais como recursos naturais, localização do território, trabalho e respetiva qualificação, capacidade empresarial, poupança acumulada e conhecimento prático dos mercados e circuitos económicos.

Para que os recursos endógenos possam potenciar o progresso e o crescimento de uma região será necessário que os mesmos sejam administrados com competência, ou seja, que haja capacidade em gerir os recursos, desenvolvendo atividades das quais resultem altos níveis de eficiência. Os recursos são a fonte da competência dos territórios, enquanto as competências constituem a origem da vantagem competitiva desses mesmos espaços (Grant, 1991; Kanter, 1995; Maillat, 1995; Santos, 1997).

Podemos considerar segundo Grant (1991) e Santos (1997) dois grandes grupos de recursos, os financeiros e físicos, que podem ser observados e contabilizados e os imateriais como o capital humano, constituído pelas capacidades individuais,

conhecimento, modo de agir e capacidade de iniciativa e decisão, bem como os recursos institucionais, culturais e Tecnológicos.

O Quadro 16 procura identificar os recursos e capacidades disponíveis comuns ao universo dos territórios.

**Quadro 16 – Recursos e capacidades das regiões**

<b>RECURSOS</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Exemplos</b>
Financeiros	Endividamento da região, impostos municipais, apoios financeiros obtidos, transferências da administração central.
Físicos	Clima, ecologia, terra, infraestruturas, hospitais, escolas.
Humanos	Responsáveis políticos, empresários, qualificação da mão-de-obra, custo do trabalho.
Institucionais	Administração local, delegações governamentais, câmaras de comércio, associações empresariais, bancos.
Culturais	Identities histórica, herança arquitetónica, tradições, gastronomia.
Tecnológicos	Recurso para inovação, universidades, laboratórios de investigação, parques tecnológicos.
<b>CAPACIDADES</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Exemplos</b>
Habilidade para combinar recursos (financeiros, físicos, humanos, institucionais, culturais e tecnológicos).	Reputação e imagem da região (nacional e internacional) Atmosfera industrial Competências em inovação (I&D)

Fonte: Adaptado de GRANT (1991).

Há recursos e competências que são variáveis de região para região quer na qualidade, quantidade e valor, proporcionando aos territórios detentores desses recursos, competências específicas, valorizando-os e atribuindo-lhes uma identidade própria.

Os produtos endógenos são um recurso das regiões, cujas origens estão subjacentes às características geográficas da mesma (relevo, clima e solo) e das matérias-primas que lhe deram origem. As suas raízes ancestrais mantidas até à atualidade incorporam um valor acrescentado nesses produtos, estando associados a determinadas festividades ou hábitos gastronómicos da região.

Há uma pretensa valorização dos produtos endógenos, pelas suas características genuínas, procurando os produtores um valor acrescido junto dos consumidores, bem como serem reconhecidos como de qualidade e únicos. Há necessidade e preocupação de manter e preservar as características, atribuindo-lhe uma marca e designação da região de origem. As pretensas contrapartidas financeiras estão dependentes da capacidade das empresas locais de gerarem vantagens competitivas,

perante a concorrência nos recursos e competências, levando os consumidores a pagar um preço mais elevado, por um produto considerado de qualidade.

Contribuem de uma forma significativa para o desenvolvimento regional, para além da sua localização geográfica, os setores produtivos implantados, as acessibilidades, a existência de estabelecimentos de ensino e serviço de saúde, infraestruturas desportivas e culturais e servidos de uma boa rede de telecomunicações.

#### **2.4.1. A educação como alavanca nas áreas de baixa densidade**

O ensino em Portugal tem registado nas últimas décadas uma grande aproximação dos níveis europeus designadamente no respeitante à diminuição da taxa de analfabetismo e abandono escolar precoce, contudo os valores dos restantes índices posicionam-nos na cauda da Europa. As habilitações literárias de que os portugueses são detentores, leva a que sejamos o país que tem a maior percentagem de trabalhadores, com os mais baixos índices de escolaridade, no contexto europeu.

A ausência ou os baixos níveis de escolaridade condicionam a qualidade do capital humano, constituindo um obstáculo ao crescimento económico, ao aumento da produtividade e condicionando a competitividade do tecido produtivo.

A qualidade do fator capital humano é um recurso de vital importância para os territórios, contribuindo para a dinamização da sua economia e aumentar a sua competitividade, pelo que na sua formação os territórios devem desempenhar um papel ativo. Os principais atores intervenientes neste processo são os estabelecimentos de ensino, as empresas e toda a comunidade.

Refere Margiotta *et al*, (1996), que o aumento da capacidade produtiva requer investimento na educação. Para se atingirem níveis relevantes em todas as dimensões de desenvolvimento económico, segundo Caetano (2005), a educação enfrenta o desafio de formar indivíduos competentes com capacidades para resolver os problemas quer como cidadãos quer como agentes económicos.

Na política de emprego, tem que se ter presente que é preciso dotar as pessoas com uma vasta cultura geral e uma formação técnico-profissional em particular. Assim para reduzir a escassez da mão-de-obra qualificada, é fundamental melhorar a transição da escola para o trabalho, mas também aumentar o controlo de qualidade dos programas educacionais e de formação (Garrido, 1997).

No recrutamento de pessoal, as empresas preferencialmente e por motivos economicistas, admitem para os seus quadros pessoas habilitadas que comecem logo a laborar sem necessidade de formação ou reciclagem.

Estão melhor posicionados para o ingresso no mercado de trabalho os jovens que possuem formação profissional relativamente ao que possuem o ensino geral.

O exigente tecido industrial no presente, não se compadece com trabalhadores não qualificados, havendo por parte das empresas apetência por operários de nível intermédio e licenciados que dominem as novas tecnologias, contudo, este mesmo tecido industrial, não tem capacidade para dar pleno emprego a todos os jovens.

Tem a escola por objetivo proporcionar uma base sólida e geral a todos os alunos, dotando-os de capacidade para processarem e assimilarem informação e atualizarem os conhecimentos ao longo da vida. É pelo investimento na educação que se consegue melhorar os recursos humanos, sendo que nenhum país consegue ser competitivo se os seus recursos humanos não forem de qualidade.

Dentro dos vários níveis de ensino lecionados, o que se prende mais com este estudo, corresponde ao ensino secundários e as várias áreas que ele compreende:

- Ensino científico-humanístico, destinado sobretudo aos alunos que pretendam prosseguir estudos em cursos superiores;

- Ensino técnico profissional, com dupla orientação, prosseguimento de estudos pelo ingresso no ensino superior ou cursos pós-secundários e ingresso no mercado de trabalho como operários qualificados;

- Ensino artístico, ministrado num limitado universo de escolas bem como no número de alunos;

- Formação profissional, que desenvolvendo capacidades para inserção na vida ativa, salvaguarda a possibilidade de realizar estudos superiores. Limitado este ensino quando da sua criação a escolas de iniciativa privada, começou a granjear a apetências por um número crescente de alunos quando este foi alargado às escolas secundárias, sobrepondo-se ao ensino técnico-profissional, recuperando alunos para o ensino e sobretudo proporcionando uma profissão a muitos milhares de jovens alunos.

A Formação profissional estendeu-se a todo o território, com benefícios para as áreas rurais e sobretudo as de baixa densidade. O ensino decorre entre a escola e a empresa preparando o aluno para o exercício de uma profissão qualificada, de técnico não superior.



É com recurso à formação profissional que as regiões, segundo Pedroso (1996) invocando um perspectiva difusionista, contribuem para o desenvolvimento, pela geração de aptidões necessárias para fazerem face aos investimentos planeados e mudanças ocorridas. Cabe à formação profissional a disponibilidade dos saberes para que as necessidades sejam suprimidas. Uma segunda perspectiva territorialista refere Dinis *et al*, (2011), vê na formação profissional, um contributo para o desenvolvimento das oportunidades do território sendo a formação um instrumento integrado nas outras medidas de política de desenvolvimento regional.



### CAPÍTULO III

#### O ENSINO SECUNDÁRIO DE CICLO PROFISSIONALIZANTE

##### 3.1. A formação profissional inserida no sistema de ensino

###### 3.1.1. A evolução do ensino nas últimas décadas

Ao pretender atribuir aos cursos profissionais um grande contributo para o desenvolvimento local, regional e nacional, importa referir a sua contextualização quanto à sua criação, existência e alargamento, bem como o quadro legal de suporte dentro do ensino nacional e comunitário.

A necessidade da formação profissional começou a surgir no início do séc. XIX, pela necessidade de fornecer quadros para as indústrias. A falta de pessoal habilitado levou Marques (1978) a escrever: "Das escolas, industriais e comerciais e de artes e ofícios, cujo número (de alunos) foram sempre em aumento durante o período republicano, é que iam saindo umas centenas de diplomados, cada ano. Mas a sua preparação, muito mais teórica do que prática, não permitia especializações rápidas nem aquele enquadramento técnico firme de que a novel industria portuguesa carecia se quisesse pular para a frente"

A Reforma de 1918 dividia o ensino industrial em três graus: o 1º Grau ou Preliminar, com a duração de um ano, estabelecia a ligação entre a escola primária e a formação profissional; o 2º Grau ou Geral, destinado à formação de aprendizes, em regime diurno, tinha a duração de quatro anos; o 3º Grau ou Complementar destinava-se à formação de operários qualificados, e funcionava em regime noturno.

Durante o período do Estado Novo é publicado o Decreto-Lei 37029, de 25 de agosto de 1944, que estabelece o Estatuto do Ensino Técnico Industrial e Comercial. O ensino técnico passa a ser uma nova vertente do ensino secundário, paralelamente ao ensino liceal. São previstos cerca de 80 cursos de formação nas áreas industrial,

comercial, de formação e outros. Com a crescente industrialização do país nos anos 50 passa a haver uma grande procura dos cursos industriais.

O ensino técnico era realizado em escolas técnicas profissionais designadas de "Escolas Industriais", "Escolas Comerciais", "Escolas Industriais e Comerciais", conforme o tipo ou de cursos ministrados. Por outro lado, o ensino liceal era ministrados nos liceus, vocacionado ao acesso à universidade.

Segundo Freitas (1991), as escolas industriais e comerciais preparavam técnicos especializados de bom nível, os institutos formavam os técnicos intermédios sem grau superior; as universidades preparavam os técnicos de nível superior.

A vertente profissional, segundo Grácio (1986), contribuía para uma separação entre as classes dominadas e a dominante. Quem frequentava os cursos profissionais aspirava a um emprego, terminada que fosse a formação, havendo uma aproximação prematura ao mundo do trabalho, sendo frequentado sobretudo por membros das classes de menor capital cultural e recursos financeiros. Os alunos dos liceus tinham como meta a continuação dos estudos no ensino superior, associado às classes de nível económico e social mais elevado.

Apesar de todos os esforços, nos anos 60, a formação profissional não tinha capacidade de colmatar as necessidades de mão-de-obra especializada necessária às indústrias, agravado pela situação decorrente do êxodo rural, emigração e recrutamento dos jovens para a guerra das colónias (IEFP, 1994; CEDEFOP, 1999).

Para fazer face a esta situação, em 1962, foi criado o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra (FDMO), financiado pelo Fundo de Desemprego e Empresas e o Instituto de Formação Profissional Acelerado (IFPA), para elevar o nível profissional dos trabalhadores, direcionado para a formação de adultos (CEDEFOP, 1999).

No âmbito do FDMO, foi criada em 1964 a Divisão da Formação Profissional (DFP) e, em 1965, o Centro Nacional de Formação de Monitores (CNFM). Também na dependência do FDMO surge, em 1968, o Serviço de Formação Profissional (SFP) tendo por missão coordenar a rede de centros de formação que totalizavam treze unidades e integrando o Instituto de Formação Profissional Acelerada (IFPA), Centro Nacional de Formação de Monitores) CNFM e a Divisão de Formação Profissional (DFP).

Até à revolução de 25 de abril de 1974 a formação profissional era ministrada através do ensino técnico, alternativo ao ensino liceal e, numa segunda vertente, pelo IFPA.

Assiste-se, contudo, desde 1960 a um processo de aproximação entre o ensino técnico e o ensino liceal, no âmbito das novas correntes doutrinárias de unificação do ensino secundário.

Um passo importante para a unificação do ensino foi a fusão do 1º grau do ensino técnico com o 1º ciclo do ensino liceal, dando origem ao ciclo preparatório do ensino secundário, com a publicação do Decreto-Lei n.º 47 480, de 2 de janeiro de 1967.

Em 1973 é publicada a primeira Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 5/73, de 25 julho), da autoria do Ministro Veiga Simão, sendo referenciado que as funções específicas do estado no campo da ação escolar visam assegurar a todos os portugueses o direito à educação e dos vários graus de ensino, tornando efetiva a obrigatoriedade da educação básica, com oito anos de escolaridade (nº 2 e 3 da Sec. 3ª), cooperando e ajudando as famílias a educar os filhos e garantindo a liberdade de cursos em todas as modalidades. A nova estrutura do ensino tem três grandes pilares: educação pré-escolar, educação escolar e educação permanente.

A educação escolar compreende o ensino básico (primário e preparatório), ensino secundário (curso geral e complementar), ensino superior (normal superior, politécnico e universitário) e formação profissional.

A educação permanente pretendia garantir a aprendizagem ao longo a vida, por uma atualização permanente.

Esta reforma do ensino pretendia ultrapassar o caráter aristocrata das universidades e levar o ensino superior a outras regiões, para além de Lisboa, Porto e Coimbra.

Havia uma preocupação que era reorganizar o sistema educativo, centrado na formação profissional, visando habilitar os alunos para o exercício de uma profissão, acompanhado de uma educação de ordem cultural e científica que favorecessem o desenvolvimento da personalidade e adaptação às exigências sociais e profissionais nº 1 da Base XII da Lei 5/73). Esta preocupação de dotar o país com técnicos e bons profissionais levou a que houvesse um maior empenho no ensino técnico-profissional e profissional no ensino secundário e superior ou extraescolar.

Não se tendo registado grandes melhorias no sistema educativo, esta reforma é referenciada como um marco na política do antigo regime.

A revolução ocorrida em 25 de abril de 1974, encontrou o ensino numa renovação profunda, havendo lugar a novas reformas face às novas orientações políticas democráticas que em termos curriculares se refletiram em dois grandes planos:

- Conversão do ensino médio em superior. Pelo Decreto-Lei 830/74, de 31 de dezembro, os Institutos Industriais eram elevados à categoria de Institutos Superiores de Engenharia, atribuindo os graus de Engenheiro Técnico e Engenheiro; o Decreto-Lei 313/75, de 26 de junho, punha na dependência do Ensino Superior os Institutos de Contabilidade, cabendo-lhe a atribuição do grau de Bacharel aos seus diplomados.

- Com a unificação do Ensino Secundário pretendia-se reduzir a imagem de discriminação em favor da igualdade e oportunidades. Dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 260-B/75, de 26 de maio, os Liceus e as Escolas Técnicas começaram a ser transformados em Escolas Secundárias. Esta unificação, segundo o IIEFP (1994), originou o desmantelamento dos mecanismos de Formação Profissional escolar existentes, sem que se tivessem criado sistemas alternativos em sua substituição.

O desaparecimento da formação técnica, necessária para fazer face às necessidades do mercado de trabalho, teve como consequências a contratação de pessoal indiferenciado pelas empresas e à sua formação interna, com recurso a operários mais experientes, e ausência da indispensável evolução científica e tecnológica específica.

Os finais da década de 70 são marcados por um conjunto de transformações que são a resultante da conjugação de três fatores que implicaram disfunções no sistema educativo português e contribuíram para uma situação de crise (IIEFP, 1993; Pedroso, 1998), nomeadamente:

- A seletividade na base do sistema escolar levou ao abandono escolar precoce, aliado a níveis de insucesso escolar no ensino básico e preparatório;

- Ausência de formação orientada para a qualificação profissional, a nível não superior, originada pelo desmantelamento dos mecanismos de formação profissional; e

- Incapacidade do Ensino Superior absorver todos os candidatos que terminavam o ensino secundário.

Houve a perceção por parte de alguns responsáveis de estabelecimentos de ensino da situação em que se encontrava o tecido empresarial português, sentindo necessidade

de ministrar uma formação geral e científico-tecnológica adequada, pelo que nos últimos anos da referida década a política educativa manifestou vontade de retomar a formação técnico-profissional.

Em 1980 é criado um “Curso Piloto” de formação profissional, que tem lugar na Casa Pia de Lisboa, como oferta de escolaridade para jovens com dificuldades. Este novo modelo de formação em alternância foi instituído por Despacho Conjunto das Secretarias de Estado da Educação e Emprego, sendo ministrada em empresas públicas e privadas, com dimensões suficientes de disporem do seu próprio centro de formação. Iniciando-se num grupo restrito de empresas de Lisboa, foi posteriormente alargado para a Região Norte e Centro. Para Ribeiro e Travassos (1998), estas duas ações: criação da formação profissional em Lisboa e a sua difusão no Norte e Centro de Portugal, foram os antecessores dos cursos tecnológicos.

Tinha esta formação profissional como destinatários os jovens com a escolaridade obrigatória (6º ano de escolaridade), assentando numa formação de cariz profissionalizante, combinando certificação académica com qualificação profissional. Os dois ministérios centravam a articulação entre escola/empresa, com a atribuição à empresa dum papel importante na estruturação e avaliação da formação.

### **3.1.2. O ensino técnico-profissional**

Em 1983, ao Ministro da Educação Prof. José Augusto Seabra deve-se a tentativa de um novo lançamento do Ensino Técnico Profissional (ETP), com a publicação do Despacho Normativo nº 194-A/83, de 21 de outubro, que pretendia institucionalizar uma política de ação assente numa estrutura de ensino profissional, através de um plano de emergência para a reorganização do ensino técnico que permitisse a satisfação das necessidades do país em mão-de-obra qualificada, bem como a prossecução de uma política de emprego para os jovens.

O ingresso no Ensino Técnico Profissional realizava-se após o término do 9º ano de escolaridade, sendo criados dois tipos de cursos: cursos técnico-profissionais e cursos profissionais. Os primeiros tinham a duração de três anos (correspondentes aos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade), o plano de estudos segue as linhas gerais do ensino secundário com componentes de formação geral, formação específica e formação técnico-profissional, que substituíam a área vocacional das outras áreas, complementado

com um estágio de aproximação à vida ativa. À sua conclusão era conferido um diploma de ensino secundário, permitindo o acesso ao ensino superior e um certificado de formação profissional. Os cursos profissionais tinham a duração de um ano e conferiam um diploma de formação profissional.

Deu-se início a um processo que conferia uma nova dimensão ao sistema educativo e, citando Freitas (1991), estavam lançados os dados para uma reforma educativa, que nos permitiria recuperar os anos perdidos e relançar a formação tecnológica e profissional ao nível dos padrões da comunidade europeia. Porém os objetivos da reforma não foram atingidos pelas diferenças ao nível curricular, diplomas e trajetórias dos dois tipos de cursos, levando ao fracasso os cursos profissionais.

O ensino técnico-profissional surgiu como alternativa da via vocacional, orientada para a inserção na vida ativa, com hipóteses de prosseguimento dos estudos levando à sua escolha preferencial relativamente aos cursos profissionais.

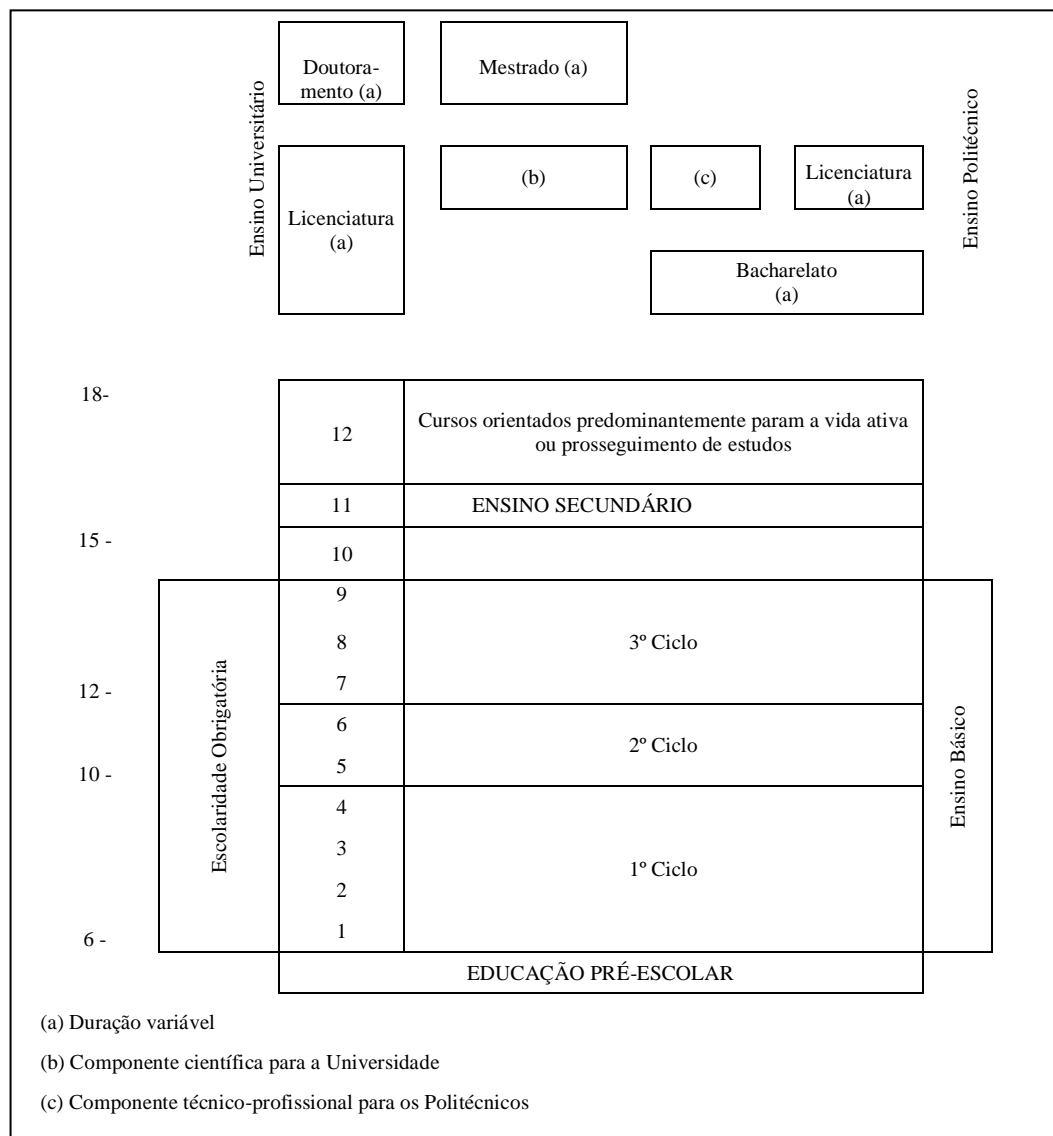
Outro motivo da importância dos cursos técnico-profissionais foi a introdução das Comissões Regionais que, segundo Pedroso (1998), eram interlocutores da integração territorial da oferta de formação. De acordo com o Despacho Normativo nº 194-A/83, foi-lhes atribuída a função de promover o diálogo com os parceiros regionais, contribuindo para a descentralização regional deste tipo de formação, embora os parceiros sociais não tivessem representação. Com a publicação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro), foi criado um novo ciclo da formação profissional, orientado exclusivamente para a inserção na vida ativa.

### **3.1.3. A formação profissional e a lei de bases do sistema educativo**

A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro) passou a orientar a nova política educativa, que pretendia democratizar o acesso ao ensino a todas as classes sociais e promover o sucesso escolar (nº 2 do seu art.º 2º). Põe fim aos cursos técnico-profissionais e profissionais via ensino regular e, tirando partido da experiência adquirida, dá-lhes um diferente enquadramento estrutural, de salientar a reorientação da política educativa no que concerne à preparação dos jovens para a inovação permanente, para a vida ativa, contextualizada na alínea e) do Art.º 7º (Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação



profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho).



**Figura 7 – Esquema do sistema escolar segundo a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.**

Fonte: Adaptado de Teodoro (1994) in Rosa (1996).

A Figura 7 representa o ensino face às alterações introduzidas pela Lei nº 46/86 de 14 de outubro. Este processo de reforma educativa dava início a um novo ciclo de formação profissional. O ensino secundário contemplava cursos orientados para a vida ativa ou prosseguimento de estudos, cursos que pretendiam uma diversidade na formação, indo de encontro aos interesses locais e regionais, deixando o ensino secundário de ser unificador.

Os Cursos Tecnológicos garantiam a continuidade do ensino secundário, proporcionando habilitações para frequência do ensino superior e diplomas especializados para o mercado do trabalho. São também considerados neste diploma os cursos de Formação Profissional, os quais representam uma alternativa à modalidade especial de educação escolar. Há a aproximação do ensino técnico-profissional ao mundo do trabalho tornando-se cada vez mais profissionalizante. Surgem os cursos profissionais e os de formação profissional.

A formação profissional é uma via destinada aos jovens que concluíam a escolaridade obrigatória, detentores da equivalência do 9º ano (ao abrigo do Decreto-Lei 102/84, de 29 de março) e alternativa ao ensino secundário para aos restantes alunos. Neste contexto, a formação profissional e os cursos orientados para a inserção na vida ativa, são concorrenciais à luz da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Em 1991, o Concelho Permanente da Concertação Social, reconheceu a necessidade de um novo enquadramento para a formação profissional. Nesta linha de ação é publicado o Decreto-lei nº 401/91, de 16 de outubro, para dar forma à Lei de Bases do Sistema Educativo, definindo a formação profissional como “um processo global e permanente, através do qual os jovens e os adultos, a inserir ou inseridos na vida ativa se preparam para o exercício de uma atividade profissional”. Este Decreto-Lei considera ainda a existência de dois subuniversos de formação profissional. Um primeiro regulado pela Lei de Bases do Sistema Educativo, incluído como modalidade especial de ensino a formação profissional do sistema educativo e, uma segunda, a formação profissional inserida no mercado de emprego que passou a ser regulada pelo Decreto-Lei 405/91, de 18 de outubro.

É pois o conjunto destes três diplomas que passaram a orientar o sistema de formação em Portugal.

#### **3.1.4. Os Cursos Tecnológicos**

A partir de 1990 começa-se a assistir à progressiva substituição dos cursos técnico-profissionais pelos cursos tecnológicos. A estes continuam a ser atribuídos diplomas de ensino secundário com uma qualificação profissional.

Os Cursos Tecnológicos são cursos profissionalizantes qualificantes e estando orientados numa dupla perspetiva: inserção no mundo de trabalho e o prosseguimento de estudos para os cursos de especialização tecnológica e para o ensino superior.

Destinam-se a jovens com o 9º ano, ou equivalente, concluído e que pretendem obter uma qualificação inicial para se integrarem no mundo de trabalho e possibilidade de ingresso em cursos pós-secundários de especialização tecnológica (CET) ou no ensino superior. Têm a duração de três anos letivos (10º, 11º e 12º anos), conferindo, no final, um diploma nível ensino secundário e qualificação profissional de nível 3.

Estas formações, inicialmente reguladas pelo Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de agosto, têm como objetivo qualificar os jovens que desejam, concluído o ensino secundário, ingressar no mundo do trabalho, permitindo ainda o prosseguimento de estudos através de um percurso formativo qualificante – como os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), de nível 4 – ou ingressando no ensino superior.

A matriz curricular dos Cursos Tecnológicos compreende:

- A componente de formação geral de frequência obrigatória e comum a todos os cursos, compreendendo a disciplina de Português, Língua Estrangeira I, II ou III, Filosofia, Educação Física e Tecnologia da Informação e Comunicação;

- A componente de formação científica, correspondendo às necessidades de formação científica da área em que o curso é frequentado, constituído por uma disciplina trienal e outra bienal;

- A componente de formação tecnológica integrando três disciplinas, fixadas para cada curso, duas trienais e uma bienal (10º e 11º) anos e a Área Tecnológica Integrada, constituída pela disciplina de Especificação, conforme o Projeto Tecnológico e Estágio, a qual é anual no 12º ano e da escolha do aluno; e

- O Projeto Tecnológico, que sendo uma área curricular não disciplinar, corresponde ao desenvolvimento do trabalho de projeto, tendente à realização da Prova de Aptidão Tecnológica.

Foram introduzidas alterações profundas na conceção da formação ministrada no sistema educativo, que visavam uma formação que privilegiava a família das profissões, incrementando a polivalência e flexibilidade para uma mais fácil inserção na vida ativa e uma melhor adaptação à mudança. Pretendeu-se também dignificar a fileira profissionalizante do ensino onde ocorreram alterações com vista a aproximar os cursos tecnológicos dos da via ensino, a referir:

- Redução do número de horas destinadas à formação prática nos cursos tecnológicos, procurando-se uma aproximação da carga horária;
- Articulação nos cursos tecnológicos das componentes de formação geral, específica e técnico-profissional, de forma a reduzir o insucesso escolar nas duas primeiras;
- Redução do número de cursos e dispersão curricular no novo ensino, facilitando o novo entendimento da gestão da oferta formativa do ensino secundário; e
- Criação de, pelo menos, um curso tecnológico em todas as escolas do ensino secundário.

O sistema de ensino abre-se à possibilidade de preparar, preferencialmente, para a inserção profissional local quer por haver uma especificação local nas qualificações a obter, quer por pôr os jovens em contacto com as empresas (Pedroso, 1998).

O ensino secundário passou a assegurar uma oferta formativa de cursos gerais, cursos vocacionados para o prosseguimento de estudos e cursos tecnológicos, distribuídos por quatro agrupamentos disciplinares. Cada agrupamento inclui um curso de carácter geral (\*) e vários tecnológicos (Quadro 17).

**Quadro 17- Cursos de Ensino Tecnológico, por agrupamento.**

<b>AGRUPAMENTOS</b>	<b>CURSOS TECNOLÓGICOS</b>	<b>CURSOS DE CARÁCTER GERAL</b>
Científico-natural	Curso Tecnológico de química	-
	Curso Tecnológico de construção civil	-
	Curso Tecnológico de eletrotécnia/eletrónica	-
	Curso Tecnológico de mecânica	-
	Curso Tecnológico de informática	*
Artes	Curso Tecnológico de design	*
	Curso Tecnológico de artes e ofícios	-
Económico-social	Curso Tecnológico de serviços comerciais	*
	Curso Tecnológico de administração	-
Humanidades	Curso Tecnológico de animação social	-
	Curso Tecnológico de comunicação	*

Fonte: Adaptado de CEDEFOP (1999) e OEFP (2001b).

O Sistema de avaliação nos Cursos Tecnológicos é feito considerando as seguintes modalidades:

- Avaliação formativa, consistindo na recolha e análise, de forma continua e interativa, de informações relativas aos processos de aprendizagem, do desempenho e atitudes do aluno; e

- Avaliação sumativa que compreende a avaliação sumativa interna, que ocorre no final de cada período em cada disciplina e a avaliação sumativa externa que consiste na realização de exames nacionais no final do 12.º ano.

### **3.1.5. As Escolas Profissionais**

Os cursos profissionais de base local começaram a ser instituídos e promovidos pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Segurança Social, no sentido de proporcionarem uma qualificação profissional de nível intermédio e, para os alunos que não tinham terminado a escolaridade obrigatória foram criados os cursos de formação profissional.

As Escolas Profissionais surgem como alternativa de formação técnica e profissional ao ensino secundário regular, resultantes da negociação de contratos programas entre o Gabinete de Educação Artística, Tecnológica e Profissional (GETAP), do Ministério da Educação e promotores, podendo ser entidades públicas ou privadas, nomeadamente sindicatos, associações, empresas, autarquias, entre outros (Cabrito, 1994).

O GETAP surgiu pela publicação do Decreto-Lei 397/88, de 08 de novembro que tinha por atribuições “conceber, orientar e coordenar no âmbito do ensino não superior na área da educação tecnológica, artística e profissional”

As Escolas Profissionais surgem pelo interesse manifestado por sectores da economia e instituições por considerarem uma mais-valia para o país e virem a ocupar a lacuna deixada pelas escolas industriais e comerciais. A inovação educacional teve origem na publicação do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro, que cria as escolas profissionais no âmbito do ensino não superior, com a mobilização simultânea de atores sociais, públicos e privados. Este diploma foi objeto de alterações pelo Decreto-Lei 70/93, de 10 de março no que respeita ao regime de criação e funcionamento das escolas profissionais, mantendo-se a flexibilidade das escolas profissionais, tendo como objetivo, para além da perspetiva do desenvolvimento de um sistema de aprendizagem e formação profissional inserida no mercado de emprego, promover, pela necessidade existente, a formação profissional, enquanto modelo especial da educação em conformidade com a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.

Esta outra modalidade de ensino pretende formar recursos humanos (técnicos intermédios e profissionais especializados, do nível 3 da qualificação profissional), necessários ao desenvolvimento regional e local, capazes de contribuir para o desenvolvimento da área geográfica em que se inserem e pela preparação que adquirem ficar em aberto a possibilidade de frequência de um curso superior.

Cabem ao Estado neste processo três papéis: *regulador*, definindo as linhas orientadoras da política educativa; *mediador*, incentivando a articulação entre a escola e a sociedade, substituindo-a quando esta não tiver capacidade de desempenhar as suas funções; e *dinamizador*, pela catalisação e apoio às iniciativas locais através do cofinanciamento.

Aos Promotores, a responsabilidade de criarem e dirigirem de forma autónoma os respetivos projetos em favor do desenvolvimento regional e local.

As escolas profissionais representam uma oferta para os alunos com o 9º ano de escolaridade, de um curso com formação de três anos, com equivalência ao 12º ano, qualificando-os não apenas para a vida ativa mas certificando-os com um diploma de aptidão profissional de nível III e a possibilidade de ingresso no ensino superior.

Quando da sua origem, tinha uma duração total de 3600 horas, com a componente de formação técnica e prática, incluindo a prática simulada na escola e a formação em contexto de trabalho a ocupar nunca mais que um terço.

Com as alterações publicadas pelo Decreto-lei 4/98, de 8 de janeiro, os cursos são organizados em módulos e têm a duração de três anos letivos, correspondentes a um mínimo de 2900 horas e um máximo de 3600 horas. Os planos de estudo devem incluir uma componente de formação sociocultural - comum a todos os cursos -, uma componente de formação científica - comum apenas aos cursos da mesma área de formação - e componentes de formação técnica, prática, artística e tecnológica, variáveis conforme o curso, cuja carga horária não deve ultrapassar metade do total estabelecido nos respetivos planos de estudo.

De acordo com a nova legislação, os cursos profissionais devem conter obrigatoriamente um período de formação em contexto de trabalho, diretamente ligado a atividades práticas no domínio profissional respetivo, sempre que possível revestido sob a forma de estágio. O sistema de avaliação conclui-se obrigatoriamente através da prestação de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP). Uma prova transdisciplinar onde se possa integrar os saberes e as capacidades adquiridas ao longo da formação,

iniciada no 3º ano do curso e faseada em três momentos: apresentação do tema, apresentação do pré-projecto e defesa do mesmo. De acordo com o novo modelo, as escolas profissionais passam a ser consideradas estabelecimentos privados de ensino, podendo o Estado, a título subsidiário, criar unidades para assegurar a cobertura de áreas de formação ou de regiões do país não contempladas pela rede de escolas profissionais existente. Neste caso, as escolas são consideradas estabelecimentos públicos de ensino secundário.

Apesar de estarem sujeitas à tutela científica, pedagógica e funcional do ministro da Educação, as escolas podem desenvolver as suas atividades culturais, científicas, tecnológicas e pedagógicas de forma autónoma e sem limitações, para além das decorrentes do diploma.

No Quadro 18, são discriminados os cursos existentes/ministrados das escolas profissionais.

**Quadro 18- Áreas e perfis de formação: cursos das escolas profissionais**

1. Administração, serviços e comércio	9. Hotelaria e turismo
2. Agroalimentar e produção aquática	10. Informação, comunicação e documentação
3. Ambiente e recursos naturais	11. Informática
4. Artes do espetáculo	12. Intervenção pessoal e social
5. Artes gráficas	13. Metalomecânica
6. Construção civil	14. Património cultural e produção artística
7. Design e desenho técnico	15. Química
8. Eletricidade e eletrónica	16. Têxtil, vestuário e calçado
	17. Outras não classificadas anteriormente

Fonte: Adaptado de CEDEFOP (1999) e OEFP (2001b).

O Decreto-lei 4/98, de 08 de janeiro, pretende assim renovar a aposta no ensino profissional, consolidar as escolas profissionais como instituições educativas e aperfeiçoar o modelo de funcionamento em vigor. As escolas profissionais são definidas como estabelecimentos privados de ensino, dotados da mais ampla autonomia, sujeitas à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação.

### **3.1.6. Enquadramento jurídico do ensino profissional**

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Decreto-lei nº 46/86, de 14 de outubro, já referida anteriormente, pretendia democratizar o acesso ao ensino a todas as classes sociais e promover o sucesso escolar (nº 2 do artº 2º). Foram criadas

modalidades especiais de educação escolar, salientando-se a formação profissional, a iniciação, qualificação, aperfeiçoamento e reconversão profissional.

Nesta linha de ação é publicado o Decreto-lei nº 401/91, de 16 de outubro, para dar forma à LBSE, estabelecendo o quadro legal da formação profissional inserida quer no sistema educativo, quer no mercado de emprego. Nele é definida a formação profissional como “um processo global e permanente, através do qual os jovens e os adultos a inserir ou inseridos na vida ativa se preparam para o exercício de uma atividade profissional”. Lima (1998) define formação profissional como “o conjunto de ações orientadas para a promoção do desenvolvimento sistemático de atitudes, de conhecimento e de competências, que são requisito para o exercício do emprego”.

A formação profissional proporciona conhecimentos teóricos, técnicos e tecnológicos e a sua aplicabilidade efetiva em empresas.

A escola proporciona uma prática simulada e as empresas uma formação contextualizada podendo decorrer como “formação em alternância” ou “formação alternada”.

A formação em alternância articula a aprendizagem entre a escola ou centro de formação e a aprendizagem na empresa (Lesne, 1982). Neste modelo, refere Cabrito (1994), “é aprender através do trabalho”, valorizando o papel determinante da empresa nos processos formativos e aprendizagem nela realizados. A alternância escola/empresa permite articular em períodos determinados o saber teórico e o saber prático, sendo dada especial ênfase às competências técnicas.

Na formação alternada a escola desempenha o papel principal na formação. Para além da parte educativa surge a formação em contexto de trabalho, como forma de abertura da escola e aproximação ao mundo de trabalho e à produção. Há a formação no interior de uma empresa mas prevalece uma predominância da aprendizagem na escola que inclui a prática simulada. Este tipo de formação está vocacionado para uma família de profissões, contribuindo para amenizar o desnível de qualificações apreendidas pelos formandos e o nível de qualificações exigidas pelo mercado de trabalho. Para Oates (1990) e Tanguy (1991 e 1998), a articulação entre escola e empresa aumenta a motivação dos jovens na sua formação, transformando a empresa num local de formação, colmatando eventuais falhas da escola.

Em 8 de janeiro de 1998 é publicado o Decreto-lei nº 4/98. Pretende este diploma renovar a aposta no ensino profissional e a consolidação das escolas profissionais como



instituições educativas. Reforça a identidade do ensino profissional, creditando-o como uma modalidade de ensino especial de educação da formação profissional e uma via alternativa ao ensino secundário.

Revoga este novo diploma o Decreto-lei nº 70/93, de 10 de março, que tinha introduzido alterações ao regime de criação e funcionamento das escolas profissionais, criadas pelo Decreto-lei nº 26/89, de 21 de janeiro. Estas passam a ser estabelecimentos privados dotados de ampla autonomia administrativa e sujeitos à tutela científica e pedagógica do Ministério da Educação. É substituído o regime de criação por contrato-programa entre promotores e o Ministério da Educação por um regime de liberdade de criação sujeito a autorização prévia de funcionamento de acordo com os critérios estabelecidos. É garantida a comparticipação por parte do estado dos cursos de manifesto interesse público aos alunos.

Em 26 de março é publicado o Decreto-lei 74/2004, com o objetivo de aumento da qualidade das aprendizagens, preparando os alunos para a atualização permanente do conhecimento, a ser desenvolvido ao longo da vida e combater o insucesso escolar que atingia grandes proporções no ensino secundário.

Impõe uma revisão dos currículos e conteúdos, de forma a garantir uma mobilidade horizontal entre os cursos, uma aposta nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e um reforço da autonomia das escolas.

De entre as medidas inovadoras, destacam-se a diversificação da oferta educativa adaptada às motivações, expectativas e aspirações dos alunos e exigências do país.

São definidos cursos científico-humanistas orientados para a formação superior e cursos tecnológicos, artísticos e profissionais que permitem uma qualificação dos alunos para uma inserção na vida ativa, contemplando também a vertente de prosseguimento de estudos.

Na promoção do sucesso escolar (art.º 8º) são incluídas: ações de acompanhamento e complemento pedagógico; orientação escolar e profissional e desenvolvimento psicológico, efetuado pelos serviços de psicologia e orientação; apoio ao crescimento e desenvolvimento pessoal e social, promovendo a saúde e prevenção de comportamentos de riscos.

A avaliação formativa e sumativa serão as duas modalidades utilizadas para a avaliação dos conhecimentos. A avaliação formativa é contínua e sistemática, tem função diagnóstica, permitindo obter informação sobre o desenvolvimento das

aprendizagens com vista ao ajustamento de processos e estratégias, tendo a avaliação sumativa, em vista a classificação e certificação. A avaliação sumativa pode ser interna, da responsabilidade da escola, ou externa, da competência dos serviços centrais do Ministério da Educação.

O nível secundário é obtido após aprovação em todas as disciplinas e áreas não disciplinares do plano de estudos do respetivo curso, bem como aprovação na prova de aptidão do curso frequentado, especificamente nos cursos profissionais compreende a Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e a Prova de Aptidão Profissional (PAP).

### **3.1.7.O ensino secundário**

O ensino secundário, a nível europeu e nacional, apresenta uma oferta variada de modalidades de ensino e formação direcionadas a alunos que concluíram a escolaridade obrigatória. Este ensino é oferecido em vários centros formativos: escolas secundárias, profissionais, técnicas e outros centros de formação.

Para além deste ensino, outras estruturas promovem a formação permanente, que conforme refere Azevedo (2000), não são geralmente certificadas em níveis escolares e profissionais, mas reúnem iniciativas de qualificação inicial de jovens alunos, de longa duração, contribuindo para a sua inserção socioprofissional, designados por programas estruturados de formação emprego. No entanto, os modelos escolares são uma referência na definição do sistema de ensino que vigora.

No ensino secundário encontramos três grandes modelos de ensino e formação: o ensino geral, o técnico e o profissional.

O ensino secundário geral compreende uma formação tradicional com perspetivas académicas, ou seja, preparar os alunos para a universidade pela transmissão de uma cultura geral enciclopédica.

O ensino técnico é vocacionado à preparação de profissionais técnicos com o recurso a programas e cursos adequados. São exigidos níveis elevados de formação aos candidatos, tendo os cursos uma orientação teórica, científica e técnica mais exigente que o ensino profissional, preparando os alunos para a entrada no ensino superior em igualdade aos do curso geral.

O ensino profissional é entendido como preparação para ocupar profissões qualificadas, compreendendo esta formação estudos práticos e profissionais da

responsabilidade das Escolas Profissionais, em colaboração de Centros de Formação. Na formação em alternância (em que o elemento dominante do processo formativo é a empresa e as aprendizagens nela realizadas), o modelo desta formação, vai permitir complementar as insuficiências do tecido empresarial, dando primazia às competências técnicas relativamente às gerais e científicas. Na formação alternada é dada ênfase à escola, que desempenha o papel principal na formação, incluindo a prática simulada, considerando Franco (2007) uma conciliação entre o crescimento económico e o desenvolvimento do jovem enquanto cidadão.

Segundo Franco (2007), o ensino técnico é associado a um “transporte”, orientado para uma continuação da formação, enquanto o ensino profissional é associado a uma perspetiva mais final.

O modelo de ensino técnico e profissional tem, assim, uma grande abrangência no conjunto de formações orientadas para a qualificação para o trabalho e exercício de uma ocupação profissional. O termo “formação profissional” é utilizado para a formação não-formal (programa de formação-emprego com uma duração variável, alternativa a estudos escolares e ao desemprego para jovens que não se revêm no sistema escolar, mas necessitam de uma qualificação profissional que lhes permita a entrada no mercado de trabalho).

De acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (1994), a formação pode enquadrar-se na formação inicial e contínua nas diversas modalidades conforme os Quadros 19 e 20.

Quadro 19 - Tipos e Modalidades de Formação Inicial Profissional

<b>Formação Inicial</b> Confere ao formando uma quantidade de competências e capacidades qualificadas, certificadas com um diploma que as reconhece como tal.	<b>Ensino Profissional</b> - Com a duração de 3 anos letivos, confere um diploma nível 3 e 12º ano. Esta formação centra-se no desenvolvimento científico e tecnológico para a aquisição de novas competências e qualificações resultantes da evolução tecnológica das empresas.
	<b>Pré-Aprendizagem</b> – Destina-se a proporcionar a escolaridade obrigatória. Compreende uma formação geral e uma formação profissionalizante numa área específica que integra uma forte componente prática, permitindo ao jovem tomar contacto com um posto de trabalho.
	<b>A Formação em Aprendizagem</b> – Dirigida a quem tem entre 14 e 24 anos e escolaridade obrigatória, conferindo uma formação geral, tecnológica e prática que o capacitem tecnicamente a desempenhar uma profissão qualificada.
	<b>A Qualificação Profissional</b> - Proporciona a aquisição de capacidades indispensáveis para o exercício de uma função ou seja uma formação inicial base.

Fonte: IEF 1994

**Quadro 20 - Tipos e Modalidades de Formação Contínua/Profissional**

<b>Formação Contínua</b> Ocorre ao longo da vida profissional de cada indivíduo, pretende complementar/ melhorar os conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de estar, tornando-o apto para as transformações ocorridas quer de carácter tecnológico ou organizacional, contribuindo para a sua promoção profissional, desenvolvimento cultural, económico e social.	<b>Reciclagem</b> – Atualização ou aquisição de novos conhecimentos, capacidades e atitudes dentro da mesma formação.
	<b>Adaptação Profissional</b> – Renovação de conhecimentos ou adquirir capacidades práticas ou atitudes perdidas numa profissão.
	<b>Reconversão profissional</b> – Visa proporcionar uma qualificação diferente da possuída, para exercer uma nova profissão
	<b>Reabilitação Profissional</b> - Formação profissional específica para pessoas deficientes preparando-as para uma profissão tendo em conta as suas aptidões e capacidades.

Fonte: IIEFP 1994

Verifica-se da existência em Portugal de uma oferta variada de formação, tornando, assim, o país mais capacitado para responder às necessidades do mercado de trabalho, devendo haver uma preocupação permanente de estas formações acompanharem a modernização da economia e adaptação às necessidades do nosso sector empresarial.

É também imperioso centrar a formação entre a teoria e a prática: “a aquisição de conhecimentos, de capacidades, a sua construção e desenvolvimento enquadram-se num processo onde as pessoas em formação são os sujeitos e os objetos. É pois comum dizer-se que as pessoas se formam em vez de referir que as pessoas são formadas” (Hebrad,1997).

### 3.1.8. A formação profissional como instrumento de desenvolvimento

A ausência de recursos humanos é na maior parte das vezes um obstáculo ao desenvolvimento das potencialidades da região, já que esta se vê privada de utilizar os apoios e incentivos disponíveis. A existência de recursos humanos qualificados, aliada à capacidade para a projeção e realização de novos projetos de desenvolvimento, com a inclusão dos atores locais tendo como enfoque a utilização e valorização dos recursos endógenos, surgem como elementos estratégicos que podem contribuir de uma forma determinada para o reforço das dinâmicas locais.

Neste âmbito, a criação das Escolas Profissionais tem desempenhado um papel alternativo de formação académica, técnica, tecnológica e profissional para a população jovem, permitindo-lhe encarar o futuro com novas perspetivas, tais como a sua inserção

no mundo do trabalho com uma qualificação e um percurso alternativo que lhe permite também o ingresso num curso superior e, sobretudo uma forma de sucesso de valorização e realização pessoal. A aquisição individual de uma capacidade permanente de evoluir e de desenvolvimento pessoal, através da consolidação de conhecimentos, da valorização de saberes e experiências e da aquisição de competências concretas, em ordem à integração socioprofissional, deve dizer respeito a qualquer percurso de formação, seja ele orientado para o prosseguimento de estudos ou para a vida ativa (Franco 2007).

O Ensino Profissional deve ser assim encarado como integrador, e não redutor e promotor das desigualdades sociais dirigido às classes desfavorecidas, por permitir que mais jovens completem o ensino secundário em igualdade de habilitações literárias com os outros cursos, prevê o ingresso no ensino superior e habilita-os como operários qualificados aos que desejam ingressar na vida ativa.

Conforme referido pelo Relatório Final dos “Estudos de avaliação externa dos percursos pós formação dos diplomados de cursos profissionais no contexto da expansão desta oferta no sistema nacional de qualificações “do Instituto de Estudos Sociais Económicos 2011 para a Agência Nacional para a Qualificação, os cursos profissionais têm dado o seu contributo para a melhoria do ensino em Portugal.

### **3.2. Contributo das escolas públicas e privadas na formação profissional**

#### **3.2.1. Origem e a expansão dos Cursos Profissionais**

*L'éducation, la formation professionnelle et l'apprentissage tout au long de la vie jouent un rôle économique et social important. Dans l'UE, les occasions de vivre, étudier et travailler dans d'autres pays contribuent énormément à la compréhension interculturelle, au développement personnel et à la réalisation du plein potentiel économique de l'UE. (Comissão Europeia 2013)*

O Ensino Secundário é definido pelo Ministério da Educação como:

“Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10º, 11º e 12º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está

organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa”.

Em 1989, com a publicação do Dec. Lei 26/89, de 21 de janeiro, surgiram as primeiras Escolas Profissionais, vocacionadas para a preparação dos jovens com vista ao mercado de trabalho. Estas funcionavam com contrato programa entre o Estado e os promotores (entidades públicas e privadas, tais como autarquias, cooperativas, empresas, sindicatos e associações). Estas entidades tinham a responsabilidade da conceção do projeto educativo da Escola. Esta oferta ficou disponível para as populações do Centro e Interior do país, mas não tinha capacidade de satisfazer as necessidades do grande volume de procura.

A publicação do Dec. Lei nº 74/2004, de 26 março, faz a extensão dos cursos profissionais às Escolas Secundárias e proporciona melhores qualificações a jovens e adultos.

Esta reforma curricular salientou a necessidade da oferta da formação profissional, vertente ensino profissional que, desde os anos 80, era missão das Escolas Profissionais, maioritariamente particulares.

O novo projeto da extensão dos Cursos Profissionais às Escolas Secundárias Públicas veio alterar, para melhor, o funcionamento das mesmas.

Esta iniciativa enquadra-se nos objetivos da declaração da Declaração de Copenhaga em 2002, como estratégia para a melhoria do desempenho da qualidade e dos atrativos do ensino da formação profissional.

O programa Estratégia Europa 2020, lançado pela Comissão Europeia, pretende diminuir a taxa de abandono escolar para valores inferiores a 10% e aumentar para 40% o número de diplomados do ensino superior. Como forma de combater o insucesso e abandono escolar precoce, aposta-se na oferta diversificada das vias vocacionais.

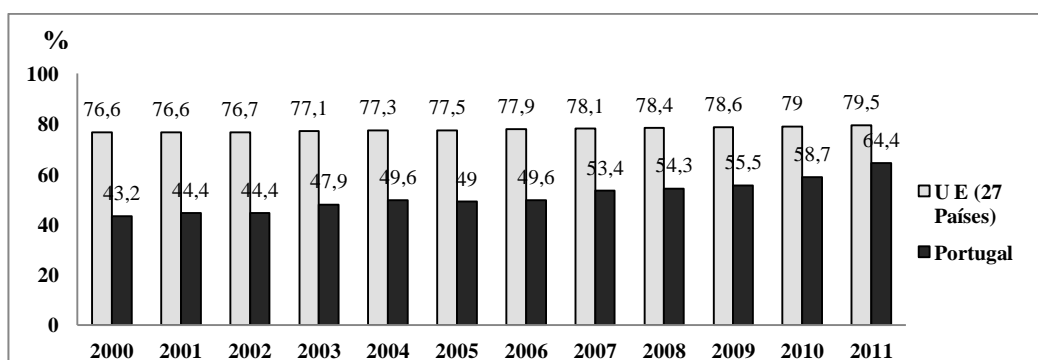
O reforço do ensino e da formação profissional a nível da Comunidade Europeia (CE), tem como enfoque a melhoria qualitativa do sector laboral em prol de uma economia mais competitiva, atraindo os jovens para o ensino e formação, como forma de elevar a taxa de escolaridade.

Surgem assim em 2005 as Novas Oportunidades, num contexto integrador tendo como finalidade primeira, contribuir para melhorar a qualificação dos cidadãos portugueses. Propõem-se concretizar os seguintes objetivos: a) habilitar todos os jovens com o 12º ano; b) pretende-se que 50% dos jovens frequentem no ensino secundário

cursos tecnológicos ou profissionais; c) qualificar um milhão de portugueses até ao ano 2010 (Ministérios do Trabalho e Segurança Social e da Educação, 2008).

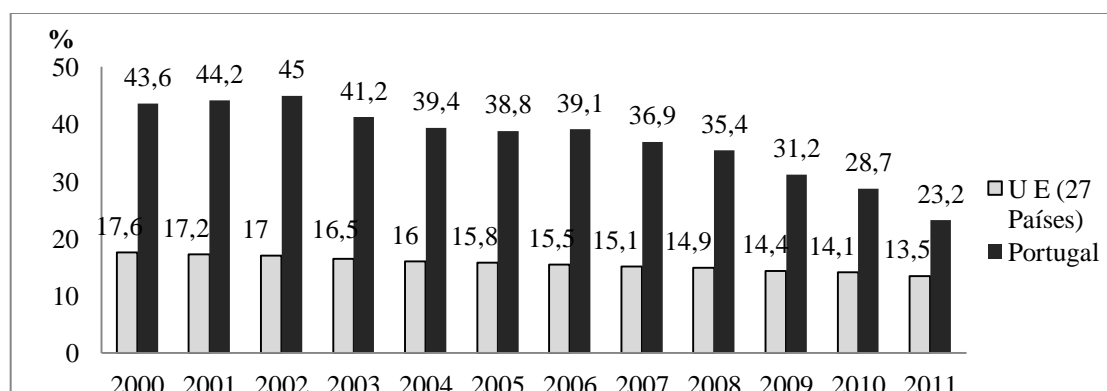
É subjacente a este programa que a qualificação é fundamental para o crescimento económico e maior coesão social. O elevar o nível da formação e qualificação dos recursos humanos, vai contribuir para o crescimento económico, perspetivar mais emprego, melhores salários e diminuição do desemprego.

É reconhecido a este programa o seu contributo para a melhoria das qualificações dos portugueses, com uma adesão crescente do número de jovens pelos cursos profissionais desde a sua expansão às Escolas Públicas (Figura 8).



**Figura 8 - População com idades de 20 a 24 anos que completou pelo menos o ensino secundário.**  
Fonte: Eurostat (consultado em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>, em 15 de janeiro de 2013).

A oferta diversificada das vias vocacionais, implementada na política educativa, almejava o combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce. Registou-se uma evolução positiva após a implementação deste projeto neste campo, contudo em 2011 esse valor em Portugal é superior à média verificada nos países da UE, 23,2 % face a 13,5% (Figura 9).



**Figura 9 - Jovens com abandono precoce da educação ou formação.**  
Fonte: Eurostat (consultado em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>, em 15 de janeiro de 2013).

### **3.2.2. Missão das Escolas Profissionais**

As Escolas Profissionais dão primordial importância à Orientação da Associação Nacional para a Qualificação (ANQ) e das Direções Regionais de Educação (DRE), tendo em conta os condicionamentos do curso e exigências nos processos de candidatura. Os cursos ministrados têm em conta o levantamento prospetivo do mercado de trabalho, que proporciona informações sobre as necessidades do mesmo, permitindo às escolas orientar os cursos de formação.

Estas escolas possuem estruturas de acompanhamento dos percursos dos formandos, após a colocação no mercado de trabalho.

Essas estruturas estabelecem contactos com as entidades empregadoras, sobre o número de colaboradores a recrutar, recolhendo dados sobre as necessidades do mercado local, bem como a indicação da avaliação dos empresários locais sobre a formação e adequação dos cursos às necessidades regionais.

À Associação Nacional para a Qualificação (ANQ) cabe um papel destacado pelas informações prestadas às escolas, relativo aos sectores de atividade em crescimento, às necessidades existentes e a realização de estudos, cujo objetivo é planear futuras necessidades, transmitindo essas informações às escolas a fim de orientarem as respetivas formações.

A escola articula-se segundo dois planos principais: o social, em que a abertura dos cursos se faz de acordo com as operadoras e com a procura por parte dos alunos, sendo o número de cursos a lecionar, com ou sem continuidade os necessários para a satisfação das necessidades. O segundo plano é a articulação, em que as escolas encaminham, os alunos para cursos de outras escolas, a fim de evitarem o abandono escolar.

### **3.2.3. Os cursos profissionais e a dupla certificação científica**

Os cursos profissionais são definidos pelo Ministério da Educação como cursos destinados aos alunos que pretendam obter uma qualificação profissional que lhes proporcione o ingresso no mercado de trabalho e, simultaneamente, uma habilitação escolar que lhes permita o prosseguimento de estudos.

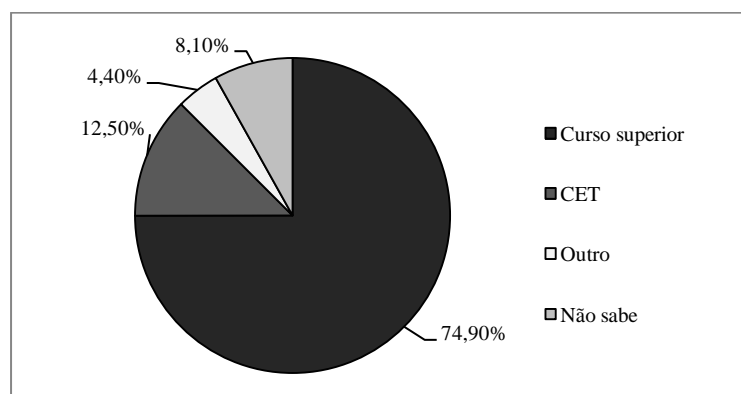


Os cursos profissionais proporcionam, assim, uma dupla certificação, pelo que os alunos com Diploma de Curso Profissional podem candidatar-se ao ensino superior, realizando um exame nacional. Do relatório do Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário/Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (OTES/GEPE) de 2011, no universo dos alunos estudado, 31% não tinha intenção de prosseguir estudos, 18% não sabia, mas mais de 50% tinham no horizonte continuar a estudar.

Ao analisar estas decisões, verifica-se existir uma correlação com o nível das habilitações literárias dos progenitores. Quanto menores os graus destes, menores ambições têm os filhos. Nas famílias em que em que o secundário é a habilitação mais elevada, apenas 57% dos alunos pretendem prosseguir estudos, valores que ultrapassam os 70% quando há diplomados pelo ensino superior no casal. Contudo, face às políticas de educação, o número de jovens a frequentar o ensino superior tem aumentado os últimos anos, independentemente das habilitações dos progenitores.

Conforme leitura da Figura 10, o ensino superior é o mais pretendido para prosseguimento de estudos, sendo o Cursos de Especialização Tecnológica (CET), como modalidade pós-secundária da preferência de 12,5%, dos inquiridos.

Os Cursos Tecnológicos, designação dada pelo ME, são cursos de carácter técnico e tecnológico, proporcionam a aprendizagem de competências profissionalmente qualificantes e visam, prioritariamente, o ingresso no mercado de trabalho, permitindo também o prosseguimento de estudos no ensino superior.



**Figura 10 - Via de prosseguimento de estudos pretendida. Dados OTES/GEPE.**  
Fonte: Relatório de Diplomados 2011.

Numa segunda fase do estudo, no âmbito da concretização do prosseguimento de estudos, realizada 18 meses após a conclusão do curso, verificou-se que 39% dos alunos

efetivamente estavam a estudar, destes 76% frequentavam uma licenciatura e 23% um Curso de Especialização Tecnológica (CET).

Os Cursos Profissionais (CP) para além de atenuarem as desigualdades no acesso à educação, a sua dupla certificação tem permitido que alguns alunos (um terço neste estudo), fossem além de uma formação profissional e aproveitasse os conhecimentos adquiridos para ingressarem no ensino superior: licenciatura e CET.

O sucesso das Escolas Profissionais é conseguido pela articulação de duas dinâmicas complementares: conseguindo manter os alunos na escola, potenciando trajetos de sucesso escolar, por outro lado, criando condições de inserção profissional, promovendo a articulação do percurso formativo com o tecido económico.

As Escolas Profissionais desenvolvem mecanismos de apoio e acompanhamento aos formandos no mercado de trabalho, permitindo-lhes ter conhecimento do sucesso dos cursos e uma perspetiva da dinâmica do tecido socioeconómico.

Para a promoção do sucesso escolar contribui o ajustamento das estratégias aos alunos que procuram estes cursos.

A estrutura curricular dos cursos inclui mecanismos de aproximação das escolas às empresas, concretamente com a Prova de Aptidão Profissional (PAP), a Formação em Contexto de Trabalho (FCT), abordagem pedagógica e o recrutar de formadores para a componente técnica.

Desenvolvem também as escolas mecanismos de acompanhamento ao diplomado na sua entrada no mercado de trabalho, estando atualizados no que respeita ao sucesso e às dinâmicas do tecido socioeconómico.

Também na promoção do sucesso escolar, havia uma necessidade acrescida do ajuste das estratégias pedagógicas a utilizar, tendo em conta as características específicas do público que pretendia a formação: alunos, maioritariamente encaminhados para essa modalidade de ensino, com percursos de insucesso escolar irregular. Na vertente de sustentabilidade económica, o Ensino Profissional, precursor dos Cursos Profissionais, lecionados nas Escolas Profissionais obtinham o seu financiamento pelo número de alunos, pelo que o seu abandono por alguns podia levar, a que a Escolas, não tivesse capacidade de satisfazer os encargos com o curso, deixando de poder manter a oferta de formação.

O modelo curricular do curso passava por desenvolver estratégias de apoio e acompanhamento, individualizado e próximo dos alunos, evitando o abandono escolar, promovendo o seu sucesso educativo e satisfação das entidades empregadoras.

O sucesso escolar resultava, assim, dos modelos dos cursos profissionais, com estruturas flexíveis, na abordagem pedagógica orientada para os saberes aplicados e práticos, concretizados pela formação em contexto de trabalho (FCT) e uma prova de aptidão profissional (PAP), e pelo investimento em estratégias complementares de acompanhamento.

Encaminhando as Escolas Secundárias os alunos com dificuldades, para o Ensino Profissional preconizando o sucesso, pode essa recomendação ser entendida como uma desvirtuação do esforço aí desenvolvido, na obtenção de resultados positivos, considerando que para a grande maioria dos alunos essa foi a sua segunda oportunidade.

Com o alargamento dos cursos profissionais às Escolas Secundárias, estes passaram a ser frequentados por alunos mais novos, e como primeira prioridade. A menor maturidade destes apresentaram algumas dúvidas às Escolas na sua adaptação ao modelo curricular. Esta apreensão acaba por se desvanecer já que o Ensino Profissional, comprova com o seu modelo pedagógico e práticas consolidadas, prepara os alunos para uma profissão e recupera-os para o sistema educativo e formativo.

#### **3.2.4. Estratégia de articulação das escolas**

O desenvolvimento da estratégia de articulação das Escolas com o tecido socioeconómico é um facto decisivo para o sucesso destes cursos.

Num inquérito junto das Escolas Profissionais, sobre as formas de aproximação e articulação com o mercado de trabalho e empregadores (Relatório final do Instituto de Estudos Sociais e económicos- 2011), permitiu a construção de uma tipologia de formas principais de articulação, destacando-se:

- A relação Escolas/Mundo de trabalho, com a formação de redes pessoais entre professores e fornecedores e a proximidade do Diretor do Curso com os empregadores, pelas atividades desenvolvidas em conjunto, tais como visitas, reuniões em empresas pelos docentes e responsáveis da escola, bem como a articulação envolvendo a Escola e Entidades Empregadoras;

- Estabelecimento de redes institucionais entre as escolas e potenciais entidades empregadoras. A cooperação decorre através de protocolos entre estas entidades locais como Associações empresariais;

- Desenvolvimento de atividades de prestação de serviços, promovidos entre Escola e meio envolvente, através de várias formas de articulação como o desenvolvimento de projetos em conjunto com as empresas e prestação de serviços para clientes externos no interior das estruturas da Escola;

- Estudos ou práticas estruturadas de levantamento de informações junto das entidades empregadoras que engloba o diagnóstico das necessidades locais, utilizando inquéritos com o objetivo de orientar as linhas estratégicas das futuras atuações da Escola;

- O quinto tipo de articulação é o envolvimento, resultante das atividades curriculares, como seja, o acompanhamento da Formação em Contexto de Trabalho (FCT), ações de avaliação das empresas, envolvimento dos monitores e entidades empregadoras na prova de aptidão profissional; e

- Criação de estruturas de gestão das relações entre entidades empregadoras e a comunidade. São incluídas nesta articulação a criação de uma base de dados dos diplomados e a oferta de emprego, inquérito de acompanhamento de diplomados, gabinete de inserção profissional, criação de bases de empresas para FCT e colaboração de entidades empregadoras sobre conteúdos da componente técnica dos cursos.

A articulação da Escola com o mercado de trabalho privilegia o envolvimento da rede pessoal de docentes e das atividades curriculares.

A formação em contexto de trabalho (FCT) parte integrante da formação (Artº 28º do Regulamento dos Cursos de Ensino Profissional), reveste-se de um conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob a coordenação e acompanhamento das Escolas Profissionais, visando a incorporação e desenvolvimento de competências técnicas de relacionamento e organizacionais, consideradas fundamentais para as funções que vai ter a responsabilidade de desempenhar como profissional após o final da formação sendo através dela que o tecido empregador tem conhecimento dos perfis e da qualidade da formação, e, conseqüentemente, proporcionar a inserção para os recém-diplomados.

A FCT é um indicativo da qualidade e capacidade organizativa da escola e do seu envolvimento com o meio local.

As escolas vão acumulando contatos e criando bolsas de entidades de acolhimento de FCT numa tentativa de conciliar a residência do aluno com estas, bem como adequar o perfil deste às empresas e às atividades aí a desenvolver.

É também preocupação o perfil do monitor da FCT e da disponibilidade de realização da formação.

De entre as competências mais valorizadas pelas entidades empregadoras, destacam-se o relacionamento em contexto de trabalho, capacidade de trabalho em equipa, competências pessoais, assiduidade e responsabilidade.

As Escolas, com vista à inserção dos seus diplomados, desenvolvem as seguintes práticas:

- Campanha de promoção de oferta da escola junto das entidades do tecido económico;
- Pesquisa de postos de trabalho, que possam ser ocupados por alunos diplomados;
- Registo sobre exigências de postos de trabalho;
- Aproximação dos jovens ao contexto profissional;
- Elaboração de um plano individual de inserção profissional.

Refere ainda o Relatório Final do Instituto de Estudos Sociais Económicos de 2011, que o sucesso educativo está associado ao “papel absolutamente determinante” da ação e perfil dos professores, pelo que o recrutamento dos formadores para lecionarem técnicas dos cursos profissionais tem lugar no tecido produtivo. Assim, estes têm uma forte ligação ao mercado de trabalho e capacidade de dinamizar a escola nas múltiplas atividades, designadamente eventos e outras iniciativas com convidados extra escola.

Como a abordagem pedagógica não é suficiente para garantir a continuidade e o sucesso da aprendizagem, são desenvolvidas estratégias para complementar a aprendizagem disciplinar e apoio aos alunos. O objetivo final é que cada aluno seja pensado tendo em conta o seu perfil e o seu projeto de vida.

O perfil dos professores/monitores é determinante, procurando-se desenvolver relações de proximidade com os alunos para que haja um conhecimento mais profundo das suas potencialidades e dificuldades com vista ao processo do ensino/aprendizagem.

A existência de um Orientador de Turma permite trabalhar com os alunos na resolução dos seus problemas, garantindo uma comunicação permanente e envolvimento dos alunos no seu percurso escolar.

A lógica modular é adaptada ao perfil de cada aluno permitindo respeitar o ritmos e especificidade de cada aluno, possibilitando a recuperação de aprendizagens.

Os alunos são avaliados por módulos, podendo módulos em atraso serem avaliados numa data posterior.

Em sùmula, a estrutura modelar apresenta características que permitem flexibilizar os percursos dos alunos, recuperação da aprendizagem e cumprimento da carga horária prevista.

### **3.2.5. As Novas Oportunidades e o sucesso da política educativa**

O lançamento das Novas Oportunidades em 2005 com a extensão dos cursos profissionais às Escolas Secundárias, veio transformar a estrutura e o panorama das qualificações escolares.

Com a extensão das ofertas qualificantes às Escolas Secundárias há toda uma necessidade de acompanhamento específico com vista ao êxito, nunca alcançado pelo Ensino Técnico profissional.

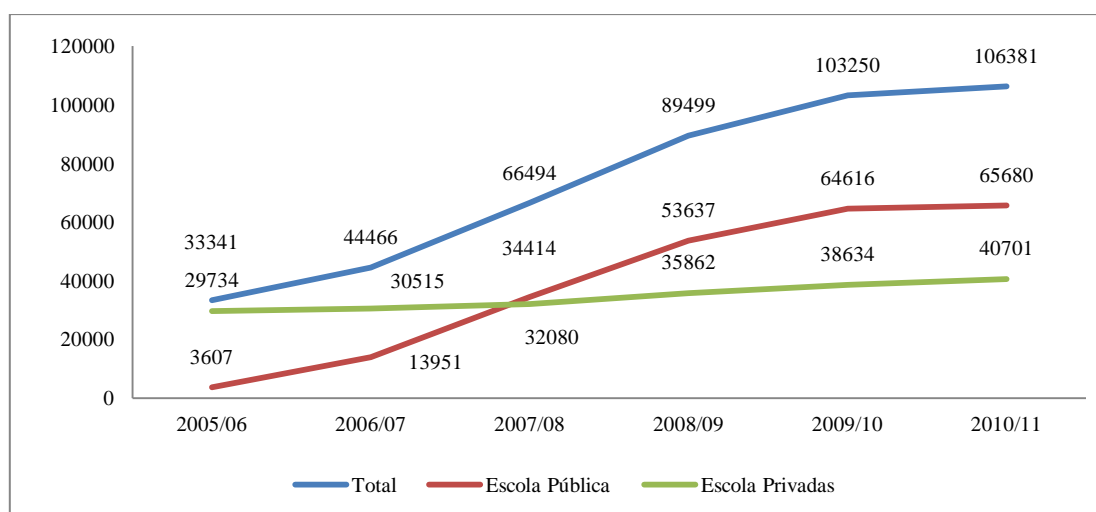
Cada escola teve de construir um projeto de ensino profissional com vista ao sucesso e sustentabilidade. Este exige capacidade de acompanhar e monitorizar a sua evolução, criando mecanismos de análise dos resultados do ensino e das trajetórias de inserção dos alunos.

O estudo da avaliação constitui um poderoso instrumento de monitorização com vista à expansão dos cursos profissionais.

A evolução da oferta profissionalizante ao nível secundário veio reforçar a eficácia do sistema educativo.

O número de jovens a frequentar o Ensino Secundário teve em 2005 o seu ponto mais baixo (326 182 alunos), começando a recuperar a partir de 2006/2007, atingindo o apogeu em 2008/09 com 477 802 alunos (Figura 12).

No contexto dos cursos profissionais, a nível do continente, constata-se que, em 2005/06, matricularam-se nas escolas públicas, cerca de 11% do total de alunos desta via de ensino, valores que evoluíram para 62% em 2010/11. Este aumento do número de alunos matriculados nas escolas públicas (+ 62000), não se fez em detrimento das escolas particulares que viram também aumentado o número de matrículas (+ 11000) (Figura 11).



**Figura 11 - Alunos matriculados em cursos profissionais (Continente).**  
Fonte: GEPE-ME.

Da leitura da Quadro 21, no universo nacional, verifica-se que houve um aumento global do número de alunos matriculados nos cursos de dupla certificação, cerca de vinte e seis mil alunos. As grandes alterações nas áreas vocacionais ocorreram com a afirmação consistente dos cursos profissionais com um aumento de mais 44,7% de alunos matriculados e um declínio acentuado e progressivo dos cursos tecnológicos (-34,4%).

**Quadro 21 - Evolução do número de Jovens em curso de dupla certificação de nível secundário**

Modalidades de educação e formação	2005/06		2006/07		2007/08		2008/09		2009/10		2010/11	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cursos Tecnológicos	52228	43,5	42820	34,7	25673	20,3	20212	14,7	7786	5,3	13315	9,1
Cursos Profissionais	36943	30,7	49660	40,3	70177	55,4	93438	67,9	108643	73,8	110462	75,4
Cursos de Aprendizagem	26247	21,8	23876	19,4	20720	16,4	17808	12,9	28296	19,2	18669	12,7
Cursos Educação e Formação	3422	2,8	5224	4,2	8425	6,7	4388	3,2	628	0,4	2111	1,4
Cursos Ensino Artístico Especializado	1338	1,1	1712	1,4	1688	1,3	1827	1,3	1767	1,2	2020	1,4
<b>Total</b>	<b>120178</b>	<b>100</b>	<b>123292</b>	<b>100</b>	<b>126683</b>	<b>100</b>	<b>137673</b>	<b>100</b>	<b>147120</b>	<b>100</b>	<b>146577</b>	<b>100</b>

Fonte: GEPE - Ministério da Educação (Dados referentes aos Cursos de Aprendizagem), Lisboa, 2013.  
(<http://www.gepe.min-edu.pt/>)

Os cursos de Aprendizagem e Educação e Formação têm vindo a perder alunos, enquanto os cursos de ensino artístico especializado, procurados por uma pequena franja do universo dos alunos, dadas as características específicas desta formação, tem

vinho a consolidar-se e com um aumento paulatino, fruto também, da limitada oferta disponibilizada.

As medidas implementadas para fazer face ao abandono precoce dos alunos, assim como as várias modalidades oferecidas com vista ao aproveitamento escolar, têm alcançado os seus objetivos de uma forma positiva, pelo aumento de matrículas. As concretizações preconizadas tornam-se realidade pelo número de alunos que terminam os cursos com aproveitamento e consequente atribuição do diploma a conferir essa formação.

No Quadro 22, observa-se essa evolução pelos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação.

**Quadro 22 - Conclusão por modalidade de ensino-formação**

Modalidades de educação e formação	2005/06		2006/07		2007/08		2008/09		2009/10		2010/11	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cursos Científico-Humanistas	33724	67,6	40815	67,2	38759	64,8	37652	60,1	40366	58,4	39156	57,2
Cursos Tecnológicos	8105	16,3	9469	15,6	7516	12,6	6398	10,2	3777	5,5	2675	3,9
Cursos Profissionais	7491	15,0	7800	12,8	8387	14,0	14471	23,1	21351	30,9	23493	34,3
Cursos de Aprendizagem	--	-	-	-	-	-	1461	2,3	2148	3,1	1875	2,7
Cursos Educação e Formação	248	0,5	2359	3,9	4782	8,0	2179	3,5	1073	1,6	684	1,0
Cursos Ensino Artístico Especializado	283	0,6	308	0,5	398	0,7	439	0,7	452	0,7	562	0,8
<b>Total</b>	<b>49851</b>	<b>100</b>	<b>60751</b>	<b>100</b>	<b>59842</b>	<b>100</b>	<b>62600</b>	<b>100</b>	<b>69167</b>	<b>100</b>	<b>68445</b>	<b>100</b>

Fonte: GEPE-Ministério da Educação, Lisboa 2013. (<http://www.gepe.min-edu.pt/>)

Os cursos científico-humanistas obtiveram ao longo do período estudado, o maior número de diplomados (57,2%) em 2010/11, reconhecendo-se alguma apetência em favor dos cursos profissionais, que têm vindo a conquistar mais jovens alunos, ocupando o segundo lugar (34,3%) e mais de vinte e três mil alunos.

Os cursos tecnológicos registam uma quebra muito significativa ocupando a terceira posição com uma modesta percentagem de 3,9%, comparada com os 16,3% em 2005/06. Os outros cursos (aprendizagem, educação e formação e artístico especializado) tendo pouco peso, mantêm uma certa regularidade.

No Quadro 23, na análise ao crescimento dos diversos cursos no período de 2005/06 a 2010/11 podemos constatar um aumento de 37,2 % alunos que concluíram os diversos cursos, correspondendo a mais 17133 alunos a quem foi conferida a qualificação de nível secundário.



Os cursos profissionais destacam-se pelo aumento em cerca de 16002 alunos diplomados.

Assiste-se, pois, a um rápido crescimento do número de alunos matriculados e diplomados dos cursos profissionais, pelas ofertas disponibilizadas pelas Escolas Secundárias.

**Quadro 23-Taxa de crescimento das conclusões nos diversos cursos**

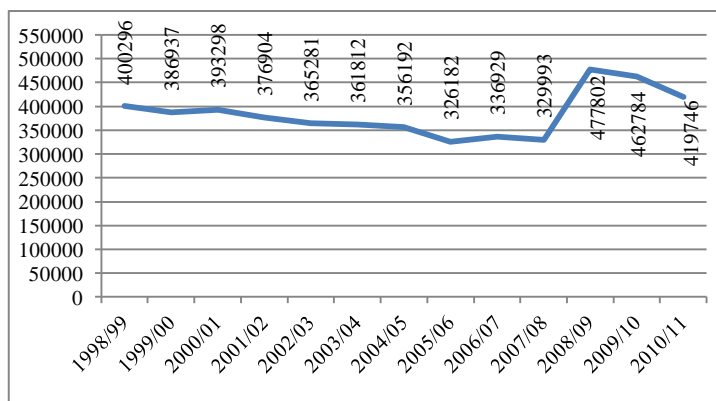
Modalidades de ensino-formação	Diferença 2005-2010 (Nº)	Taxa de Crescimento (%)
<i>Cursos Científico - Humanísticos</i>	5432	16,1
<i>Cursos Tecnológicos</i>	- 5430	- 202,9
<i>Cursos Profissionais</i>	16 002	213,6
<i>Cursos de Aprendizagem</i>	414	28,3
<i>Cursos de Educação e Formação</i> ☐ <i>Tipo 5 e 6</i>	436	175,8
<i>Ensino Artístico Especializado</i>	279	98,5
<b>Total</b>	<b>17133</b>	<b>37,2</b>

Fonte: GEPE Ministério da Educação, Lisboa 2013. (<http://www.gepe.min-edu.pt/>)

Os cursos profissionais vieram proporcionar uma maior dinâmica às Escolas Secundárias pelas novas modalidades de ensino e contribuíram para que o Ensino Profissional se estendesse a todo o território.

Pelas leituras efetuadas, dos quadros 21, 22 e 23, constata-se que com a reforma do ensino secundário em 2004 e o lançamento das Iniciativas das Novas Oportunidades em 2005 que estende os Cursos Profissionais, às Escolas Secundárias, traduziu-se num aumento do número de alunos jovens e níveis de qualificação mais elevadas, ou seja, uma mudança para um sistema com mais eficácia.

Na Figura 12 é feito o levantamento do número de alunos matriculados no Ensino Secundário, no período de 1998/99 a 2011/12.



**Figura 12 - Alunos matriculados no Ensino Secundário, entre 1998/99 e 2010/2011)**

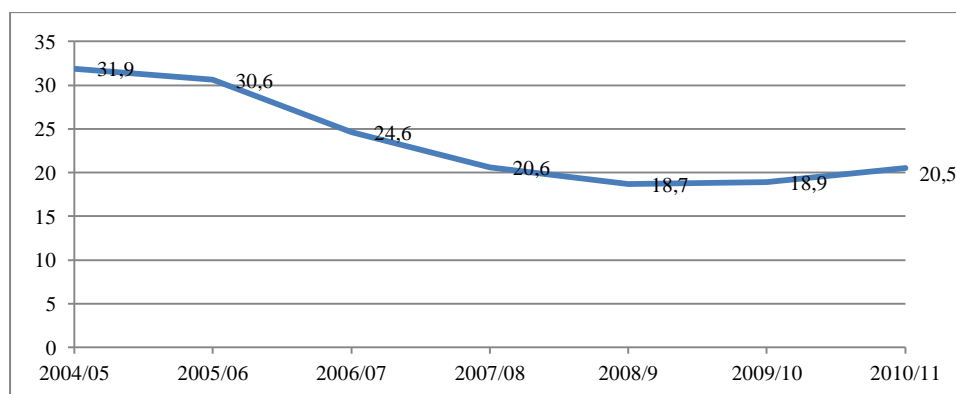
Fonte: Estatística GEPE - Ministério da Educação, Lisboa, (Relatórios 2011 e 2012). (<http://www.gepe.min-edu.pt/>)

Podemos verificar que nos primeiros anos até 2005/2006, há uma diminuição e de uma forma continuada do número de alunos a matricularem-se neste nível de ensino.

Assiste-se a partir desta data à recuperação desses valores que atinge o valor máximo (477802) de matrículas em 2008/09, havendo algum retrocesso nos dois últimos anos, consequência das alterações demográficas e económicas.

Entre 2004 e 2010, registou-se um aumento de 63554 alunos, contribuindo especialmente para este aumento o Norte com 36078 alunos, a região de Lisboa com 15000 e o Centro com 7293 (Quadro 21).

Como retorno desta política, menos alunos abandonaram a escola sem concluir o Ensino Secundário. Há uma recuperação de alunos do ensino secundário a nível de taxa de abandono, retenção e desistência, com uma pequena inversão nos dois últimos anos letivos, considerando fatores económicos que atingem alguns agregados familiares (Figura 13).



**Figura 13 - Taxa de retenção e abandono escolar no Ensino Secundário**

Fonte: GEPE-Ministério da Educação, Volume I Norte, Lisboa 2011, pdf. (<http://www.gepe.min-edu.pt>)

O abandono escolar precoce nas últimas décadas tem também vindo a diminuir. Com uma taxa de 39,4% em (2004/05) baixou para os 35,4% em (2008/09) (GEPE 2011), sendo que o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) refere que esse valor em 2011/12 se situa nos 23,2%, havendo uma predominância do sexo masculino (28,2%) contra (18,1%) do sexo feminino.

Também a taxa de retenção tem vindo a diminuir e conjugando estes dois indicadores, obtém-se a taxa de retenção e desistência de cuja análise a nível territorial se constata que os valores têm diminuído gradualmente ao longo do período em todas as

regiões do país (Quadro 24). Este valor era mais elevado no Algarve, 35,3%, posição que continua a ocupar, mesmo com uma descida para 24,8%, mas mais 4% que a média nacional. As menores taxas foram sempre verificadas no Norte que mantém em 2010 uma diferença em 2,6% abaixo da média nacional.

**Quadro 24.O ensino secundário a nível regional e o aproveitamento**

Ensino secundário		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Continente	<b>Total alunos</b>	<b>356192</b>	<b>326182</b>	<b>336929</b>	<b>329993</b>	<b>477802</b>	<b>462784</b>	<b>419746</b>
	Taxa de retenção e desistência	31,9	30,6	24,6	20,6	18,7	18,9	20,5
	Taxa bruta de escolarização	108,3	99,4	102,6	101,2	149,2	148,4	136,3
	Taxa real de escolarização	60,2	54,2	60,5	63,6	68,5	71,9	73
Região Norte	<b>Total de alunos</b>	<b>126891</b>	<b>117160</b>	<b>123113</b>	<b>123673</b>	<b>182596</b>	<b>178350</b>	<b>162969</b>
	Taxa de retenção e desistência	30	29,1	23,1	18,8	16,7	17	17,9
	Taxa bruta de escolarização	93,7	87,3	92	93,2	140,5	141,6	131,7
	Taxa real de escolarização	56,5	51,8	58,1	62,4	68	72,4	74,5
Região Centro	<b>Total de alunos</b>	<b>86195</b>	<b>79314</b>	<b>80275</b>	<b>76611</b>	<b>110754</b>	<b>107418</b>	<b>93488</b>
	Taxa de retenção e desistência	32,4	30,5	23,8	19,6	18,3	17,9	18,4
	Taxa bruta de escolarização	112,2	104,0	105,7	102,2	151,5	150,9	133,4
	Taxa real de escolarização	62,7	57,2	62,8	65,5	70,2	73,8	74,6
Lisboa	<b>Total de alunos</b>	<b>101392</b>	<b>92772</b>	<b>95796</b>	<b>92898</b>	<b>129834</b>	<b>126601</b>	<b>116354</b>
	Taxa de retenção e desistência	32,9	31,7	26,7	23,5	21,5	21,9	24,7
	Taxa bruta de escolarização	124,8	112,6	114,9	111	156,3	154,6	142,5
	Taxa real de escolarização	64,2	55,8	62,7	64,6	68,8	70,5	70,3
Alentejo	<b>Total de alunos</b>	<b>25910</b>	<b>22398</b>	<b>23086</b>	<b>22697</b>	<b>35484</b>	<b>31763</b>	<b>29087</b>
	Taxa de retenção e desistência	33,4	31,6	24,9	21,1	18,6	19,3	20,5
	Taxa bruta de escolarização	112,3	98,5	103,1	103,3	166,6	154,4	144,7
	Taxa real de escolarização	58,5	50	58,4	59,8	65,4	68,1	69,9
Algarve	<b>Total de alunos</b>	<b>15804</b>	<b>14538</b>	<b>14659</b>	<b>14114</b>	<b>19125</b>	<b>18679</b>	<b>17848</b>
	Taxa de retenção e desistência	35,3	35,7	28,1	23,9	20	22,6	24,8
	Taxa bruta de escolarização	126,7	115,3	114,4	110,9	150,9	151,5	145,3
	Taxa real de escolarização	61,8	58,9	62,5	65	68,5	71,4	72,3

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC/MEC) Regiões em Números 2012, Lisboa Outubro de 2012. ([www.dgeec.mec.pt/](http://www.dgeec.mec.pt/))

A taxa bruta de escolaridade<sup>6</sup> refere um aumento no universo estudantil do ensino secundário. Rondando essa taxa os 108% em 2004/05, alcançou os 136,3% a nível nacional, em 2010/11. É notório um aumento substancial desta percentagem a partir do

<sup>6</sup> **Taxa Bruta de Escolaridade** relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

ano 2008/09 pelo ingresso de jovens mais velhos a integrar os cursos profissionais, que conforme aludido, alunos com percursos irregulares, encontraram nos cursos profissionais uma via que correspondia aos seus objetivos académicos e lhes proporcionou a obtenção do curso secundário. É sobretudo na região Norte que se verifica a recuperação de alunos para a escola, passando de 93,7% para 131,7%. Nas restantes regiões todas com valores superiores a 100%, viram dilatar estes valores, por afluência de alunos dentro do mesmo contexto.

A taxa real de escolaridade<sup>7</sup> vai alertar para o elevado número de alunos que deixava de acompanhar os seus colegas nos estudos. Em 2004, apenas 60% dos alunos tinham uma carreira académica normal, enquanto 40% ou abandonavam precocemente os estudos (altas taxas de abandono que se verificavam) ou por motivos de retenção. Esta taxa sobe em todas as regiões do país, coincidindo com o alargamento dos cursos profissionais às escolas públicas. A taxa real de escolaridade é a única que consegue ao longo de todo este período embora de uma forma moderada crescer.

Em 2010/11, refere o relatório do GEPE de 2012, concluíram o curso Secundário (12º Ano), via prosseguimento de estudos, 41831 alunos, representando o sexo feminino uma maior taxa, 58,6% e o masculino 41,4%. Nos cursos profissionais foram diplomados 13362 alunos tendo-se registado um maior equilíbrio: 51,3% para as raparigas e 48,7% para os rapazes pelo que se pode depreender que estes cursos captaram igualmente os jovens de ambos os sexos, que de outra forma se estariam a perder.

Nos primeiros anos da extensão dos cursos profissionais às escolas públicas, os cursos profissionais tiveram grande procura por parte de alunos mais velhos, que frequentaram outras formas de ensino com insucesso, ciclo já ultrapassado. Hoje, um grande número de jovens ao terminarem o 9º ano planeia o seu futuro e optam por um curso profissional.

Desta constatação avalia-se que a extensão dos cursos profissionais permitiu ao ensino-formação captar alunos que anteriormente teriam fortes probabilidades de abandono antes da conclusão do Ensino Secundário.

---

<sup>7</sup> **Taxa Real de Escolaridade** relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

As Escolas Secundárias estavam vocacionadas na lecionação de um ensino, visando o prosseguimento de estudos, frequentado sobretudo por alunos provenientes de famílias com melhores recursos económicos e culturais. Aos bons alunos havia como uma garantia de entrada no ensino superior estatal, quanto aos restantes os objetivos familiares poderiam concretizar-se enveredando pelo ensino superior particular pelo suporte financeiro de que eram detentores. A Formação Profissional é vista como uma oferta destinada sobretudo a jovens cujas famílias possuem menores recursos financeiros e habilitações. Não compete nem é fácil às escolas contornarem este processo de reprodução social. Contudo, com a adesão e o aumento significativo dos alunos matriculados no Ensino Profissional, este fosso tem vindo a ser amenizado sobretudo reconhecido o seu valor no combate ao abandono escolar mais ligado a esta franja de alunos e pelo seu encorajamento na concretização e habilitação com o ensino secundário e prosseguimento de estudos.

Por último, a perceção do prestígio associado à área do curso está relacionada com a dinâmica de valorização e das saídas profissionais desse mesmo curso. A ligação do curso profissional ao mercado de trabalho está permanentemente associada à sua imagem.

A maioria dos diplomados dos cursos profissionais considera o prosseguimento de estudos um horizonte exequível. É assim uma nova mentalidade criada, pela afirmação do curso e que lhes perspetiva novos horizontes, sendo essa a convicção de 65% dos alunos dos Cursos Profissionais das escolas privadas e menor percentagem 44,5% nas públicas, denotando um estruturado esforço educativo por parte daquelas escolas.

Mais de 70% dos alunos inquiridos dos cursos profissionais consideram-se preparados para desempenhar uma atividade profissional, elemento que reflete a importância que os formandos atribuem ao percurso escolar terminado.



## **CAPITULO IV**

### **CONTRIBUTO DOS CURSOS PROFISSIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA BEIRA INTERIOR NORTE**

#### **4.1. Dinâmica territorial da Beira Interior Norte**

Considerando a dinâmica demográfica registada na última década na Beira Interior Norte, podemos avaliar o impacto social e económico da formação profissional, procurando simultaneamente identificar possíveis linhas condutoras de evolução no futuro. Sendo uma sub-região que tem vindo a perder população desde os anos cinquenta do século passado, situação que se tem vindo a agravar nas últimas décadas mais recentes, empurrando-a para uma situação de marginalização, que urge contrariar, pela criação de condições de sustentabilidade para enfrentar os desafios com que é confrontada na atualidade.

A análise faz-se a partir de um conjunto de indicadores de desenvolvimento que consideram a população residente, a educação, economia e dimensão social necessários para avaliar os níveis de desenvolvimento regional.

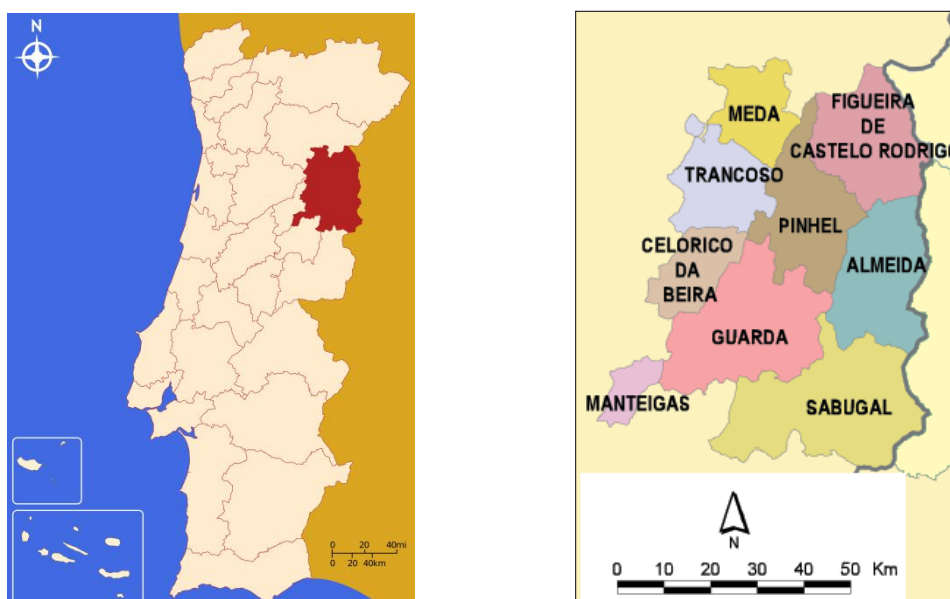
Por outro lado, utilizam-se dados relativos ao ensino e aos cursos profissionais, no sentido de avaliar a qualificação da população e o impacto que poderá ter num território que tem revelado reduzido dinamismo demográfico e económico.

##### **4.1.1. Enquadramento territorial**

A Beira Interior Norte (BIN) está incluída na Região Centro (NUTS II), sendo limitada a norte pelo Douro, leste Espanha (Província de Salamanca da Comunidad Autónoma de Castilla Y León), sul Beira Interior Sul, sudoeste Cova da Beira e a oeste Serra da Estrela (Figura 14).

Tem uma superfície total de 4062,59 Km<sup>2</sup> que corresponde a 14,4% da Região Centro e 4,4% do território nacional. É constituída pelos concelhos de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso, onde reside uma população de 104403 habitantes.

Em termos de atividade económica há a destacar o comércio como sendo o setor mais relevante (77049 milhões de €/VAB), as indústrias transformadoras com (58407 milhões de €/VAB), havendo ainda a registar uma limitada indústria extrativa ligada aos granitos. A construção teve também um grande peso nas últimas décadas (51297 milhões de €/VAB), atravessando no presente uma situação de crise. A agricultura, apesar da inovação em maquinaria e de novos projetos terem sido implementados, tem sido muito parca em gerar riqueza.



**Figura 14 - Localização da Beira Interior Norte**

Fonte: pt.wikipédia.org; SITIG de la usal. (<http://observatorio.euro-ace.eu/>)

São estes setores os grandes empregadores da região, com o comércio a dar ocupação a 5351 indivíduos, a construção 3791, as indústrias transformadoras 3769 e a área de saúde e apoio social 2412, num total de 22697 empregados, no ano de 2009 (INE 2010).

Dentro da rede nacional de plataformas logísticas, foi criada na Guarda uma plataforma transfronteiriça, com objetivo de dinamizar a economia regional e captar fluxos de investimentos industriais, que pode ser considerada uma mais-valia. Passados 10 anos estão implantados na plataforma 12 empresas e 16 em fase de instalação, debatendo-se contudo com dificuldades em atrair novas empresas, fruto da recessão económica e ausência de investimentos por parte dos acionistas, conforme refere o jornal “Interior” de 25-04-2013.



Pode considerar-se esta sub-região, como tendo equipamentos em quantidade satisfatória para as necessidades dos seus residentes (Quadro 25). Na área de lazer e desporto, refere o Instituto de Desporto a existência entre outras valências: campos para o desporto, pistas de atletismo, piscinas cobertas e ao ar livre e ainda pavilhões gimnodesportivos em todos os concelhos.

**Quadro 25 – Estruturas desportivas na Beira Interior Norte**

Grande campo		Pista de atletismo		Pequeno Campo		Campo ténis		Sala		Pavilhão		Piscina coberta		Piscina ar livre		Total	
nº	m²	nº	m²	nº	m²	nº	m²	nº	m²	nº	m²	nº	m²	nº	m²	nº	m²
94	461448	2	11000	100	77861	10	6710	14	6509	9	9197	8	1684	20	4116	257	578525

Fonte: Instituto Português do desporto e juventude. (<http://www.idesporto.pt>).

Na área de saúde, está implantada uma rede de centros de saúde localizados em todos os municípios com extensões em algumas freguesias e com o Hospital Regional da Guarda possuindo um número considerável de especialidades, a funcionar em apoio aos referidos centros de saúde.

Estende-se a Beira Interior Norte por territórios diversificados que se vão desde o vale do Douro e Côa, com a sua flora mediterrânica, aos planaltos raianos erodidos e pobres, produtores de cereais, até às encostas da Serra da Estrela com abundância de água e ricas em pastagens. Afloramentos graníticos, terrenos pouco profundos e a ausência de chuvas não permitem uma agricultura em grande escala, no entanto muito variada. Nas encostas do Douro e Côa são cultivadas espécies mediterrânicas como a oliveira, figueira, amendoeira, vinha, sobreiro. As produções frutícolas têm lugar nos vales e terras férteis em que a água não escasseia, enquanto que o castanheiro, outra fonte de rendimento, tem o seu habitat acima dos 500 metros com apetência pelas regiões envolventes da Serra da Estrela.

Este seu valioso património natural é enriquecido pelo seu património arquitetónico edificado, sendo de destacar as aldeias históricas (Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Mendo, Sortelha, Trancoso e Marialva), os lugares arqueológicos, as suas fortificações, castelos, monumentos, igrejas e solares.

Para além de uma gastronomia diversificada, existem motivos de atração turística como a rota das amendoeiras em flor, das aldeias históricas, dos castelos, dos cruzeiros no Douro tendo com pano de fundo as encostas do vinho do Porto. Todo este

património associado aos usos e costumes das suas gentes, feiras, festas e romarias, marcam a diferença e afirmam-na num contexto diferenciado do território nacional.

As acessibilidades são um dos eixos prioritários de atuação no âmbito da estratégia de desenvolvimento regional. Os transportes contribuem para o desenvolvimento económico, são geradores de emprego e valor acrescentado, têm um papel de relevo social, contribuindo para a melhoria das condições e qualidade de vida das populações, sendo um elemento importante do processo de sustentabilidade do desenvolvimento económico. Esta região encontra-se bem servida de itinerários principais e complementares sendo de destacar: a A25, que liga Aveiro a Vilar Formoso, constituindo uma via privilegiada de ligação à Europa; a A23 iniciada em Torres Novas no nó de ligação com a A1, serve o território da Beira Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Norte, vindo a entroncar na Guarda na A25; o IP2 atravessa toda esta região, ligando o Sul do território, Faro ao Norte, Bragança, com trajetos “partilhados” com as duas vias anteriores. Estas vias rodoviárias são complementadas pelas Estradas Nacionais 332 (Vila Nova de Foz-Côa/Vilar Formoso/Sabugal), que garante uma ligação internacional, assim como a EM 221 ligando a Guarda a Mogadouro e que permite o acesso a Espanha em Barca D’Alva. A EN 233 liga Guarda a Castelo Branco e tem vindo a ganhar algum protagonismo assim como as outras vias, considerando as portagens entretanto implementadas em alguns itinerários principais.

Em termos de via Ferroviária há a referir a Linha da Beira Alta, que entronca na Linha do Norte na Pampilhosa. É a principal via ferroviária internacional de Portugal, que liga as duas Áreas metropolitanas Lisboa e Porto à Europa, permitindo o transporte de grandes volumes de mercadorias e assegura o transporte regular de passageiros.

A navegabilidade do rio Douro poderá ser um novo recurso a explorar, apenas utilizado no presente pela atividade turística, ligando o Porto à Barca D’Alva.

#### **4.1.2. Dinâmicas Demográficas**

Entre 2001 e 2011 a população portuguesa cresceu 2,2%, num total de 232 274 indivíduos, aumento que não se refletiu na região Centro onde houve um decréscimo de população de 0,5% (Quadro 26). A nível da Beira Interior Norte esses valores foram mais elevados, em que a perda de 9 452 habitantes correspondeu a uma quebra de 8,3%.

Quadro 26 - Evolução demográfica no período de 2001 e 2011

Unidade	População residente			Taxa de Crescimento	Densidade Populacional	Índice de Dependência de Jovens %		Índice de Dependência de Idosos %		Índice de Envelhecimento %	
	2001	2011	2011 - 2001			2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	10329340	10561614	232274	2,2	114,7	23,5	22,6	24,5	29,0	104,2	128,6
Centro	2339561	2327580	-11981	-0,5	82,5	22,6	21,5	29,9	35,3	132,3	164,3
Beira Interior Norte	113855	104403	-9452	-8,3	25,7	21,5	19,3	41,4	48,2	192,8	250,1
Almeida	8234	7228	-1006	-12,2	14,0	18,0	15,0	48,6	67,7	270,3	452,5
Celorico da Beira	8758	7693	-1065	-12,2	31,1	21,6	21,0	43,7	50,9	202,6	242,9
Figueira C. Rodrigo	7034	6260	-774	-11,0	12,3	20,0	19,0	52,1	58,2	260,0	306,0
Guarda	43605	42541	-1064	-2,4	59,7	23,5	21,0	29,8	32,2	126,7	153,2
Manteigas	4005	3430	-575	-14,4	28,1	21,5	16,4	31,0	47,3	144,5	288,9
Meda	6128	5202	-926	-15,1	18,2	20,5	18,1	50,1	62,0	243,8	343,3
Pinhel	10743	9627	-1116	-10,4	19,9	19,0	18,3	43,0	57,7	226,1	315,2
Sabugal	14614	12544	-2070	-14,2	15,2	18,7	15,7	68,7	81,1	367,1	515,4
Trancoso	10734	9878	-856	-8,0	27,3	22,5	19,1	43,9	51,4	195,4	269,7

Elaboração própria. Fonte: INE, Anuário Estatístico de 2010, Lisboa, INE, 2010; Censos 2011, Lisboa, INE, 2011 (<http://www.ine.pt>)

A densidade populacional da Beira Interior Norte (26 hab/Km<sup>2</sup>) tem valores inferiores aos da região Centro (82 hab/Km<sup>2</sup>) e de Portugal (114,7 hab/Km<sup>2</sup>), sendo que a Guarda apresenta o maior valor (59,7 hab/Km<sup>2</sup>). A perda de população veio acentuar a já diminuta densidade populacional de toda a região, com os valores mínimos a registarem-se em Figueira de Castelo Rodrigo com pouco mais de uma dezena de habitantes por Km<sup>2</sup> e a Guarda a aproximar-se das seis dezenas, evidenciando a importância da concentração da população em centros urbanos também no “interior”.

O Índice de dependência de Jovens e o Índice de dependência de Idosos permitem-nos caracterizar a dinâmica de uma população em virtude de estarem relacionados com a população potencialmente ativa.

A diminuição do número de jovens nesta sub-região vai de encontro ao contexto nacional, marcados pela diminuição da natalidade: (11,5 %) em 1992; (11,00%) em 2001 e (9,5%) em 2010 (INE, 2011). Menos três mil jovens registados nos últimos censos na Beira Interior Norte levaram a que o índice de Dependência de Jovens passasse de (21,6%) para (19,3%) ou seja, de 21 jovens para 100 ativos diminuiu para 19 para igual número de ativos, em 2011 (Quadro 27). No território nacional os valores foram (23,5%) em 2001 e (22,6) em 2011, uma perda de apenas (1%). (Quadro 26). A região Centro também registou a perda de jovens, 1%, fixando-se este índice em 21,5%,

inferior ao nacional 22,6%, mas superior ao da Beira Interior Norte 19,3%. Os valores registados, não foram mais agravados por se ter verificado a perda de população ativa a nível nacional, região Centro e Beira Interior Norte.

**Quadro 27 - Variação da população residente segundo escalões etários**

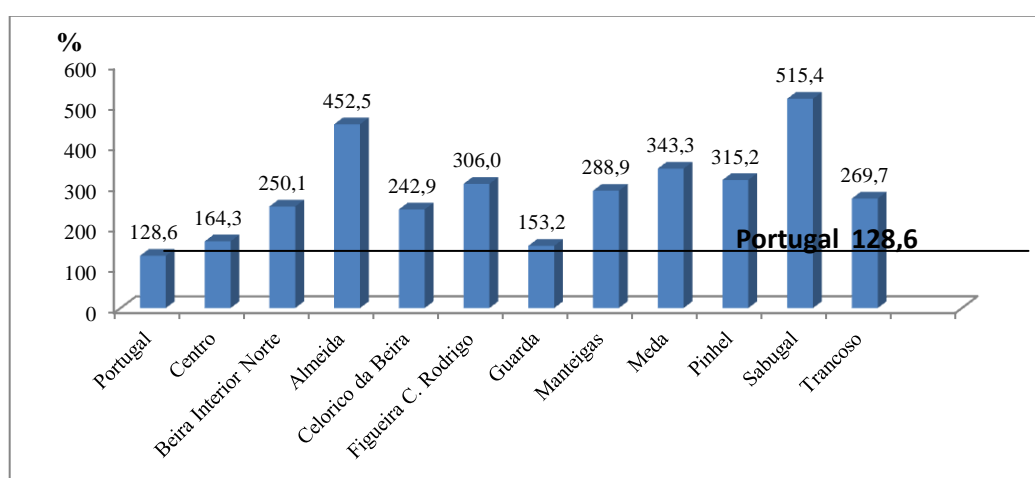
Unidade	População N°						Variação População 2001 a 2011		
	Jovens		Ativa		Idosos		Jovens	Ativa	Idosos
	2001	2011	2001	2011	2001	2011			
<b>Portugal</b>	<b>1640160</b>	<b>1572546</b>	<b>6980609</b>	<b>6966564</b>	<b>1708571</b>	<b>2022504</b>	<b>-67614</b>	<b>-14045</b>	<b>313933</b>
<b>Centro</b>	<b>346675</b>	<b>319284</b>	<b>1534309</b>	<b>1483844</b>	<b>458648</b>	<b>524452</b>	<b>-27391</b>	<b>-50465</b>	<b>65804</b>
<b>Beira Interior Norte</b>	<b>15010</b>	<b>12010</b>	<b>69913</b>	<b>62358</b>	<b>28938</b>	<b>30035</b>	<b>-3000</b>	<b>-7555</b>	<b>1097</b>
Almeida	889	592	4940	3957	2403	2679	-297	-983	276
Celorico da Beira	1142	938	5299	4477	2314	2278	-204	-822	-36
Figueira C. Rodrigo	819	672	4086	3532	2129	2056	-147	-554	-73
Guarda	6690	5834	28436	27772	8476	8935	-856	-664	459
Manteigas	564	343	2629	2096	815	991	-221	-533	176
Meda	738	522	3593	2888	1799	1792	-216	-705	-7
Pinhel	1262	1001	6629	5471	2853	3155	-261	-1158	302
Sabugal	1460	1003	7800	6372	5359	5169	-457	-1428	-190
Trancoso	1451	1105	6454	5793	2835	2980	-346	-661	145

Elaboração própria. Fonte: INE, Anuário Estatístico de 2010, Lisboa, INE, 2010; Censos 2011 Lisboa, 2011. (<http://www.ine.pt>)

A percentagem de população idosa (48,2%) é superior ao valor à registado na região Centro (35,3%) em mais 19% que o nacional. Os valores mais elevados registam-se no Sabugal (81,1%), sendo quase uma constante em quase todos concelhos, com exceção na Guarda (32,2%), a rondar a média nacional. O escalão etário dos idosos foi o único a registar aumento, mais de mil indivíduos. A nível do território nacional e região Centro houve um aumento de 5% de idosos na última década, a Beira Interior Norte registou 7%, com Almeida a chegar aos 19% e Sabugal 11%. O aumento da esperança média de vida, que leva à existência de maior número de idosos é em parte fruto das melhores condições e apoios criados, traduzidas nas pensões de reforma atribuídas pela Segurança Social, à edificação de Centros de Saúde e Centros de Dia, maior conforto nas habitações que são servidas de água canalizada, eletricidade e rede de saneamento, realidade que se têm vindo a concretizar nas últimas décadas. A edificação de lares com comparticipação social e/ou a prática de preços mais

moderados, considerando as suas parcas reformas, são também elementos a considerar em prol desses residentes.

Numa análise ao Índice de Envelhecimento (Figura 15), calculado com base em dado do INE, obtém-se, para o território nacional o valor médio de 128,6, muito inferior ao registado na Beira Interior Norte (250) idosos para (100) jovens. Registam-se valores extremamente significativos no Sabugal 515, Almeida 452 e Mêda 343 idosos para o mesmo número de jovens (100), corroborando o já referido no estudo do Índice de dependência de Idosos.



**Figura 15 – Índice de Envelhecimento da população residente.**

Elaboração própria. Fonte: INE, Anuário Estatístico de 2010, Lisboa, INE, 2010; Censos 2011, Lisboa, 2011. (<http://www.ine.pt>)

Os últimos censos registaram um aumento no Índice de Envelhecimento de 24% e 32% a nível nacional e região Centro, relativamente a 2001. Na Beira Interior Norte esse valor foi de 58%, evidenciando a grande perda de juventude e o aumento do número de idosos.

Pode ainda verificar-se da existência de concelhos em que houve perda de população em todos os escalões etários com o do Sabugal a ser o maior perdedor, mais de duas mil pessoas; Celorico da Beira, mais de um milhar; Mêda (926) e Figueira de Castelo Rodrigo (777) (Quadro 27).

### 4.1.3. Dinâmicas de Educação

No Quadro 28 apresenta-se a posse de habilitações literárias por parte da população num contexto individualizado do sexo masculino e feminino da Beira Interior Norte, nível de concelho.

**Quadro 28 - População residente segundo o nível de habilitações, 2011 (%)**

Unidade	População Residente		Sem Habilitações		Ensino Básico		Ensino Secundário		Pós secundário		Superior	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
<b>Portugal</b>	<b>47,8</b>	<b>52,2</b>	<b>17,4</b>	<b>20,7</b>	<b>58,2</b>	<b>51,4</b>	<b>12,9</b>	<b>12,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>9,9</b>	<b>13,9</b>
<b>Centro</b>	<b>47,7</b>	<b>52,3</b>	<b>17,4</b>	<b>22,7</b>	<b>60,6</b>	<b>51,5</b>	<b>12,2</b>	<b>12,0</b>	<b>1,4</b>	<b>1,0</b>	<b>8,3</b>	<b>12,7</b>
<b>Beira Interior Norte</b>	<b>47,5</b>	<b>52,5</b>	<b>18,8</b>	<b>24,8</b>	<b>61,7</b>	<b>51,5</b>	<b>10,9</b>	<b>10,8</b>	<b>1,2</b>	<b>0,9</b>	<b>7,4</b>	<b>12,1</b>
Almeida	46,8	53,2	15,7	25,4	67,2	55,8	11,4	9,7	0,6	1,0	5,2	8,0
Celorico da Beira	46,9	53,1	20,5	29,6	64,0	53,5	9,0	9,5	1,2	0,6	5,2	6,9
Figueira Castelo Rodrigo	47,9	52,1	22,0	29,2	63,4	54,2	8,1	7,9	1,0	0,6	5,4	8,1
Guarda	47,8	52,2	16,5	19,7	57,2	47,8	13,8	12,8	1,4	1,2	11,0	18,5
Manteigas	47,3	52,7	16,3	21,2	66,3	60,2	10,4	10,2	1,8	0,4	5,2	8,0
Meda	47,3	52,7	21,6	30,0	65,3	53,4	7,4	8,3	0,9	0,8	4,8	7,5
Pinhel	47,6	52,4	21,6	26,0	64,8	55,1	8,7	10,6	0,7	0,7	4,3	7,6
Sabugal	46,9	53,1	21,3	33,1	65,1	51,1	8,5	8,3	1,0	0,8	4,1	6,8
Trancoso	47,4	52,6	21,4	26,1	63,8	53,4	8,7	10,4	1,0	0,7	5,1	9,4

Elaboração Própria. Fonte: INE, Anuário Estatístico de 2010, Lisboa, INE, 2010; Censos 2011, Lisboa, 2011. (<http://www.ine.pt>)

A população feminina é a mais representativa no universo da população residente quer a nível da Beira Interior Norte, região Centro e nacional em cerca de 5%, relativamente à masculina. É também a população feminina que regista as maiores taxas de “nenhuma habilitação” (20%) da população feminina nacional, aumentando este valor na região Centro e alcançando os (25%) nesta sub-região. Os concelhos que registam valores inferiores são a Guarda (19,7%) e Manteigas (21,2%), sendo atingido o valor mais elevado no Sabugal (33,1%). Estes valores estão ligados à geração de idosos em que as raparigas tinham de ajudar a mãe nas lides da casa e a cuidar dos irmãos mais novos, pelo que lhes era quase vedada a frequência da escola.

Os homens evidenciam também grandes taxas de ausência de habilitações literárias, com valores superiores à média nacional e região Centro, contribuindo para o baixo desempenho característico das regiões de baixa densidade. Os valores têm vindo a baixar, fruto da dinâmica demográfica e das transformações que tornaram a escolaridade obrigatória para os jovens.

O Ensino Básico é a habilitação de 61% e 51,5% dos homens e mulheres, verificando-se muita homogeneidade em todos os concelhos com a exceção da Guarda, a contrariar estes números, por uma maior educação nos níveis mais elevados nos seus residentes.

No Ensino Secundário e Pós-Secundário, as percentagens são inferiores à média nacional, por este nível de estudos implicar a deslocação do aluno para fora do concelho de residência, privilegiando os habitantes da Guarda, que sempre dispuseram desse grau de ensino, daí os valores aí registados nesses dois níveis de ensino e por sexo, acompanharem o contexto nacional. A implantação da rede de transportes escolares e o alargamento do ensino secundário, nos anos 70, a todos os concelhos desta sub-região, contribui para amenizar este desnível.

O sexo feminino supera com (12%) os (7%) masculinos da Beira Interior Norte a nível Ensino Superior, inferiores em cerca de 2% relativamente ao nível Nacional. O concelho da Guarda, traduzindo a importância do aglomerado urbano mais importante da sub-região concentra um grande número de residentes com habilitações de nível superior, ultrapassando a média regional e nacional, 11% e 18,5% dos homens e mulheres. Esta é uma mais-valia para a região, pela existência de capital humano habilitado, representa o contributo dado na formação pelo Instituto Politécnico da Guarda que engloba as Escolas Superiores de Educação Comunicação e Desporto, Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Saúde da Guarda e Escola Superior de Turismo e Hotelaria no município de Seia. O corpo docente destas e das várias escolas (ensino básico, secundário e profissional) e os técnicos de saúde, que asseguram os cuidados de saúde nos hospitais e centros de saúde na cidade da Guarda, levam à existência de um elevado número de profissionais detentores de licenciatura.

Estando aqui sediadas as representações das principais empresas regionais, algum do tecido produtivo empresarial e sobretudo a prestação de serviços, levam a que os mais habilitados procurem neste município e principal centro urbano uma oportunidade de emprego e a competição por um lugar, traduzindo o elevado índice de diplomados com estudos superiores.

#### **4.1.4. Dinâmica social e económica**

Um dos problemas que atinge e condiciona a economia com reflexos socioeconómicos dos residentes é o agravamento do número de desempregados, que é

também uma realidade da Beira Interior Norte (Quadro 29). Os valores aqui registados, reportados ao mês de julho 2012, publicados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, registam um agravamento de 2% relativamente ao verificado na região Centro (6,1%).

**Quadro 29 - Desemprego na Beira Interior Norte, por sexo, escalão etário e habilitações literárias, 2001 (%).**

Unidade	Total	H	M	Escalões Etários				Habilitações Literárias			
				<25	25-35	35-54	>55	<1º Ciclo	Básico	Secundário	Superior
<b>Centro</b>	<b>6,1</b>	<b>5,7</b>	<b>6,3</b>	<b>0,8</b>	<b>1,5</b>	<b>2,7</b>	<b>1,1</b>	<b>0,9</b>	<b>3,6</b>	<b>1,4</b>	<b>0,9</b>
<b>Beira Interior Norte</b>	<b>8,1</b>	<b>7,6</b>	<b>8,7</b>	<b>1,0</b>	<b>2,0</b>	<b>3,8</b>	<b>1,3</b>	<b>0,7</b>	<b>4,7</b>	<b>1,8</b>	<b>1,2</b>
Almeida	5,8	5,7	5,9	0,8	1,2	2,6	1,2	0,4	3,9	0,9	0,7
Celorico da Beira	9,8	10,3	9,3	1,6	2,0	4,0	2,1	0,4	6,1	1,8	1,0
Figueira C. Rodrigo	7,7	7,8	7,5	1,1	2,2	3,5	0,8	0,4	4,8	1,6	0,6
Guarda	9,8	9,1	10,4	1,1	2,5	4,6	1,5	0,4	5,4	2,4	1,7
Manteigas	10,6	10,3	11,1	0,9	1,9	5,7	2,1	0,1	7,3	1,8	1,2
Meda	4,2	4,2	4,2	0,6	1,2	1,9	0,5	0,4	2,2	1,1	0,8
Pinhel	8,0	5,2	10,6	0,8	1,6	4,2	1,3	0,8	4,8	1,9	0,9
Sabugal	6,0	5,5	6,5	0,9	1,7	2,5	0,8	0,1	3,5	1,0	0,7
Trancoso	4,5	4,7	4,2	0,5	1,1	2,3	0,6	0,1	2,8	0,9	0,7

Elaboração própria Fonte: IEFP, julho 2012, Lisboa, 2012. (<http://www.iefp.pt/>)

O desemprego atinge mais as mulheres que os homens em quase todos os concelhos, contudo as diferenças são pouco significativas. O desemprego é mais incisivo no grupo etário dos 35-45 anos (3,8%) superior ao da região Centro. Com (2%) surge em segundo lugar o escalão dos 25-35 anos. O desemprego é menor nos menos habilitados (não possuidores do 1º Ciclo), por os trabalhos por eles desempenhados (serviçais) não requerem qualquer qualificação e serem mal remunerados. O escalão que regista mais desemprego tendo em conta as habilitações literárias são os possuidores do ensino básico, que pela crise que a economia atravessa, designadamente a construção civil, leva ao aumento do número de desempregados nos vários setores afins. Nos residentes com maiores habilitações (Secundário e Superior), a taxa de desemprego desce por se tratar de uma franja de população com uma formação profissional ou superior que podendo não desempenhar as funções com que está habilitada, consegue uma ocupação/trabalho temporário de escalão inferior, enquanto aguarda a oportunidade de um emprego compatível com as suas habilitações.



Tendo cada concelho a sua própria identidade, a taxa de desemprego vai ser o reflexo das suas características. Assim, nos concelhos onde há uma população mais envelhecida, o desemprego é menor, o que se verifica na Mêda (4,2%) com um Índice de Dependência de Idosos de (62%), Sabugal (6%) com a mais alta percentagem de Idosos da região (68,7%). Naqueles em que o Índice de Dependência de Idosos é menor existindo mais população ativa, o desemprego sobe para valores superiores à média da região: Manteigas (10,6%) e a Guarda (9,8%).

Motivos que levam a tão elevadas taxas de desemprego prendem-se com o encerramento de algumas indústrias na região. Em Pinhel a “Rohds” fábrica de calçado terminou a laboração em 2006 levando para o desemprego quase quatro centenas de trabalhadores. Na Guarda a multinacional “Delphi”, fábrica de cablagem para a indústria automóvel e maior empregadora da região que teve ao seu serviço quase três mil funcionários encerrou em 2010 e num presente mais recente a crise do setor imobiliário levou ao despedimento de 200 funcionários na “A R L construções”, afetando toda a economia regional e empresas prestadoras de serviços.

Para uma melhor compreensão deste contexto há que ter presente que é uma sub-região marcada pela interioridade, com uma área geográfica muito dispersa, com um decréscimo contínuo da população residente, quer pelo seu óbito natural quer pelo abandono, levando as aldeias ao esquecimento e contribuindo para a diminuição da densidade populacional. Para além da elevada percentagem de população envelhecida, há o contributo negativo das elevadas taxas de analfabetismo.

Da sua população ativa 62 358 pessoas, apenas 16 661 trabalha por conta de outrem, representando 27% da população ativa. Desta o setor terciário é o que emprega mais indivíduos 62,8%. (Quadro 30).

Predomina o setor terciário, mas o primário com a envolvimento agrícola está sempre presente. Trata-se de uma atividade ancestral de uma região que foi essencialmente agrícola e um meio de subsistência para grande parte dos residentes, que por conta própria e pelo recurso a assalariados emprega 18% do total da população ativa. A existência dum escalão alargado de população inativa contribui para a dificuldade de relançar e constituir uma economia competitiva.

Esta região tem um baixo nível de industrialização; predomina a micro e pequena empresa (< 50 empregados) que garante trabalho a mais de 66% dos empregados nos diversos setores.

**Quadro 30 - Caracterização social face ao emprego da população da Beira Interior Norte**

Unidade	% Por conta de outrem			%				Vencimento Médio (Euros)
	Primário	Secundário	Terciário	Empresas <50 empregados	Agricultura familiar e assalariados	Rendimento Inserção Social 2010	Pensionistas 2010	
<b>Centro</b>	<b>2,2</b>	<b>41,0</b>	<b>56,8</b>	<b>59,3</b>	<b>8,3</b>	<b>2,7</b>	<b>31,7</b>	<b>756,7</b>
<b>Beira Interior Norte</b>	<b>2,1</b>	<b>35,1</b>	<b>62,8</b>	<b>66,2</b>	<b>18,4</b>	<b>3,4</b>	<b>35,9</b>	<b>674,6</b>
Almeida	2,6	15,0	78,8	88,5	15,0	2,4	37,8	647,3
Celorico da Beira	1,2	36,6	62,2	62,7	16,8	3,9	35,0	621,6
Figueira de Castelo Rodrigo	8,2	30,1	61,6	92,6	34,3	6,3	39,2	642,0
Guarda	0,8	35,9	63,3	54,4	6,7	3,5	28,7	705,9
Manteigas	2,1	36,9	51,8	90,5	5,1	3,2	46,3	622,5
Meda	4,5	42,1	53,4	94,7	43,1	1,9	45,0	638,5
Pinhel	2,9	45,8	51,3	89,4	47,0	3,6	44,3	648,8
Sabugal	1,8	31,2	67,0	79,5	23,5	3,5	42,8	627,2
Trancoso	5,9	34,2	59,9	64,0	28,6	2,3	38,2	688,6

Elaboração própria. Fonte: INE, anuário estatístico 2010, Lisboa, 2010. (<http://www.ine.pt>)

Dos residentes em 2010, prevalecia um elevado número de Pensionistas, cerca de 40% da população, auferindo uma pensão média anual de 3 400€, ao que se juntam os mais de 3% de pessoas apoiadas pelo Rendimento Mínimo de Inserção Social, denotando a existência de poucos recursos financeiros por parte das populações residentes e dificuldades no autossustento das famílias.

O valor do vencimento médio dos trabalhadores habilitados com o ensino básico, a classe mais representativa é na Beira Interior Norte inferior em 80 € relativamente à região Centro (756 €). As remunerações variam entre 621 € em Celorico da Beira e 705 € na Guarda.

Em termos de estrutura produtiva e com um volume de negócios de 1382424 milhões de euros destaca-se o comércio por grosso e a retalho, representando (37%), as indústrias transformadoras (21%) e a construção (12%) (Quadro 31).

Dentro das indústrias transformadoras merecem destaque as indústrias alimentares (onde se insere a produção de laticínios), têxteis, de transformação de recursos naturais endógenos e ainda a indústria metalúrgica

**Quadro 31 - Caracterização empresarial da Beira Interior Norte**

Unidade	Densidade Empresas/Km <sup>2</sup>	Proporção Empresas Individuais	Milhares de Euros			Milhares de Euros			VAB Milhões de Euros		
			Comércio	Indústria Transformadora	Construção	Principais Indústrias Transformadoras			Comércio	Indústria Transformadora	Construção
						Alimentares	Metalúrgicos	Têxteis			
<b>Centro</b>	<b>8,1</b>	<b>69,3</b>	<b>19 513 715</b>	<b>15 924 541</b>	<b>5739144</b>	<b>15921541</b>	<b>2 118 866</b>	<b>349354</b>	<b>2 501 245</b>	<b>4 374 035</b>	<b>1622073</b>
<b>Beira I. Norte</b>	<b>2,2</b>	<b>71,8</b>	<b>534 721</b>	<b>288 750</b>	<b>167597</b>	<b>87 608</b>	<b>18 934</b>	<b>10319</b>	<b>77 049</b>	<b>58 407</b>	<b>51297</b>
Almeida	1	70,6	22 432	6 616	5691	1 287	258		3 541	994	2234
Celorico da Beira	2,2	72,8	26 588	9 674	14375	3 499	1 522		3 221	4 367	4185
Figueira C Rodrigo	0,9	77,3	25 531	9 019	2560	3 461	563		2 986	2 205	717
Guarda	6,1	69,4	298 539	195 173	62215	38 027	11 786	9761	41 010	34 664	21187
Manteigas	2,2	75	9 405	947	5073	255	0	409	1 672	377	1915
Meda	1,3	75,9	15 514	4 094	12602	977	397		1 750	1 005	4696
Pinhel	1,5	74,8	30 454	24 446	22604	14 830	1 686		4 506	4 398	4861
Sabugal	1,1	74,4	56 361	19 130	9262	10 595	1 487	149	11 495	5 424	1848
Trancoso	2,2	71,3	49 929	19 651	33215	14 677	1 235	10319	6 868	4974	9654

Elaboração própria Fonte: INE, anuário estatístico 2010, Lisboa, 2010. (<http://www.ine.pt>)

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) produzido pelas empresas é pouco significativo. Nas empresas da Beira Interior Norte foram gerados 362239 milhares de Euros em 2009, representando 0,48% do VAB nacional e 2,7% da região Centro. As atividades Comércio, Indústrias Transformação e Construção foram a que mais contribuíram na geração do VAB na Beira Interior Norte.

Alguns dos problemas desta região estão relacionados com a taxa de desemprego e a falta de tecido empresarial. Predomina uma atividade agrícola que reúne toda uma população envelhecida que habita as áreas rurais em contraste com a camada mais jovem que escolhe viver nos centros com maior número de habitantes, enveredando por outros setores de atividade económica, enfrentando problemas de desemprego e baixas remunerações.

Os fatores referenciados, sobretudo as baixas qualificações dos seus habitantes, quando equacionados visando potenciar a competitividade regional, demonstram a existência de vários condicionalismos e indicadores a necessitarem de serem desenvolvidos designadamente no que respeita à formação e qualificações profissionais e políticas de empregabilidade como forma de se reestruturar o setor produtivo.

O papel desempenhado pelas Escolas Profissionais, na formação profissional, tem por objetivo colmatar estas necessidades.

## 4.2. O ensino secundário, cursos profissionais e desenvolvimento

A análise da evolução do sistema de ensino na Beira Interior Norte no período compreendido entre os anos letivos 2004/05 e 2010/11 vai permitir a compreensão do papel desempenhado pelo ensino profissional na diminuição do abandono escolar precoce, na taxa reprovação e aumento na taxa de escolarização, para além de proporcionar a formação de jovens com valências que lhes permitem prosseguir estudos no ensino superior, entrada no mundo do trabalho e proporcionar às empresas locais e regionais um melhor desempenho competitivo.

Verifica-se a diminuição de 715 alunos neste período a este nível de ensino, associado à demografia regional. Esta perda de alunos verificou-se nos cursos Científico-Humanísticos, com os cursos profissionais a manifestar um aumento pouco significativo de (6) alunos no período estudado, (Quadro 32).

Estas alterações vieram produzir os seus efeitos no corpo de docentes que viram reduzido o seu efetivo em 116 professores do ensino secundário e um aumento dos docentes a lecionar cursos profissionais (15 professores).

Há a salientar a diminuição da taxa de retenção e de desistência (de 33,6% para 18,2%) e um aumento da taxa de Escolarização de (110,5% para 143,8%), com realce para o período pós ano letivo 2007/2008.

**Quadro 32.- Ensino Secundário na Beira Interior Norte**

	Ano Letivo							Diferença
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	
Total de Alunos	3729	3496	3132	3263	3171	3110	3014	-715
Cintífico-Humanístico	2594	2420	2217	2170	2007	1896	1873	-721
Tecnolog. e Profissionais	1135	1076	915	1093	1164	1214	1141	6
Docentes 3°C/Secundário	992	981	917	949	910	901	876	-116
Docentes Esc. Profissionais	67	60	55	85	88	92	82	15
Tx Retenção e Desistência	33,6	31,2	26,8	19,4	18,8	17,8	18,2	15,4
Tx Bruta de Escolarização	110,5	106	101,9	100,5	161,3	157,5	143,8	33,3

Elaboração Própria. Fonte GEPE Anuário DGEEC/MEC, outubro de 2012 Lisboa.

Os Cursos Tecnológicos introduzidos pela Lei 46/86, de 14 de outubro vieram reformular os Cursos do Ensino Técnico-Profissional, criado pelo Despacho Normativo 194-A/83, de 21 de outubro. A partir de 1990 assiste-se à sua extensão ao território

nacional, a que não foi alheia a Beira Interior Norte começando a ser lecionados nos concelhos de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Guarda, por permitirem quando da conclusão do curso a sua inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos no ensino superior.

Com a publicação da Lei 74/2004, faz-se a extensão dos Cursos Profissionais (criados pelo Dec. Lei 26/89, de 21 de Janeiro) às escolas secundárias, com a extinção progressiva dos Cursos Tecnológicos, que vinham perdendo candidatos. Em todos os concelhos da região a partir do ano letivo 2007/08 foram implementados os Cursos Profissionais ficando os Tecnológicos limitados à cidade da Guarda.

No concelho de Almeida, os cursos profissionais cativaram mais alunos mas com prejuízo dos cursos Científico-humanísticos (Anexo III). Verificou-se uma diminuição no total de alunos e com uma diminuição da Taxa Bruta de Escolarização em 2010/11 em virtude de alunos procurarem sobretudo na Guarda cursos não existentes neste concelho o que levou à diminuição do corpo docente. Ao longo do período não se registam grandes alterações nas taxas de retenção e desistência, com exceção para o último ano letivo que conseguiu a melhor taxa da região ( 9,1%).

Em Celorico da Beira, os 120 alunos que no ano letivo 2010/11 frequentaram os cursos científico-humanístico, representam um aumento de 15 alunos no período estudado (Anexo IV). No mesmo ano, 52 alunos frequentavam os cursos profissionais evidenciando sucesso, face aos 7 que em 2006/07 frequentavam os Cursos Tecnológicos, contribuindo para a diminuição das taxas de retenção e desistência. O ensino conseguiu cativar os alunos, havendo a considerar uma taxa de escolarização superior a 100%.

Os cursos profissionais em Figueira de Castelo Rodrigo levaram à diminuição do número de alunos nos cursos científico-humanístico (Anexo V). Contribuíram significativamente para a diminuição em 26% da taxa de retenção e desistência bem como o aumento da taxa de escolarização para valores de 103%. Há uma perda de 50 alunos motivada em parte pela baixa de natalidade verificada neste concelho e alunos que vão frequentar cursos científico-humanístico e profissionais noutras escolas, fora do concelho.

Também no concelho da Mêda os cursos profissionais têm vindo a cativar mais jovens, com a diminuição de alunos nos cursos gerais, mas com a taxa de retenção e desistência que rondava os 50%, baixou para um nível aceitável de 20%, verificando-se

simultaneamente uma recuperação percentual da taxa de escolarização nos últimos anos, sendo de considerar que a existência nos concelhos próximos, de escolas profissionais com maior oferta, justifica estes valores pouco elevados (Anexo VIII). Com o envolvimento de maior número de professores nos cursos criados, o corpo docente foi aumentado com mais 5 professores.

Os cursos profissionais ministrados em Pinhel não se têm conseguido afirmar (Anexo IX). Depois de conseguirem o maior valor em 2009/10 (60 alunos) os valores baixaram drasticamente para os 24, dada a fraca adesão por parte dos jovens alunos, mantendo os cursos científico-humanistas uma predominância, por se tratar de um núcleo citadino em que muitos dos progenitores estão ligadas aos setores secundário e terciário levando muitos alunos a pretenderem ingressar no ensino superior, como forma de alcançarem o sucesso profissional. O diminuto universo escolar não pode proporcionar grande variedade de cursos, contribuindo para as taxas de retenção e desistência de 30% e taxas de escolarização inferiores a 100%. Tem também influência na taxa de escolarização a procura por parte dos alunos do ensino secundário na Guarda.

Num dos concelhos mais envelhecidos, Sabugal, o número de alunos tem vindo a diminuir, 76 no período considerado, sendo contudo de referir ser o terceiro concelho com mais alunos a frequentar o ensino secundário, num total de 180 (Anexo X). Os cursos profissionais registaram uma são significativa com 80 alunos nesta modalidade de ensino no ano letivo 2009/10, verificando-se uma inflexão dessa tendência no ano seguinte que foi acompanhada nos cursos gerais com a diminuição da taxa de escolarização. Esta taxa tem vindo a diminuir face aos cursos lecionados noutras escolas da região que oferecem outras perspetivas, quer de cursos profissionais quer de áreas específicas para ingresso em cursos superiores.

Em Manteigas, o ensino secundário é ministrado nas escolas privadas: Colégio Nossa Senhora de Fátima e Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas. É o concelho com menos habitantes da Beira Interior Norte (cerca de 3500 habitantes em 2011). Tem como enfoque o turismo, pelo que a existência desta escola profissional, contribui para o seu desenvolvimento económico, social, local e regional. Ao pretender criar as melhores condições aos alunos, a escola vê-se limitada na sua capacidade de apenas poder ministrar dois cursos profissionais, nível III: Técnico de Hotelaria e Restauração e Técnico de Hotelaria, Recepção e Atendimento.

Também o Colégio N. S<sup>a</sup> de Fátima, não pode albergar todos os cursos gerais, pelo que alguns alunos optam por se matricularem nos municípios da Guarda e Covilhã (Carta Educativa de Manteigas 2004).

A taxa de retenção e desistência é neste concelho mais baixa que a média da região (16,9%) e para isso contribui o sucesso obtido nos cursos profissionais (Anexo VII). É a terceira mais alta Taxa Bruta de Escolaridade a nível da região (160%) pela grande procura quer interna quer de alunos de outros municípios. A diminuição de 41 alunos, levou à diminuição do corpo de docentes em número de 7.

A Guarda, principal aglomerado populacional da região, pela diversidade de cursos disponibilizados, permite concentrar uma grande quantidade de alunos do nível secundário. (Quadro 33). Duas escolas públicas, Escola Secundária Afonso de Albuquerque e Escola Secundária da Sé e uma privada, Escola Profissional da Guarda, lecionam o ensinam secundário nesta cidade.

A oferta educativa da Escola Afonso de Albuquerque compreende na vertente científico-humanístico os cursos de Ciências Tecnológicas, Línguas e Humanidades, nos cursos profissionais leciona os cursos de Técnico de Apoio de Gestão Desportista e Técnico de Restauração.

A Escola Secundária da Sé tem como oferta formativa para o ano letivo de 2012/2013, os cursos Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias, Científico-Humanístico de Artes Visuais e Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas. Como Cursos Profissionais - Nível de Qualificação Profissional 4, oferece o Curso Profissional de Informática (T.G.P.S.I.), Técnico/a de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica, Técnico de Análise Laboratorial, Técnico de Instalações Elétricas e Técnico de Informação e Animação Turística.

A Escola Profissional da Guarda (Ensiguarda) é uma escola profissional que iniciou as suas atividades em Setembro de 2006. Tem um projeto educativo que privilegia a participação ativa dos formandos, voltada para a criatividade e cooperação solidária, aberta à comunidade empresarial envolvente e implicada no desenvolvimento de projetos e atividades participadas para a promoção e desenvolvimento de competências. Disponibiliza os Cursos Profissionais Nível III de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Multimédia, Animador Sociocultural, Técnico de Serviços Jurídicos, Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, Técnico de Manutenção Industrial / Eletromecânica e Saúde.

Verifica-se uma diminuição de mais de cinco centenas de alunos a frequentar o Ensino Secundário neste maior aglomerado populacional (Quadro 33). Para isso muito contribui a baixa de natalidade verificada na região. A preferência dos alunos no período estudado vai para os cursos científico-humanístico com mais de 67%, por encontrarem no ensino secundário (cursos gerais) aqui lecionados, as áreas vocacionais que permitem o acesso no ensino superior ao curso pretendido.

**Quadro 33 - Evolução do Ensino Secundário na Guarda**

Unidade	Ano Letivo						
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Cursos Gerais: Científico-humanístico	1274	1125	995	1102	1049	966	939
Cursos Tecnológicos	206	177	186	115	78	85	76
Cursos Profissionais	418	399	191	392	372	385	372
Total de alunos	1898	1701	1372	1609	1499	1436	1387
% Alunos Cursos Científico-humanístico	67,1	66,1	72,5	68,5	70,0	67,3	67,7
% Alunos Cursos Tecnológicos	10,9	10,4	13,6	7,1	5,2	5,9	5,5
% Alunos Cursos Profissionais	22,0	23,5	13,9	24,4	24,8	26,8	26,8

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, Lisboa 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)

Os cursos tecnológicos que representavam 11% dos alunos, tiveram um retrocesso em 2008/09 para metade, mantendo a fasquia de 5,5 %, nos últimos anos com quase 80 alunos a preferirem esta formação.

Os cursos profissionais contam neste concelho com uma população estudantil de 26,8% que ocupa a segunda posição na formação de recursos humanos (400 matriculas no ano 2010/11) no contexto do ensino profissional da Beira Interior Norte. Teve um aumento percentual de 3% neste período, correspondendo a perdas dos cursos tecnológicos.

A formação ministrada nos cursos tecnológicos e profissionais para além de proporcionar o acesso ao ensino superior dos seus alunos, habilita-os e dá-lhes condições para o ingresso na vida ativa, como técnico especializado, no âmbito das necessidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento endógeno. Contribui também para a diminuição do abandono escolar precoce que se verificava em períodos anteriores pela falta destas estruturas escolares.

Registou-se na Guarda a diminuição de alunos a conseqüente redução do quadro de docentes a rondar os cinquenta professores, contribuindo para o aumento do



desemprego pela eliminação de postos de trabalho, valores já elevado neste concelho para possuidores de habilitações superiores (Anexo VI).

A ação conjunta das três escolas da Guarda permitiu a diminuição em 50% da taxa de retenção e desistência e elevar para cerca de 200% a taxa de escolarização, pela cativação de alunos não residentes.

Trancoso possuiu a Escola Secundária Gonçalo Anes Bandarra, que para além dos alunos do concelho, acolhe alunos dos municípios limítrofes: Celorico da Beira, Sernancelhe, Penedono e Mêda. Aqui são lecionados cursos científico-humanístico em quatro áreas: Ciências e tecnologia, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes visuais e os cursos orientados para a vida ativa: cursos profissionais, tecnológicos e ensino artístico especializado.

Existe também a Escola Profissional de Trancoso, criada em 1989, com estruturas adequadas para acolher diferentes áreas de formação e oferta de cursos diversificados. Têm os cursos desta escola os seguintes objetivos:

- Proporcionar uma alargada base de conhecimentos e competências técnicas e tecnológicas que permitem o desempenho de funções de elevado rigor técnico;
- Criar hábitos de trabalho individual e de grupo, com sentido de responsabilidade, bom senso, tolerância e respeito pela diferença que permitam exercer funções de orientação e coordenação;
- Desenvolver a capacidade de análise e raciocínio que permitam adquirir um grau de autonomia pessoal e cultural humanística e técnica dignificante.

São lecionados Cursos Profissionais Nível III de Técnico de Secretariado, Técnico de Instalações Elétricas, Técnico de Turismo, Técnico de Manutenção Industrial (Mecatrónica Automóvel), Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Comunicação / Marketing, Relações Públicas e Publicidade.

Estes cursos conferem qualificações ao nível de Secretariado (técnico de secretariado, profissional qualificado apto a assegurar a organização e execução de atividades de secretariado no apoio à chefia/direção, bem como de atividades de secretariado relativas ao funcionamento geral de uma empresa ou serviço); Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV (técnico de eletrónica, áudio, vídeo, profissional qualificado apto a desempenhar tarefas de carácter técnico relacionadas com a instalação, utilização, manutenção e reparação de materiais e equipamentos eletrónicos de receção, gravação e reprodução de som e imagem, áudio, vídeo e TV, no respeito pelas normas de higiene e

segurança e pelos regulamentos específicos); Manutenção Industrial (técnico de Manutenção Industrial, está capacitado para orientar e desenvolver atividades na área da manutenção, relacionadas com análise e diagnóstico, controlo e monitorização das condições de funcionamento dos equipamentos eletromecânicos e instalações elétricas industriais. Planeia, prepara e procede a intervenções no âmbito da manutenção preventiva, sistemática ou corretiva, executa ensaios e e põe em marcha de acordo com as normas de segurança, saúde e ambiente e regulamentos específicos em vigor); Turismo (Técnico de Turismo, profissional que executa serviços de informação, animação e organização de eventos em empresas de turismo, de reservas em agências de viagens e de receção e acolhimento em unidades turísticas); Animador Sociocultural (Animador Sociocultural, profissional qualificado apto a promover o desenvolvimento sociocultural de grupos e comunidades, organizando, coordenando e/ou desenvolvendo atividades de animação de carácter cultural, educativo, social, lúdico e recreativo); Instalações Elétricas (Técnico de Instalações Elétricas, profissional qualificado que no respeito pelas normas de higiene e segurança e regulamentos específicos desempenha tarefas de carácter técnico relacionados com a execução de instalações elétricas de utilização, de baixa e média tensão, de comando, sinalização e proteção, efetuando também o diagnóstico de avarias ou deficiências e colaborando na sua reparação); Marketing (Técnico de Marketing, profissional qualificado apto a colaborar na elaboração de estudos de mercado e apoiar o estudo do comportamento do consumidor/cliente com o objetivo de ajudar a definir/redefinir segmentos de mercado, permitindo o ajustamento permanente da atividade da empresa com o mercado, e de colaborar na definição das estratégias de marketing-mix e operacionalização de políticas de gestão, centradas nas necessidades e satisfação do cliente/consumidor) e Curso Informático de Gestão (Técnico de Informática de Gestão, profissional qualificado que possui competências no âmbito da gestão das organizações, nomeadamente na construção de modelos de gestão de negócios/projetos, criando matrizes com recurso a aplicações informáticas para as micro, pequenas e médias empresas, com vista à eficácia de resultados. Está apto a apoiar a coordenação de departamentos de informática e a proceder ao desenvolvimento, instalação e utilização de aplicações informáticas em qualquer área funcional de uma organização/empresa).

O ensino profissional adquiriu em Trancoso, um grande destaque como o segundo município em número de alunos da Beira Interior Norte, com mais de 350 alunos

inscritos no ano letivo 2010/11, apenas superado pela Guarda com mais 20 alunos (Anexo XI). Há a registar uma maior apetência pelos cursos profissionais em detrimento dos cursos gerais, sendo que no período estudado (2004/05 a 2010/11) a diferença ultrapassa a centena de alunos.

O número de alunos tem-se mantido constante ao longo deste período, como caso único nesta região, o mesmo não se registando com o corpo docente reduzido em 23 professores.

A taxa de retenção e desistência de alunos tem vindo a baixar para valores considerados normais para a região, com um retrocesso negativo no último ano 2010/11, situação que se verificou em grande parte das escolas.

A taxa bruta de escolarização foi a mais alta verificada na região (194%) superando a Guarda (159,6%), expressando numericamente o poder de seduzir os alunos dos concelhos vizinhos já referidos, por os cursos aqui lecionados irem se encontrar aos projetos de toda esta população juvenil.

A implantação dos cursos profissionais em Trancoso permitiu proporcionar aos alunos mais e melhor ensino secundário e ir de encontro às necessidades locais e regionais. Os técnicos formados, constituem recursos humanos necessários e essenciais para colmatar as necessidades do tecido industrial, pequenas e médias empresas e prestação de serviços às populações.



## CONCLUSÃO

Todo o estudo desenvolvido e organizado ao longo dos quatro capítulos, teve como objetivo uma análise global ao nível do território nacional e, em particular, à sub-região da Beira Interior Norte, abrangendo aspetos demográficos, económicos, sociais e educacionais, recorrendo a recolha bibliográfica a dados e informações estatísticas bem como todo um trabalho de campo que, mais uma vez apresentam resultados para um Portugal muito heterogéneo, com o Norte a contrastar com o Sul, verificando-se também grandes mudanças quando se caminha do Litoral para o Interior.

O Litoral é a faixa do território que, desde os primórdios da nacionalidade tem atraído mais população, enquanto o interior foi objeto de repovoamento por parte de alguns monarcas, com concessão de regalias especiais aos que aceitassem aí viver, denotando a pouca apetência das populações por esses territórios raianos.

Durante todo o século XX o litoral foi o local privilegiado para a instalação das indústrias, modernizando-se, beneficiando de melhores acessibilidades: Oceano Atlântico, portos fluviais dos rios ibéricos e nacionais, caminho de ferro, melhores ligações terrestres e aeroportos, que lhes proporcionava vantagens competitivas relativamente ao restante território.

A necessidade de mão de obra para as indústrias florescentes no litoral, foi vista por parte da população do interior como uma oportunidade de melhorar as condições de vida para si e para os seus descendentes. As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e a Península de Setúbal bem como, de forma generalizada, em todo o litoral, o aumento populacional resultou desse êxodo rural.

Estas migrações internas foram motivadas pelo aumento demográfico, ausência de atividades económicas que permitisse emprego aos residentes do interior, traduzindo-se numa qualidade de vida com algumas carências. Este êxodo contribuiu para um maior empobrecimento das regiões de origem, pela saída sobretudo dos mais habilitados e população ativa mais jovem, esvaziando-os e privando-os de se tornarem competitivos.

Contribuíram também para o agravamento da situação destes territórios a emigração dos anos sessenta e setenta para a Europa. Também a mobilização dos jovens para a serviço militar face à guerra colonial, que finda a missão e depois de terem

contato com novas realidades e oportunidades não regressavam às suas origens, condicionaram o rejuvenescimento das suas populações.

As Escolas Industriais que começaram a proliferar nos finais do século XVIII, foram precursoras do ensino profissional em Portugal. Sendo pouco mais de uma dezena nos inícios do Século XX, localizavam-se sobretudo no litoral para satisfação das necessidades das indústrias.

O Estado Novo com a publicação do Decreto 37029, de 25 de novembro de 1947, estabelece o Estatuto do Ensino Técnico Industrial e Comercial. Nos anos cinquenta verifica-se um aumento acentuado da frequência deste ensino secundário, em associação estreita com a industrialização que ia acontecendo no país.

Na década de 60 começou a gerar-se uma aproximação entre o ensino técnico e o ensino liceal, por se considerar que o primeiro era destinado à classe baixa e média-baixa em oposição ao liceal, frequentado pela classe média-alta e alta. Com a publicação da 1ª Lei de bases do sistema educativo (Lei 5/73, de 25 julho), é prevista a fusão do ensino técnico com o ensino liceal que se vem a concretizar em 1975. Os Institutos Industriais e de Contabilidade são elevados à categoria de ensino superior, deixando de haver formação orientada para a qualificação profissional, a nível não superior, originada pelo desmantelamento dos mecanismos de formação profissional e extinção do ensino técnico.

A formação profissional passou a ter lugar nas próprias empresas pelo conhecimento transmitido por outros operários, deixando de haver lugar ao investimento estatal na formação de quadros intermédios qualificados.

As políticas económicas, sociais e educativas desenvolvidas durante este período, vieram a agravar e criar um fosso entre as regiões desenvolvidas, situadas no litoral, industrializadas e possuidoras de melhores estruturas físicas, económicas e recursos humanos qualificados em oposição ao interior voltado ao abandono, com uma população ativa em declínio, elevados índices de envelhecimento e ausência de investimentos e quadros qualificados, contribuindo para a classificação destas regiões, em áreas de baixa densidade.

As orientações políticas do ensino que levaram à ausência da formação científico-tecnológica, começaram a ter efeitos negativos ao nível do tecido empresarial português, tendo dificuldades em acompanhar a evolução tecnológica que caracterizava

as economias mais promissoras de outros países, levando a que os responsáveis pela tutela de educação manifestassem vontade de retomar a formação técnico-profissional.

Em 1983, o Despacho Normativo nº 194-A/83, de 21 de outubro, surge como tentativa de um novo lançamento do ensino técnico profissional destinado aos alunos que terminassem o 9º ano, tendo a duração de três anos, com linhas gerais do ensino secundário e uma formação específica técnico-profissional com estágio de aproximação à vida ativa.

A Lei de bases do sistema educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro), passou a orientar a nova política educativa, pondo fim aos cursos técnico-profissionais e profissionais via ensino regular, criando um novo ciclo de formação profissional, os cursos Tecnológicos. Em 1990 começa-se a assistir à progressiva substituição dos cursos técnico-profissionais pelos cursos tecnológicos.

São também criadas pelo Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro, as Escolas Profissionais no âmbito do ensino não superior, com a mobilização simultânea de atores sociais, públicos e privados por considerarem uma mais-valia para o país e virem a ocupar a lacuna deixada pelas escolas industriais e comerciais. As Escolas Profissionais são definidas como estabelecimentos privados de ensino, dotados da mais ampla autonomia, sujeitas à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação. Os cursos de formação têm a duração de três anos, com equivalência ao 12º ano, qualificando-os não apenas para a vida ativa mas certificando-os com um diploma de aptidão profissional de nível III (técnico intermédio) e a possibilidade de ingresso no ensino superior.

O ensino secundário passa a compreender três grandes modelos de ensino e formação: o ensino geral, o técnico e o profissional, com o ensino geral a preparar os alunos com uma cultura geral enciclopédica para ingresso na universidade, os técnicos com uma orientação teórica, científica e técnica para a entrada no ensino superior preferencialmente politécnico e o profissional para ocupar profissões qualificadas.

Com a publicação do Dec. Lei nº 74/2004, de 26 março, faz-se a extensão dos cursos profissionais às Escolas Secundárias, o que veio alterar para melhor o funcionamento das mesmas, surgindo em 2005 as Novas Oportunidades pretendendo-se melhorar a qualificação dos cidadãos portugueses.

As Novas Oportunidades propõem-se concretizar os seguintes objetivos: a) habilitar todos os jovens com o 12º ano; b) pretende-se que 50% dos jovens frequentem no

ensino secundário cursos tecnológicos ou profissionais; c) qualificar um milhão de portugueses até ao ano 2010.

Pelos dados recolhidos ao longo deste trabalho, reconhece-se o inquestionável sucesso alcançado pelos cursos profissionais considerando o aumento de procura por parte dos alunos por estes cursos. Em 2005/06 matricularam-se nos cursos profissionais 36943 alunos, representando 30,7% dos alunos do ensino secundário, em 2010/11 este número ascendia a 110462, representando 75,4%

Com os valores alcançados, pode-se considerar que os objetivos propostos começaram a ser atingidos, constatando-se um aumento de 213% nestes cursos e também um aumento de 16% nos cursos científico-humanísticos em igual período. O número de matrícula no ensino secundário em 2005/06 foi de 326182 alunos registando em 2010/11 o valor de 419746. Também a taxa de retenção e abandono escolar diminuíram, passando de 31,9% em 2004/05 para 20,5% em 2010/11. Segundo dados do Eurostat, em 2000 apenas 43,2% dos jovens portugueses (20 a 24 anos) possuíam o ensino secundário verificando-se em 2011 que essa percentagem atingia os 64,4%.

E qual o contributo do ensino profissional para desenvolvimento da Beira Interior Norte?

Pelo que foi referido, esta região com características de área de baixa densidade, debatia-se com a falta de operários qualificados, por falta de investimento nessa modalidade de ensino, não atraindo grandes investimentos por parte do tecido empresarial.

Face às novas orientações educativas e com a publicação do Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro, é criada a Escola Profissional de Trancoso.

Também a partir de 1990, os cursos tecnológicos chegam à grande maioria das Escolas Secundárias da Beira Interior Norte.

Estes cursos, aqui como no restante território, não geraram simpatia por parte dos alunos. Em 2004/05 a taxa de retenção e desistência nesta sub-região foi de 33,6%.

Os cursos profissionais que a partir deste ano letivo (2004/2005) se foram estendendo às escolas secundárias substituíram gradualmente os cursos tecnológicos sendo a Guarda uma exceção. Constatou-se que os cursos profissionais têm vindo a ganhar vantagem relativamente aos cursos científico-humanísticos.

Pela ação conjunta das Escolas Secundárias, Escola Profissional de Trancoso, Guarda e Manteigas, verificou-se no período de 2004/05 a 2010/11, um aumento do



número de alunos nos cursos profissionais e tecnológicos, tendo no mesmo período os cursos Gerais perdido 715 alunos. A taxa de retenção e desistência baixou para 18,2% e a taxa bruta de escolaridade subiu para 143,8%.

Este aumento do número de alunos nos cursos profissionais e tecnológicos, face à diminuição da população jovem, que se reflete em menos 715 alunos matriculados nos cursos científico-humanísticos, no período estudado, leva a concluir que os alunos optam por esta modalidade por nela depositarem uma esperança de um futuro melhor baseado numa formação qualificada que o mercado de trabalho irá recrutar, ficando a ganhar a região com mais e melhores recursos humanos.

Contudo, predominando no território uma baixa industrialização, assente sobretudo em micro e pequenas empresas, não será fácil a estes jovens uma entrada em pleno na vida ativa após a conclusão do curso. Esta situação é agravada com a crise social e económica que o país atravessa, a que não é alheia a Beira Interior Norte. Os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, indicam uma taxa de desemprego de 8,1% em julho de 2012, contudo são apenas contabilizados os indivíduos que perderam involuntariamente o emprego, que têm capacidade e disponibilidade para o trabalho estando inscritos para emprego no Centro de Emprego. Não são contabilizadas por este organismo as pessoas que estão à espera do 1º emprego, que dilatariam estes valores e representariam uma taxa de desemprego mais real.

Verifica-se um baixo poder de compra por parte dos habitantes, pelas modestas pensões recebidas, cerca de 3400 €/anual em 40% da população a que se juntam 4% apoiados pelo Rendimento Mínimo de Inserção Social, contudo conseguem ter alguma qualidade de vida. Vive-se melhor hoje que algumas décadas atrás. Para que haja lugar a esta qualidade de vida é necessário existir uma boa prestação de serviços, sendo necessários quadros superiores técnicos qualificados e outro pessoal com formação adequada às funções que tem que desempenhar no âmbito das empresas e organizações.

A partir do momento que as populações tiveram acesso à água canalizada, eletricidade, gás e sinal de tv e outros equipamentos e serviços considerados básicos, o que é uma realidade em quase todo o território, ficaram essas mesmas populações dependentes de técnicos credenciados que lhes permitam o acesso a esses serviços recursos e lhes prestem assistência, mantendo os equipamentos funcionais.

Para além da satisfação das necessidades básicas essenciais, o marketing cria na sociedade novas necessidades cada vez mais complexas fruto da evolução tecnológica e

que as pessoas gostam de ver satisfeitas. Envolvem estas campanhas pessoas habilitadas nestas áreas para que o sucesso seja alcançado.

A complexa estrutura económica de uma região para se manter competitiva relativamente à concorrência, tem de acompanhar a evolução tecnológica, só é possível com quadros qualificados e proporcionando-lhes uma atualização permanente, sendo atribuição das escolas essa missão, o que põe em destaque o papel das escolas na formação de quadros qualificados. Os técnicos formados na Escola Profissional de Trancoso designadamente os técnicos de eletrónica, manutenção industrial, instalações elétricas e técnico de Informática e gestão, são parte do capital humano que as empresas dispõem e podem recrutar quando o desejarem.

O valor Acrescentado Bruto produzido pelas empresas na Beira Interior Norte é pouco significativo, tornando-se necessário o investimento noutras áreas, menos exploradas contando com o contributo dos recursos humanos existentes.

Possui esta região uma boa posição estratégica sendo dotada de boas acessibilidades inter-regionais e ligação com a Europa pelo seu atravessamento pelos principais corredores rodoviários e ferroviários, que a retiraram do isolamento e interioridade, pelo encurtamento das distâncias relativamente às outras regiões do país e ao estrangeiro.

Há recursos endógenos que podem promover a região como sejam:

- A valorização de todo o seu património natural, histórico e arquitetónico;
- O turismo da Serra da Estrela e os desportos de Inverno, o vale do Côa e as gravuras rupestres bem como o parque Natural do Douro internacional, como limites norte desta região;
- As aldeias históricas de Castelo Rodrigo e Castelo Mendo, a rede de pelourinhos, castelos e fortificações como Almeida, Pinhel, Trancoso entre outros;
- Os produtos locais, nomeadamente os lacticínios com o seu ex-líbris o Queijo da Serra, assim como os enchidos dos vários concelhos com as suas variedades, de sabores únicos;
- Os vinhos, azeite e frutos secos, constituem outros recursos a valorizar.

A valorização de todos estes recursos passa pelo maior investimento nos projetos já existentes e pela criação de novos, por terem características próprias Nesta área de atuação dispõe a região de Técnicos de Marketing com capacidade de promover a região pela redefinição de segmentos de mercado colaborando na definição de

estratégias de marketing. A promoção de eventos ao recorrer aos Técnicos de Turismo, permite acolher novos públicos, havendo lugar para o Animador Sociocultural ao desenvolver atividades de animação cultural, lúdicas e recreativas, proporcionando momentos de lazer, convívio e cultura aos visitantes.

Uma hotelaria de qualidade é determinante para uma região que veja no turismo uma fonte de receita. Também nesta região para além do investimento em infraestruturas, a qualificação de profissionais é fundamental e as Escolas Profissionais têm tido a capacidade de formar Técnicos de Hotelaria, Restauração, Rececionistas e Atendimento para que haja lugar a um bom desempenho no acolhimento e prestação de serviços de restauração a quem se desloca a esta região por motivos de lazer ou outros.

Como conclusão pode afirmar-se que a Beira Interior Norte tem património que pode alavancar a sua economia, tem escolas creditadas que formam pessoal qualificado para suprir as necessidades do tecido empresarial. A formação profissional é um fator de primordial importância que permite qualificar os indivíduos face às novas tecnologias, à modernização das empresas, sendo de reconhecer grande mérito à missão desempenhada pelas escolas na formação profissional. A existência de recursos humanos qualificados representa o contributo das escolas profissionais para o desenvolvimento da Beira Interior Norte.



## Bibliografia

- Aghion, P. e Howitt, P. (2005), “Appropriate Growth Policy: A Unifying Framework”, Paper presented at the 20th Annual Congress of the European Economic Association.
- Alberto, D.; Ferreira, J. (2010), “Desenvolvimento e competitividade regionais: aplicação do Modelo da Tripla Hélice à NUT III Beira Interior Sul”, Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Funchal, 8 de julho (<http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/797/1/APDRtriplahelice.pdf>).
- Aldcroft, D. H. (1990), *The European economy 1914-90*, Routledge, Nova Iorque, pp. 197-248.
- Alvin, T. (1990), *knowledge. Wealth and violence at the edge of the 21st century*, Loess Bantam Books, Nova Iorque.
- Amin A.; Cohendet P (2004), *Architectures of knowledge. Firms, capabilities, and communities*, Oxford University Press, Oxford.
- Amin, A. e Thrift, N. (1995), “Institutional issues for the European regions: from markets and plans to socioeconomics and powers of association”, *Economy and Society*, 24(1): 41-66.
- Amit R.; Schoemaker, J. (1993), “Strategic assets and organizational rent”, *Strategic Management Journal*, 14 (January): 33-46.
- Amsden, A. (1989), *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*, Oxford University New York/Oxford.
- Ascher, F. (2004), *Les nouveaux principes de l'urbanisme*, Éditions de l'Aube Paris.
- Asheim, B.; Boschma R.; Cooke Ph. (2007), “Constructing regional advantage: platform policies based on related variety and differentiated knowledge bases”, *Papers in Evolutionary Economic Geography*, 07.09, University of Utrech, Utrech, pp34.
- Asheim, B.; Coenen L.; Vang J. (2007), “Face-to-face, buzz, and knowledge bases: sociospatial implications for learning, innovation, and innovation policy”, *Environmental and Planning C: Government and Policy*, (25): 655-670.
- Asheim, B.; Gertler M. (2005), “The geography of innovation: regional innovation systems”, In Fagerberg, J.; Mowery D.; Nelson R. (eds) *The Oxford Handbook of Innovation*, Oxford University Press, Oxford, pp. 291–317.
- Axelrod R.; Ford G.; Riolo R.; Cohen M. (2002), “Beyond geography: cooperation with persistent links in the absence of clustered neighborhoods”, *Personality and Social Psychology Review*, 6(4): 341-346.
- Azariadis, C. e Drazen, A. (1990) Threshold Externalities in Economic Development, *Quarterly Journal of Economics*, 105 (2): 501-526.
- Azevedo, J. (2000 b) *O Ensino Secundário na Europa*, Editorial Asa, Porto.
- Bastos, Fernando (2000) “Ensino Tecnológico Marcado por Negats”, *Jornal de Notícias*, 06 de outubro, pp. 13.
- Azevedo, J. (1991), “Ensino Técnico-profissional: papel do estado e sociedade civil”, *Novos Rumos para o Ensino Tecnológico e Profissional*, Atas da Conferência Nacional, Ministério da Educação - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional, 20 a 23 de Fevereiro, Porto.
- Barney, J. B. (1986), “Strategic factor markets: Expectations, luck and business strategy.” *Management Science* (October) 32(10): 1231-1241.

- Barney, J. B. (1991), “Firm resources and sustained competitive advantage.” *Journal of Management*, (March), 17(10): 99-120.
- Bathelt, H.; Malmberg, A. Maskell, P. (2004), *Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation*, *Progress in Human Geography*, 28: 31-56.
- Bathelt, H. (2000), “Räumliche Produktions und Marktbeziehungen zwischen Globalisierung und Regionalisierung. Konzeptioneller Überblick und ausgewählte Beispiele” [Spatial production and market relations between globalisation and regionalisation. Survey and examples], *Berichte zur deutschen Landeskunde* (74):97-124.
- Batista, F. (2006), “O Rural depois da Agricultura”, in Fonseca, M. L. (coord.) *Desenvolvimento e Território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e os Novos Lugares de Turismo e Lazer*, CEG, Lisboa.
- Becker, Gary (1964) “H ( 1990), *The Economie of education*, Oxford, Pergamom Press 3ª Edição.
- Bell, D. (1973), *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*, Basic Books, New York.
- Borges, M. (1995), “A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento”, *Ciência da Informação*, 24(2): 181-188.
- Boschma, R. (2005), “Proximity and innovation: a critical assessment”, *Regional Studies*, 1(39): 61-74.
- Buck *et al.* (2002), *Working Capital: Life and Labour in Contemporary London*. London: Routledge.
- Bueno, C. (1998), “El capital intangible como clave estratégica en la competencia actual”, *Boletín de estudios económicos*, ISSN 0006-6249, Vol. 53, Nº 164, Madrid.
- Cabrito, B. (1994), *Formação em Alternância: Conceitos e Práticas*, Editora EDUCA, Lisboa.
- Call, Dávila et al. (2008), Inovação no contexto da sociedade do conhecimento, *Revista Textos de la CiberSociedad*, 8. Temática Variada. (<http://www.cibersociedad.net>).
- Camagni, R. (Eds.) (1991), *Innovation networks. Spatial perspectives*, Belhaven Press, London.
- Castells, M. (1996) *The information age: Economy, society and culture*, Malden, Blackwell Publishers.
- Castells, M. (1999), *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, (A era da informação: economia, sociedade e cultura; vol. 1).
- Chaparro, F. (2001), *Conocimiento, aprendizaje y capital social como motor de desarrollo*, *Ciência da informação*, Brasília, 30 (1): 19-31.  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652001000100004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000100004&lng=es&nrm=iso). Consultado em 01ago2012.
- Choo, C. (2003), *A organização do conhecimento*, São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- Coe, D.T.; Helpman, E. e Hoffmeister, A.W. (1997, “North–South R&D spillovers”, *Economic Journal* (107): 134–149.
- Coenen, L.; Moodysson, J. (2009), *Putting constructed regional advantage into Swedish practice*, *European Planning Studies*, 17 (4): 587-604.
- Cohen , W.; Nelson R.; Walsh, J. ( 2002), *Links and impacts: the influence of public R&D on industrial research*, *Management Science*, 48 (1): 1-23.

- Cooke, P. (2002), *Knowledge Economies: Clusters, Learning and Cooperative Advantage*, Routledge, London.
- Cooke, P. (2005), *Regionally asymmetric knowledge capabilities and open innovation: Exploring “Globalisation” – A new model of industry organization*, *Research Policy*, 34 (8): 1128-1149.
- Covas, A. (2003), *Avaliação do Impacto dos Investimentos Públicos – Região do Algarve*, Universidade do Algarve, Faro.
- Covas, A. (2007), *Ruralidades I: Temas e Problemas do Mundo Rural*, Universidade do Algarve, Faro.
- Crevoisier, O.; Vale M. (2008), *Does geographical proximity still matter in a global knowledge economy?* In *Agorada 2008, Wake up your Regional Knowledge Assets*, Bruxelles.
- Cunha, M. P.; Gomes, J.F.S. e Cunha, R.C. (1999), *Recursos Humanos e Vantagem Competitiva: A Perspectiva da Organização Baseada nos Recursos*, *Revista Portuguesa de Gestão*, (1): 57-66.
- D'Amaral, M. (2003), “Sociedade do conhecimento”: um labirinto e uma saída. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, (152): 33-42.
- DELORS, Jacques (Coord.), ( , 200), *Educação: um tesouro a descobrir” Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO.
- Dowling, M. (1999), “Social exclusion, inequality and social work”, *Social Policy and Administration* 33(3): 245–261.
- Doz Y L.; Santos J.; Williamson P. (2001), *From global to metanational: how companies win in the knowledge economy*, Harvard Business School Press, Boston.
- Drucker, P. (1969), *The Age of Discontinuity*, Harper & Row, New York.
- Drucker, P. (1993), *Sociedade pós-capitalista*, 2ª edição, Pioneira, São Paulo.
- Drucker, P. (1994), *Sociedade pós-capitalista*, 3ª edição, Pioneira, São Paulo.
- Edvinson L.; Malone, M. (1998), *Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua identificação de seus valores internos*, Makron Books, São Paulo.
- Ernst, D.; Lundvall, B.A.(1997), “Information technology in The Learning Economy – Challenges for Developing Countries”, Danish Research Unit for Industrial Dynamics, DRUID Working Paper N°12.
- Esping, A. G. (1999), *Social Foundations of Postindustrial Economies*, Oxford University Press, Oxford.
- Etzkowitz e Leydesdorff (2000) *The Dynamics of Innovation: From National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of University-Industry-Government Relations*. *Research Policy*, 29(2): 109-12.
- Etzkowitz (2009), “Seminário Tripla Hélice na América Latina: Conhecimento para a Inovação”, 11 a 13 de novembro de 2009, PUCRS, Porto Alegre, Brasil. ([http://www.pucrs.br/ett/helice\\_triplice\\_na\\_al\\_publica\\_site.pdf](http://www.pucrs.br/ett/helice_triplice_na_al_publica_site.pdf)).
- Etzkowitz, (2003), *Innovation in innovation: the triple helix of university-industry government relations*, *Social Science Information*, 42 (3): 293-337.
- Fernandes, R. e Fernandes, R. (2006) “As Cidades e os Territórios do Desenvolvimento”, APDR, Atas do V Colóquio da APDR, Viseu.

- Ferrão, J. (2000), “Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, *Sociologia, Problemas e Práticas* n.º 33, CIES-ISCTE, Lisboa, pp.45-54.
- Ferrão J. (2002), “Portugal, três geografias em recombinação” Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais Lusotopie, Lisboa.
- Fischer, S. (2003),”Globalization and its challenges”, *American Economic Review* 93(2): 1–30.
- Florida, R. (2002), *The Rise of the Creative Class – and How it’s Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*, Basic Books, New York.
- Foss, N. (2005), *Strategic Organization: A Field in Search of Microfoundations*, Goizueta Business School Emory University,1300 Clifton Road - Atlanta, GA 30322, 2200, Denmark, Copenhagen N.
- Franco A. ( 2004),“Capital social e desenvolvimento local” en Patricio Vergara (Coordendor): “Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para gestão local e regional”, EdiUECE, Brasil Fortaleza.  
<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania%20social%20e%20de%20desenvolvimento%20local.pdf>
- Franco J. (2007) *A formação Profissional e o Desenvolvimento Económico Regional*, Câmara Municipal de Chaves, Chaves.
- Freitas, J. (1991), “Confronto de filosofias de ensino e de formação tecnológica e profissional. Alguma história.”, in *Actas da Conferência Nacional, Novos Rumos para o Ensino Tecnológico e Profissional*, Ministério da Educação - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional, 20 a 23 de Fevereiro, Porto, pp. 546-658.
- Fuks, S. (2003),“A Sociedade do Conhecimento”, *Revista Tempo Brasileiro*, (152):75-101, Rio de Janeiro..
- Fuller, S. (2001), “KNOWLEDGE R.I.P.? Resurrecting knowledge requires rediscovering the university”, *Tamara: Journal of Critical Postmodern Organization ,Science*,vol.1, iss 1, pag 60-67, <http://crow.kozminski.edu.pl/journal/index.php/tamara/article/view/18/14>, consultado em 01ago2012.
- Gaffard, J. L. (1992),” Le Monde diplomatique”, dir. de publ. RAMONET, Ignacio: Red. Chef Paunet, Micheline, September 1992 n° 462, Paris
- Gary A. Knight e S. Tamar Cavusgil (1994), “Innovation, Organizational Capabilities, and the Born-Global” , *Journal of International Business Studies*, 35 (2): 124-141, Published by: *Palgrave Macmillan Journals Stable*, (<http://www.jstor.org/stable/3875247>).
- Gertler, M. (2003), “Tacit knowledge and the economic geography of context, or the undefinable tacitness of being (there)”, *Journal of Economic Geography*, (3):75-99.
- Gertler, M. (1995), “Being there”: Proximity, organization, and culture in the development of advanced manufacturing technologies? *Economic Geography*, (71): 1- 26.
- Gibbs, D. (2000), “Ecological modernisation, regional economic development and regional development agencies”, *Geoforum* 31(1): 9-19.
- Gizard, B.e Bernard, M. (1986), *Développement Regional et la Formation Professionnelle – analyse et animation de la relation développement - formation professionnelle, acquis et perspectives*,CEDEFOP, Berlim.
- Glaeser, E. L. (2003), “The new economics of Urban and Regional Growth”, (Eds.), *The Oxford handbook of economic geography*, Oxford University Press, Oxford.
- Goktepe, D. (2003), “The triple helix as a model to analyze isareli magnet program and lessons for late developing countries like Turkey”, *Scientometrics*, 58(2): 219-239.



- Gómez, M. N. (2002), “Novos cenários políticos para a informação”, *Ciência da Informação*, 31(1): 27-40 ([http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf.](http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf)), Acesso em 21 set. 2012.
- Gómez, M. N. (1995), *A informação: dos estoques às redes*, *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p.77-83, jan./abr, 1995.  
(<http://dici.ibict.br/archive/00000142>). Acesso em: 20-Ago-2012.
- Goodfriend, M.; McDermott, J. (1995), "Early Development," *American Economic Review*, American Economic Association, vol. 85(1), pages 116-33, March.
- Grácio, S. (1986), *Política Educativa como tecnologia social, As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Grant, M. (1991), “The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation”, *Management Review*, California, 33 (3): 114-135.
- Hall, P. e Soskice, D. (eds.) (2001), *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, Oxford University Press, Oxford.
- Hamnett, C. (2003), *Unequal City: London in the Global Arena*, Routledge London.
- Haraldsen, T. (1994), Teknologi, økonomi og rom - en teoretisk analyse av relasjoner mellom industrielle og territoriale endringsprosesser. Doctoral dissertation. Department of social and economic geography, Lund University. Lund University Press, Lund.
- Hebrad, P. (1997), “Le processus de formation et la responsabilité de l'apprentissage”, Université P. Valéry, Montpellier, pág. 3 – 1ª Conferência de Formação de Formadores: ISPA.
- Henderson, J.; Dicken, P.; Hess, M; Coe, N.; Yeung, H. W. C. (2002), “Global production networks and the analysis of economic development”, *Review of International Political Economy*, 9: 436-464.
- Henson, S. J.; Loader, R.J. (2001) “Barriers to agricultural exports from developing countries: the role of sanitary and phytosanitary requirements”, *World Development*, 29 (1):85-102.  
(<http://elmu.umm.ac.id/file.php/1/jurnal/UVW/World%20Development/Vol29.Issue1.2001/1091.pdf>)
- Hines, C. (2000), *Localization: A Global Manifesto*, Earthscan, London.
- Hirst, P e Thompson, G. (1999), *Globalization in Question* (2ª edição), Polity Press, Cambridge,  
([http://www.redetec.org.br/publique/media/LivroEra%20do%20conhecimentocap5.pdf.](http://www.redetec.org.br/publique/media/LivroEra%20do%20conhecimentocap5.pdf))  
Acedido a 10set2012.
- Jacobs, J. (1969), *The Economy of Cities*, Random House, New York.
- Jaffe, A. B.; Trajtenberg, M.; Henderson, R. (1993), “Geographic localisation of knowledge spillovers as evidenced by patent citations”, *Quarterly Journal of Economics*, 108: 577-598.
- Jessop, B. (2002), *The Future of the Capitalist State*, Polity, Cambridge.
- Joaquim E. (2003), *Comunicação e Educação*, Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Kanter, M. (1995), *World class: thriving locally in the global economy*, Simon & Schuster, New York.
- Karl, Max (1867), *O Capital* 1ª Edição: 1867. 1ª Edição em Português: Fonte da Presente Transcrição: Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974, tradução de J. Teixeira Martins e Vital Moreira, transcrição de Alexandre Linares.
- Kenneth , G. (1969), *The Affluent Society*, Fortieth Anniversary Edition, Houghton Mifflin Company, New York, 1998.

- Kenneth J. Arrow (1994) “Methodological Individualism and Social Knowledge” *The American Economic Review* (May, 1994), pp. 1-9 Published by: American Economic Association.
- Klevorick, A. *et al.* (1995), On the sources and significance of interindustry differences in technological opportunities, *Research Policy* 24, 185-205.  
(<http://www2.druid.dk/conferences/viewpaper.php?id=1533&cf=9>).
- Komninos, N. (2002), *Intelligent cities: innovation, knowledge systems and digital spaces*. Spon Press, Londres.
- Krugman, P. (1991), *Geography and trade*. Mass: MIT Press, Cambridge.
- Lehmer, F.; Möller, J. (2008), “Group-Specific Effects of Inter-regional Mobility on Earnings - A Microdata Analysis for Germany”, *Regional Studies*, 42, pp. 657–673.
- Lemos, C. (1999), *Inovação na era do conhecimento*, In: LASTRES, Helena M. M; ALBAGLI, Sarita. (Org.). Informação e globalização na era do conhecimento, Rio de Janeiro: Campus, 1999. P.122-144.
- Lesne, M.(1982), *Education et alternance*, Ouvrage collectif, Edilig, Paris.
- Lesne, M.(1984), *Trabalho pedagógico e formação de adultos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Lévy, P. (2000), *A revolução contemporânea em matéria de comunicação*, In: Martins, F. M.; Silva, J. M. da (Org.), Para navegar no século XXI, Sulina, 20. Porto Alegre.
- Leydesdorff, L. (2005), *The triple helix model and the study of knowledge based innovation systems*, *International Journal of Contemporary Sociology*, 12 (1): 1-16.
- Leydesdorff, L.; Meyer, M. (2003), *The triple helix of university-industry-government relations*, *Scientometrics*, 58 (2): 191-203.
- Lima, L. (1998), *A Reorganização e a Administração da Educação de Adultos nos Trabalhos da Reforma Educativa*, Universidade do Minho, Centro de Estudos Educacionais e Desenvolvimento Comunitário, Revista Portuguesa de Educação, 1998.
- Lucas, R. (1988), “On the mechanics of Economic Development”, *Journal of Monetary Economics*, 22(1), 3-42.
- Lundvall, B. A. (ed.) (1992), *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*, Pinter, London.
- Lundvall, B. A. (1994), “The learning economy”, *Journal of Industry Studies*, 1 (2): 23-42.
- Lundvall, B.A. (2005) “National innovation systems – analytical concept and development tool”, Conference Dynamics of Industry and Innovation: Organizations, Networks and Systems, 27-29 June, Copenhagen.
- Lundvall, B.A.e Borrás, S. (1998), *The Globalising Learning Economy: Implications for Innovation Policy*, European Communities, Luxembourg.
- Lundvall, B.A. (1994), *The learning Economy: Challenges to Economic Theory and Policy*, Volume 9514 de Working papers, Universidade de Louis Pasteur, Estrasburgo.
- Lundvall, B.A. (1996), “The Social Dimension of The Learning Economy”, Danish Research Unit for Industrial Dynamics, DRUID Working Paper Nº 1.
- Maillat, D. (1995), *Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy*, *Entrepreneurship & Regional Development*, 7 (2): 157-165.

- Malmberg, A.; Maskell, P. (2002), “The elusive concept of localization economies: towards a knowledge-based theory of spatial clustering”, *Environment and Planning A*, (34): 429–449.
- Markusen, A. (1996), “Sticky Places in Slippery Space: A Typology of Industrial Districts”, *Economic Geography*, (3): 293-313.
- Marques O. (1978) *História da 1. Republica Portuguesa, As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, pp.192.
- Marques, H., Silva, A. (2009): “Desenvolvimento Rural: Novos Desafios e novas Oportunidades”, VII Congresso da Geografia Portuguesa, Coimbra.
- Marques, J.; Caraça, J.; Diz, H. (2005), “Business incubators and their University links: a survey of the portuguese reality”, 5th Triple Helix Conference, Turin.
- Marshall, A.(1920), *Industry and trade*, Macmillan, London,
- Martins, N. (coord) (2007), Projeto “Cidades Inteligentes” Orientação de Políticas de Revitalização Urbana para a competitividade e Sustentabilidade das cidades, DPR, Lisboa.
- Maskell, P. e Malmberg, A. (1999), “The competitiveness of firms and regions: the «ubiquitification» and the importance of localised knowledge”, *European Urban and Regional Studies*, 6 (1), 9-25.
- Mattelart, A. (2005), Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. In: Encontro Latino de Economia política da Informação, Comunicação e Cultura 5, Salvador, 2005. pp. 1-22. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/>, Acesso em: 01ago 2012.
- Mattelat, A. (1997), História das teorias da comunicação, Loyola, São Paulo,
- Max, W. (1946), *Essays in Sociology* (orgs.H.H. Gerth Ch. Wright Mills), Oxford University Press, Nova York.
- Meyer, M.; Siniläinen, T.; Utech, J. (2003), “Towards hybrid triple helix indicators: a study of university related patents and a survey of academic Inventors”, *Scientometrics*, 58 (2): 321-350.
- Michael H.; Champy, J. (1994), *Reengenharia*. Campus, Rio de Janeiro.
- Michael H.; Champy, J. (1996), *Reengenharia: revolucionando a empresa*, Campus, Rio de Janeiro.
- Mincer, J. (1989), “Human Capital and the Labour Market” a review of current research in education Reserch.
- Miranda, R. (1999), *O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas*. Ciência da Informação, 28 (3): 286-292, Pdf.
- Moller, J.; Haas, A. (2003), *The Agglomeration Differential Reconsidered: an Investigation with German Micro Data 1984-1997*, in Broecker, J., D. Dohse, R.Soltwedel (eds.), *Innovation Clusters and Interregional Competition*, Springer, Berlin.
- Moodysson, J.; Coenen, L.; Asheim, B. (2008), “Explaining spatial patterns of innovation: analytical and synthetic modes of knowledge creation in the Medicon Valley life-science cluster.” *Environment and Planning A*, (40): 1040-1056.
- Morales M.;Navarro L. (2001), “Human Capital and Knowledge”, Creation in the Territorial Agglomeration of Firms, Contribution at Human Resources Workshop, Sevilla.

- Moretti, E. (2004) “Human capital externalities in cities”, in: Henderson, J. V.; Thisse, J.- F. (Eds.): *Handbook of Regional and Urban Economics, Cities and Geography*, Elsevier, Amsterdam, pp. 2243–2291.
- Morgan, K. (2004), “The exaggerated death of geography: learning, proximity and territorial innovation systems”, *Journal of Economic Geography*, (4): 3-21.
- Murphy, J. (2000), “Ecological modernisation”, *Geoforum* 31(1): 1–8.
- Nakano, Y. (1994), Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial. *Revista de Economia Política*, 14 (4): 7-30.
- Narin, F. et al. (1997), “The increasing linkage between U.S. technology and public science”, *Research Policy*, May, 26(3):317-330,
- Nonaka I. e Takeuchi, H. (1997), *Criação de Conhecimento na Empresa*, Campus, Rio de Janeiro.
- Nonaka, I. e Toyama, R., (2005), *Knowledge creation as a synthesizing process*, Hitsubashi on knowledge management, Singapore: John Wiley e Sons.
- Nunez, V. (1990), *Modelos de educación social en la época contemporánea*, PPU, Barcelona.
- Oates, T. (1990), *Signposts, guides and performance indicators: a handbook for providers of vocational education and training, Part 2*, Highroad Training and Consultancy, ed.1991. Nottingham
- Owen, S. J. e Powell, W. W. (2004), “Knowledge networks as channels and conduits: the effects of spillovers in the Boston biotechnology community”, *Organization Science*, 15 (1): 5-21.
- Park, H.; Hong, H.; Leydesdorff (2003), *A comparison of the knowledge based innovation systems in the economics of South Korea and the Netherlands using triple helix indicators*, *Scientometrics*, 58 (2): 3-27.
- Paulo, V. (2004), *Esperança e excesso*. In: Parente, André (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação*, Sulina, Porto Alegre, pp. 189-208.
- Peck, J. (1999), “Neoliberalizing states: thin policies/hard outcomes”, *Progress in Human Geography* 25(3): 445–455.
- Pedroso, P. (1998), *Formação e Desenvolvimento Rural*, Celta Editora, Oeiras.
- Perrenoud, P. (2001), *Porquê Construir Competências a Partir da Escola?*, Asa, Porto.
- Perroux, F. (1970), “Note on the Concept of Growth Poles”, In McKee, D. et al. (eds.), *Regional Economics: Theory and Practice*, The Free Press, New York, pp. 93-103.
- Pike, A. (2006), “Shareholder value” versus the regions: the close of the Vaux Brewery in Sunderland’, *Journal of Economic Geography* (6): 201–222.
- Pike, A. (2007), Editorial: whither regional studies?. *Regional Studies*, 41(9): 1143-1148.
- Porter, M. (1989), *A Vantagem Competitiva das Nações*, 7. ed., Editora Campus, pp, 897, Rio de Janeiro.
- Porter, M. (1990), *The Competitive Advantage of Nations*, Macmillan, London.
- Porter, M. (1992). *Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*, 7ª ed., Campus, pp, 512, Rio de Janeiro.
- Porter, M. (1998), “Clusters and the new economics of competition”. *Harvard Business Review*, November-December, pp, 77-90.

- Porter, M. (2000), *Locations, Clusters and Company Strategy*. In Clark G., Feldman M. and Gertler M. (eds.) *The Oxford Handbook of Economic Geography*, Oxford University Press, Oxford, pp. 253-274.
- Porter, M. e Stern, S. (2001) “Innovation: location matters”, *MIT Sloan Management Review*, 42 (4): 28-36.
- Priego, J. (2003), A vector space model as a methodological approach to the triple hélix dimensionality: a comparative study of biology and biomedicine centres of two european national research councils from a webometric point of view, *Scientometrics*, 58(2): 429-443.
- Psacharopoulos, G e M Wooddalls, (1985), “Education and development . An Analisis of investment choises”, Oxford University Press, Nova Yorque.
- Quinn, D.P.; Woolley, J.T. (2001), “Democracy and national economic performance: the preference for stability”, *American Journal of Political Science* (45): 634–657Rodrik.
- Ramey, G.; Ramey, V.A. (1995), “Cross-country evidence on the link between volatility and growth”, *American Economic Review* (85): 1138–1151.
- Ramos, L. *et al*, (2007) *Espaços Rurais Novos Paradigmas, Os Espaços Rurais da, CCDRNorte*.
- Ranga, L.; Miedema, J.; Jorna, R. (2008), *Enhancing the innovative capacity of small firms through triple helix interactions: challenges and opportunities*, *Technology Analysis & Strategic Management*, 20(6): 697-716.
- Rao, S. (2005), “Triple helix model and ICTs innovations of CSOs in India rural development”, Conference *The Capitalization of Knowledge: Cognitve, Economic, Social and Cultural Aspects*, Turin.
- Ribeiro, N.; Travassos, A. (1998), “Formação Profissional de Jovens em Alternância”, in *Revista Formar*, n.º 26, Janeiro/Março, IIEFP, Lisboa, pp. 31-42.
- Ribeiro, Orlando (1945) “Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico” Lisboa.
- Robin, M. e Uta, W.(1998), *Knowledge Societies: Information Technology for Sustainable Development*, Oxford University, Oxford.
- Romeiro, P. (2010), “ XII Sociedade do Conhecimento, Cidades, Políticas” Colóquio Ibérico de Geografia, Universidade do Porto, 6 a 9 de Outubro, Porto.Visto em 02ago2012 (<http://web.lettras.up.pt/xiicig/resumos/176.pdf>).
- Romer, P. (1986), Increasing Returns and Long-Run Growth. *Journal of Political Economy*, 94(5): 1002-1037.
- Rosa, M. N. (1996), *O Ensino Técnico: 1980/1990*, Dissertação de Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Actividade Económica, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, pp,162.
- Sachs, J.D.; Warner, A. (1995) “Economic reform and the process of global integration”, *Brookings Papers on Economic Activity* (1): 1–95.
- Sachs, J.D.; Warner, A. (1997), “Fundamental sources of long-run growth”, *American Economic Review* (87): 184–188.
- Santos H. (2009) *Em busca do território perdido: conhecimento, aprendizagem e inovação*, Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia FLUP, Porto.
- Santos J.; Ribeiro, J. (2005) *Desenvolvimento Endógeno e Política regional*, pdf. APDR
- Santos, F. *et al*. (2002), *Plano Estratégico para as áreas de baixa densidade do Algarve*, Volume I, II, III e IV, CCDR Algarve, Faro.

- Santos, J. (1997), *Localização da empresa estrangeira em Portugal (1990/1994): uma abordagem relacional*, Universidade do Minho, Braga.
- Sassen, S. (1991), “The global city”, Princeton, *University Press*, New York, London, Tokyo.
- Schamp, E. W. (1996), “Der Aufstieg von Frankfurt/Rhein-Main zur europäischen Metropolregion” [The rise of Frankfurt/Rhine-Main towards a metropolitan region], *Geographica Helvetica*, (56): 169-178.
- Schneider, F.; Enste, D.H. (2000), “Shadow economies: size, causes, and consequences”, *Journal of Economic Literature* (38): 77–114.
- Schultz, T. (1963), “The Economic Value Of Education”, *Columbia University Press*, Nova Iorque.
- Scott, A. J. (2001), *Global city-regions: trends, theory, policy*, Oxford University Press, Storper Oxford.
- Scott, A. J. (2007), “The resurgent city: Economy, society, and urbanization in a interconnected world”, in OCDE, What Policies for Globalising Cities? *Rethinking the Urban Policy Agenda*, OECD, Club de Madrid 29-30 Março, Madrid, pp, 190-207.
- Serrano, A.; Fialho, C. (2005), *Gestão do Conhecimento, O novo paradigma das organizações*, FCA- Editora de informática Lda, Lisboa.
- Silva, S. (2008), “Capital Humano e Social: Construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios” Tese de Mestrado em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Silva, A. e Chamusca, P. (2010), “Reflexões sobre planeamento, governação e desenvolvimento sustentável em territórios de baixa densidade”. *Revista ADVB*, Cinfães.pdf (<http://www.cegot.pt>) Acedido em 15ago2012.
- Smith, A. (2006) *A Riqueza das Nações*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (4ª ed.).
- Stehr, N. (1994), *Knowledge Societies*, Sage, Londres,
- Sternberg, R. (2007), Entrepreneurship, Proximity and Regional Innovation Systems, *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, The Royal Dutch Geographical Society, Oxford, 98 (5): 652-666.
- Stiglitz, J. (2002), *Globalization and its Discontents*, Norton, New York,
- Stöhr, W. (1981), “Development from below: the bottom-up and peripheryinward development paradigm”, (Ed.), John Wiley, Chichester.
- Storper, M. e Scott, A. J. (1995), The wealth of regions, *Elsevier, Futures*, 27 (5): 505-526.
- Storper, M. (1997), *The regional world, Territorial development in a global economy*, Guilford Press, New York.
- Storper, M.; Venables, A. (2002), “Buzz: face-to-face contact and the urban economy”, *Journal of Economic Geography*, (4): 351-370.
- Storper, M. (1997), “Regional economies as relational assets”, in: R. Lee; J. Wills, (Eds.), *Geographies of Economies*, Arnold, London pp. 248-258.
- Takeuchi, H. e Nonaka, I. (2008), “Criação e dialéctica do conhecimento”, *Gestão do Conhecimento*, 17-38, Artmed Editora S.A., Porto Alegre.
- Taylor, P.J. e Walker, D.R.F. (2001), “World cities: a first multivariate analysis of their servisse complexes”, *Urban Studies*, 38 (1): 23–47.

- Tanguy, L.(1991 e1998), *La formation, une activité sociale en voie de définition* , in Michel de Coster, François Pichault, *Traité de sociologie du travail*, Editions de Boock Université, Paris, Bruxelles, 2ª edição.
- Teodoro, A. (1994), *Política Educativa em Portugal Educação, Desenvolvimento e Participação Política dos Professores*, Bertrand Editora, Lisboa pp. 347.
- Thirlwall, T. (1995), *The Economics of Growth and Development: Selected Essays of A.P. Thirlwall Vol 1* (Edward Elgar, 1995). ISBN 1-85898-207-3.
- Timo, M. (1990), *Economic Crises and Restructuring in History. Experiences of Small Countries*, Scripta Mercaturae Verlag 1998, Ed. by Timo Myllyntaus, St. Katharinen/Germany.
- Torre, A.; Rallet, A. (2005), “Proximity and localization”. *Regional Studies*, Taylor and Francis Journals, 39 (1): 47-59.
- Val, M.; Caldeira, J. (2007), Proximity and knowledge governance in localized production systems: the footwear industry the North region of Portugal, *European Planning studies*, (15):531-548.
- Vale, M. (2007), *Globalização e competitividade das cidades, Uma crítica teórica na perspetiva da política urban*, In AA. VV. (ed.) Geophilia. Uma Geografia dos Sentidos, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Vale, M. (2009), *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16-2009, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa Finisterra, XLIV. 88,2009, pp.9-22 pdf.
- Valente, M. (2009), “*Uma Estratégia para a Valorização dos Recursos Silvestres das Regiões Mediterrâneas de Baixa Densidade*”, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Vazquez, Barquero A.(1999), *Desarrollo, Redes e Innovación, Lecciones sobre desarrollo endógeno*, Ediciones Pirámide, Madrid, España.
- Vazquez, Barquero A. (2004), *Desarrollo endógeno: Interacción de las fuerzas que gobiernan los procesos de crecimiento económico*” en Vergara y von Baer; (Ed.): “En la frontera del desarrollo endógeno”, Ediciones Universidad de La Frontera, marzo, Temuco, Chile.
- Vazquez Barquero A. (1998), *Desarrollo local y dinámica regional*”, *Economía y política regional en España ante la Europa del s. XXI*, MELLA, J. M. (Coord.), Akal, Madrid.
- Wade, R. (2004), “Is globalization reducing poverty and inequality?”, *World Development*, 32 (4): 567–589.
- Williamson, J.G. (1997), “Globalization and inequality, past and present”, *World Bank Research Observer*, (12): 117–135.
- Wright, McMahan; McWilliams, (1994), “Human Resources and Sustained Competitive Advantage: A Resource-based Perspective”, *International Journal of Human Resource Management*, (5): 301-326.

## ESTUDOS E ESTATÍSTICAS

- Carta Educativa de Manteigas.pdf, (<http://www.cm-manteigas.pt/municipio>).
- Carta Educativa de Trancoso.pdf, (<http://www.cm-Trancoso.pt/municipio>)
- Carta Educativa - Município da Guarda*, Relatório Carta Educativa da Guarda Secção de Textos da FLUC, Coimbra, 2008, Pdf, ([www.mun-guarda.pt](http://www.mun-guarda.pt) › Áreas Temáticas › Educação).
- CCDA Algarve (2008) Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve – Relatório Final, CCDR Algarve, Faro, Dezembro de 2008.
- CEDEFOP (1994) (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) Direção de Serviços de Estatísticas da Educação –Regiões em Números 2010/2011 – Volume II Centro, Outubro de 2012, Pdf Lisboa, (<http://www.dgeec.mec.pt>).
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) Direção de Serviços de Estatísticas da Educação-Estatísticas da Educação 2010/11 Jovem, , Agosto de 2012, Pdf Lisboa, ( <http://www.gepe.min-edu.pt>).
- Escola Secundária Afonso de Albuquerque - Guarda, (<http://www.esaag.pt/>).
- Escola Secundária da Sé, Guarda (<http://www.esec-se-guarda.rcts.pt/>).
- GPPAA (2004), Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal, uma análise empírica, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Lisboa.(<http://www.gpp.pt/drural/> -Plano Nacional de Desenvolvimento Regional).
- IEFP Instituto de Emprego e Formação Profissional (1994), Qualificações e Mercado de Trabalho, Kovács, I. (coord.), Colecção Estudos, n.º 13, IEF, Lisboa (<http://www.iefp.pt>)
- INE Instituto Nacional de Estatística,Censos 2011 Resultados Provisórios, Edição de 2011, Lisboa 2011. (<http://www.ine.pt/>).
- INE Instituto Nacional de Estatística, Destaque 2009- Anuários Estatísticos Regionais 2009, Lisboa, 29 de Novembro de 2010, (<http://www.ine.pt/>).
- INE Instituto Nacional de Estatística, Destaque 2009- Retrato Territorial de Portugal 2009, 10 de Maio de 2011, (<http://www.ine.pt/>).
- INE Instituto Nacional de Estatística, Destaque 2010 - Anuário Estatístico de Portugal 2010 (Ano de Edição 2011),Lisboa 23 de janeiro de 2012, (<http://www.ine.pt/>).
- INE Instituto Nacional de Estatística, Destaque 2010- Anuários Estatísticos Regionais 2010, Lisboa 28 de Novembro de 2011, (<http://www.ine.pt/>).
- OCDE (2004) Completing the Foundation for Lifelong Learning, OECD/StudienVerlag,Paris.
- OEFP (2001) OEFP (Observatório do Emprego e Formação Profissional) (2001b), Educação e Formação: Análise Comparativa dos Subsistemas de Qualificação Profissional de Nível<sup>o</sup>III, Alves, N. (coord.), Colecção Estudos e Análises, n.º 27, IEF, Lisboa.
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Regional 2007/2013, Revião de 2009, ([http://www.gpp.pt/drural/PEN\\_Novembro\\_2009\\_PT](http://www.gpp.pt/drural/PEN_Novembro_2009_PT)).
- Programa de Desenvolvimento Regional, 2008 (PRODER, 2008), ( <http://www.proder.pt/>)



## **INFOGRAFIA**

<http://educar.no.sapo.pt/histFormProf119.htm>, acessido em 20 de novembro de 2012

<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=114> acessido em: 20 de abril de 2012.

<http://www.economist.com/node/21553017> (Manufacturing: The third industrial revolution) em: 13 de março de 2013

## **LEGISLAÇÃO CONSULTADA**

Decreto-lei n.º 37029/44, de 25 de agosto (estabelece o Estatuto do Ensino Técnico Industrial e Comercial).

Decreto-lei n.º 47480/67, de 02 de janeiro (Institui o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, que substitui tanto o 1º Ciclo do Ensino Liceal como o Ciclo Preparatório do Ensino Técnico Profissional).

Lei n.º 5/73, de 25 de julho (lei que visava estabelecer um novo quadro geral do sistema educativo que servisse de base à reforma).

Decreto-lei n.º 830/74, de 31 de dezembro (reconversão dos institutos industria em escolas superiores, que passam a ser designadas por institutos superiores de engenharia).

Decreto-lei n.º 260-B/75, de 26 de maio (Cria as escolas secundárias).

Decreto-lei n.º 313/75, de 26 de junho (conversão do ensino médio em superior).

Decreto-lei n.º 102/84, de 29 de março (estabelece a disciplina jurídica da formação profissional inicial dos jovens em regime de aprendizagem).

Decreto-lei n.º 26/89, de 21 de Fevereiro (criação das escolas profissionais no âmbito do ensino superior).

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (estabelece o quadro geral do sistema educativo).

Decreto-lei n.º 397/88, de 08 de novembro (Cria o Gabinete de Educação Tecnológica, artístico e profissional para a orientação do ensino não superior no âmbito da educação tecnológica artístico e profissional).

Decreto-lei n.º 401/91, de 16 de outubro (Regula as atividades de formação profissional inseridas quer no sistema educativo quer no mercado de emprego).

Decreto-lei n.º 405/91, de 18 de outubro (regula o mercado de emprego da formação profissional).

Portaria n.º 423/92, de 22 maio, (Defini o regime de avaliação nas escolas profissionais).

Decreto-lei n.º 70/93, de 10 de março (cria as escolas profissionais no âmbito do ensino não superior).

Decreto-lei n.º 4/98, de 08 de janeiro (estabelecer um novo regime jurídico para as escolas profissionais).

Decreto-lei n.º 74/2004, de 26 de março (estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, introduzem-se modificações importantes, estabelecendo-se cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior, cursos tecnológicos, orientados na dupla perspetiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos).

Deliberação n.º 2717/2009, de 28 de setembro de 2009, Tipologia de Áreas Urbanas - (TIPAU).

Resolução de Conselho de Ministros n.º 92/98 (Programa visando o desenvolvimento da educação e formação de adultos). Despacho Normativo n.º 194-A/83, de 21 de outubro (cria o ensino profissional no secundário com o arranque das primeiras experiências piloto).

Decisão do Conselho 85/368/CEE (correspondência de qualificações de formação profissional entre Estados-membros das Comunidades Europeias).

## ANEXOS

Anexo I. População por escalões etários NUTS II e NUTS III

Anexo II. Indicadores de saúde por NUTS II e NUTS III

Anexo III. Ensino Secundário no Concelho de Almeida

Anexo IV. Ensino Secundário no Concelho de Celorico da Beira

Anexo V. Ensino Secundário no Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

Anexo VI Ensino Secundário no Concelho da Guarda

Anexo VII. Ensino Secundário no Concelho de Manteigas

Anexo VIII. Ensino Secundário no Concelho da Meda

Anexo IX. Ensino Secundário no Concelho de Pinhel

Anexo X. Ensino Secundário no Concelho de Sabugal

Anexo XI. Ensino Secundário no Concelho de Trancoso

Anexo XII. Taxa de conclusão, empregabilidade na Escola Profissional de Trancoso

Anexo I. População por escalões etários NUTS II e NUTS III

Unidade Geográfica	População Residente em 2011				
	Nº	Por Escalões Etários			
	2011	0_14 anos	15_24 anos	25_64 anos	≥65 anos
Portugal	10561614	1572546	1145770	5820794	2022504
Norte	3689609	557299	425465	2072089	634756
Minho-Lima	244836	32519	25672	129814	56831
Cávado	410149	67408	51235	232570	58936
Ave	511737	79439	62675	293792	75831
Grande Porto	1287276	191719	139460	741153	214944
Tâmega	550469	94958	72491	305257	77763
Entre Douro e Vouga	274859	41212	31672	156593	45382
Douro	205902	27177	22256	108571	47898
Alto Trás-os-Montes	204381	22867	20004	104339	57171
Centro	2327580	319284	238908	1244936	524452
Baixo Vouga	390840	57340	42437	217104	73959
Baixo Mondego	332306	42440	32806	183266	73794
Pinhal Litoral	260924	38979	28390	142925	50630
Pinhal Interior Norte	131371	16879	12947	67051	34494
Dão-Lafões	277216	38164	29438	144628	64986
Pinhal Interior Sul	40705	4211	3648	19121	13725
Serra da Estrela	43737	4792	4304	21988	12653
Beira Interior Norte	104403	12010	9969	52389	30035
Beira Interior Sul	75026	8633	6720	38046	21627
Cova da Beira	87869	10612	8584	46392	22281
Oeste	362523	54969	37344	196829	73381
Médio Tejo	220660	30255	22321	115197	52887
Lisboa	2821699	437963	294547	1571120	518069
Grande Lisboa	2042326	314143	214441	1136938	376804
Península de Setúbal	779373	123820	80106	434182	141265
Alentejo	757190	102795	73637	396882	183876
Alentejo Litoral	97895	12411	9213	52678	23593
Alto Alentejo	118352	15010	11435	59431	32476
Alentejo Central	166802	22196	16538	87133	40935
Baixo Alentejo	126692	16893	12639	65131	32029
Lezíria do Tejo	247449	36285	23812	132509	54843
Algarve	451005	66987	45500	250114	88404

Fonte: INE, Censos 2001, Lisboa 2010, Censos 2011, Lisboa,2011. (<http://www.ine.pt>)

**Anexo II. Indicadores de saúde por NUTS II e NUTS III**

Unidade Geográfica	Médicos por 1000 Habitantes - 2010	Enfermeiros por 1000 Habitantes - 2010	Farmácias e Postos móveis 2010	Total Consultas Centro de Saúde por Habitante 2009	Consultas Clínica Geral Centro de Saúde por Habitante 2009	Hospitais 2010	Centros Saúde 2010
Portugal	3,9	5,9	3055	2,6	2,1	226	376
Norte	3,7	5,8	902	2,4	1,9	74	108
Minho-Lima	2,8	5,9	64	2,9	2,3	3	12
Cávado	3,0	5,0	89	2,1	1,6	12	6
Ave	1,8	4,3	107	2,5	1,9	8	10
Grande Porto	6,9	7,4	326	2,4	1,8	36	25
Tâmega	0,9	3,5	118	2,4	1,8	5	15
Entre Douro e Vouga	1,7	4,3	61	2,4	1,9	3	5
Douro	2,0	6,4	73	2,8	2,2	3	20
Alto Trás-os-Montes	2,4	8,4	64	2,7	2,3	4	15
Centro	3,4	5,7	783	2,9	2,5	40	109
Baixo Vouga	2,4	3,9	116	3,0	2,5	6	12
Baixo Mondego	12,5	13,7	126	2,9	2,4	18	13
Pinhal Litoral	1,9	4,1	73	2,5	2,0	4	6
Pinhal Interior Norte	0,9	2,5	51	3,5	2,9	3	14
Dão-Lafões	2,5	5,9	91	2,9	2,4	3	17
Pinhal Interior Sul	0,8	2,9	15	3,5	3,0	0	5
Serra da Estrela	1,8	3,9	19	3,9	3,5	1	3
Beira Interior Norte	2,4	7,0	45	2,1	1,8	2	9
Beira Interior Sul	2,9	7,3	31	2,4	2,1	1	4
Cova da Beira	2,4	6,6	33	2,5	2,1	2	3
Oeste	1,4	3,0	105	3,0	2,5	9	12
Médio Tejo	1,6	5,0	78	3,5	3,1	6	11
Lisboa	5,4	6,1	780	2,6	2,1	78	54
Grande Lisboa	6,6	6,9	602	2,4	1,9	55	38
Península de Setúbal	2,4	4,3	178	3,1	2,5	7	16
Alentejo	2,1	5,0	340	3,8	3,3	11	59
Alentejo Litoral	1,3	3,4	36	2,8	2,5	1	5
Alto Alentejo	3,2	6,5	75	4,3	3,8	3	16
Alentejo Central	2,5	5,7	84	4,1	3,6	4	14
Baixo Alentejo	2,0	6,0	59	3,5	3,1	3	13
Lezíria do Tejo	1,8	3,8	86	3,7	3,2	1	11
Algarve	3,2	5,1	117	2,4	2,0	8	16

Fonte: INE, Censos 2001, Lisboa 2010, Anuário 2010, Lisboa 2010. (<http://www.ine.pt>)

**Anexo III. Ensino Secundário no Concelho de Almeida**

Variáveis		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos do Ensino Regular	Nº							
Cursos Gerais: Científico-humanístico		171	155	138	136	132	123	114
Cursos Tecnológicos		17	22	20	10			
Cursos Profissionais					11	25	30	18
Total de alunos		188	177	158	157	157	153	132
Docentes 3ºc/Secundário		78	83	74	74	69	73	63
Taxa de Retenção e desistência	%	21,8	30,5	29,7	15,1	22,3	26,1	9,1
Taxa Bruta de Escolarização		99,3	91,6	82,7	84,9	91,3	93,3	83,6

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, outubro 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)

**Anexo IV. Ensino Secundário no Concelho de Celorico da Beira**

Variáveis		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos do Ensino Regular	Nº							
Cursos Gerais: Científico-humanístico		105	110	109	107	108	110	120
Cursos Tecnológicos		27	7	7				
Cursos Profissionais				13	44	59	71	52
Total de alunos		132	117	129	151	167	181	172
Docentes 3ºc/Secundário		64	85	60	67	68	61	59
Taxa de Retenção e desistência	%	51,5	23,1	30,2	19,6	28,7	24,3	18
Taxa Bruta de Escolarização		124,1	149,2	113	112	109,8	109	103,8

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, outubro 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)

**Anexo V. Ensino Secundário no Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo**

Variáveis		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos do Ensino Regular	Nº							
Cursos Gerais: Científico-humanístico		171	144	123	90	74	73	68
Cursos Tecnológicos		33	18	14				
Cursos Profissionais					17	48	69	82
Total de alunos		204	162	137	107	122	142	150
Docentes 3ºc/Secundário		54	53	43	54	64	63	53
Taxa de Retenção e desistência	%	41,7	42	32	17,8	25,4	26,1	15,3
Taxa Bruta de Escolarização		97,3	77,6	70,1	56,6	104,9	106	103,4

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, outubro 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)

**Anexo VI. Ensino Secundário no Concelho da Guarda**

Variáveis		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos do Ensino Regular	Nº							
Cursos Gerais: Científico-humanístico		1274	1125	995	1102	1049	966	939
Cursos Tecnológicos		206	177	186	115	78	85	76
Cursos Profissionais Público		19	26	20	98	148	224	191
Cursos Profissionais Privado		399	373	171	294	224	161	181
Alunos C. Tecnológicos e Profissionais		624	576	377	507	450	470	448
Docentes 3ºc/Secundário Público		418	409	391	392	372	385	372
Docentes 3ºc/Secundário Privado	26	23	17	19	16	17	28	
Taxa de Retenção e desistência	%	32,6	29,8	25,2	19,9	17,4	16,7	18,9
Taxa Bruta de Escolarização		124,9	119,9	106	109,2	216,3	191	183

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, outubro 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)

**Anexo VII. Ensino Secundário no Concelho de Manteigas**

Variáveis		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos do Ensino Regular	Nº							
Cursos Gerais: Científico-humanístico Privado		110	109	109	83	77	73	82
Cursos Tecnológicos		-	-	-	-	-	-	-
Cursos Profissionais Público		-	-	-	-	-	-	-
Cursos Profissionais Privado		79	65	73	73	68	66	66
Total de alunos		189	174	182	156	145	139	148
Docentes 3ºc/Secundário Público	-	-	-	-	-	-	-	
Docentes 3ºc/Secundário Privado	21	17	16	15	15	15	15	
Taxa de Retenção e desistência	%	20,9	36,7	20,2	19,3	12,4	18	16,9
Taxa Bruta de Escolarização		156	134,8	157,9	156,5	152,4	156,7	159,6

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, outubro 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)

**Anexo VIII. Ensino Secundário no Concelho da Mêda**

Variáveis		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos do Ensino Regular	Nº							
Cursos Gerais: Científico-humanístico		123	116	99	88	77	65	71
Cursos Tecnológicos		-	-	-	-	-	-	-
Cursos Profissionais				15	25	39	33	37
Total de alunos		123	116	114	113	116	98	108
Docentes 3ºc/Secundário	43	37	44	43	42	44	48	
Taxa de Retenção e desistência	%	48	41,4	15,2	18,2	24,1	16,3	20,4
Taxa Bruta de Escolarização		68	66,3	66,1	69,5	77,9	81,1	85,7

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, outubro 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)

**Anexo IX. Ensino Secundário no Concelho de Pinhel**

Variáveis		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos do Ensino Regular	Nº							
Cursos Gerais: Científico-humanístico		154	245	247	206	169	155	143
Cursos Tecnológicos			28	18	7			
Cursos Profissionais					22	46	60	24
Total de alunos		154	273	265	235	215	215	167
Docentes 3ºc/Secundário		84	71	68	71	67	64	63
Taxa de Retenção e desistência	%	29,9	33,1	38,9	20,4	28,8	25,1	30,5
Taxa Bruta de Escolarização		73,2	105,6	109,4	88,7	88,8	120	88,9

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, outubro 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)

**Anexo X. Ensino Secundário no Concelho de Sabugal**

Variáveis		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos do Ensino Regular	Nº							
Cursos Gerais: Científico-humanístico		256	207	165	142	122	128	119
Cursos Tecnológicos		-	-	-	-	-	-	-
Cursos Profissionais				39	64	79	80	61
Total de alunos		256	207	204	206	201	208	180
Docentes 3ºc/Secundário		74	67	71	68	64	60	61
Taxa de Retenção e desistência	%	37,1	35,3	33,3	20,4	14,4	17,3	20
Taxa Bruta de Escolarização		75,9	55,7	66,7	59,5	64	72,9	68

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, outubro 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)

**Anexo XI Ensino Secundário no Concelho da Trancoso**

Variáveis		Ano Letivo						
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos do Ensino Regular	Nº							
Cursos Gerais: Científico-humanístico		230	209	232	216	199	203	217
Cursos Tecnológicos								
Cursos Profissionais Público						22	21	53
Cursos Profissionais Privado		355	360	339	313	328	314	300
Alunos C. Tecnológicos e Profissionais		585	569	571	529	549	538	570
Docentes 3ºc/Secundário Público		87	89	85	97	90	80	81
Docentes 3ºc/Secundário Privado		50	44	41	39	35	37	33
Taxa de Retenção e desistência	%	29,6	22	18,5	19,4	15,2	11,4	14,7
Taxa Bruta de Escolarização		179	177,7	177,6	167,4	248,4	234,2	194

Elaboração Própria. Fonte: GEPE Anuário DGEC/MEC, outubro 2012. (<http://www.dgeec.mec.pt>)



**Anexo XII Taxa de conclusão, empregabilidade geral e na área de formação (em %) na Escola Profissional de Trancoso (2005/06)**

Curso	Taxa de Conclusão	Taxa de Empregabilidade geral	Taxa de Empregabilidade na área de Formação
Técnico de Instalações Elétricas	55%	100%	91%
Técnico de Secretariado	87%	60%	50%
Técnico de Eletrónica/Telecomunicações	49%	80%	70%
Técnico de Comércio/Marketing	80%	88%	88%
Técnico de contabilidade	61%	64%	50%
Técnico de Mecânica/Frio e Climatização	52%	64%	64%
Técnico de Turismo/PIAT	65%	67%	67%
Técnico de Mecânica/Energias Alternativas	68%	87%	67%
Animador Sociocultural	65%	93%	85%
Técnico de Eletrónica/Audio, Video e TV	45%	75%	75%

Fonte: Escola Profissional de Trancoso (Carta Educativa de Trancoso)